

PONTIFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC – SP

IGOR STEPANENKO

O Museu do Ipiranga e a Instrução pública no estado de São Paulo.
Um estudo sobre o atendimento ao público (1895 - 1915)

MESTRADO EM EDUCAÇÃO: HISTÓRIA, POLÍTICA, SOCIEDADE.

São Paulo
2016

PONTIFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC - SP

IGOR STEPANENKO

O Museu do Ipiranga e a Instrução pública no estado de São Paulo.
Um estudo sobre o atendimento ao público (1895 a 1915)

MESTRADO EM EDUCAÇÃO: HISTÓRIA, POLÍTICA, SOCIEDADE.

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção de título de Mestre em Educação: História, Política, Sociedade, sob orientação da Profa. Dra. Katya Mitsuko Zuquim Braghini.

São Paulo
2016

BANCA EXAMINADORA

.....

.....

.....

A Irene e Leonid.

In memoriam.

RESUMO

O presente texto tem por objetivo compreender como era realizado atendimento ao público do Museu Paulista, entendendo o museu como instituição voltada à educação no estado de São Paulo. O recorte temporal da pesquisa estuda o Museu do Ipiranga, como é mais conhecido, no período de 1895, data de sua fundação, até 1915, quando seu primeiro diretor Herman Von Ihering deixa o cargo e o museu, que fora fundado como Museu de História Natural, começa paulatinamente a transformar-se em Museu Histórico, sob a direção de Afonso Taunay. Procura mapear o debate intelectual que o transformou em um monumento à Independência, mas fundamentado como museu de caráter científico. A hipótese deste trabalho é a de que, para uma parcela dos republicanos paulistas, o Museu Paulista funcionava como instituição de educação dentro de um projeto geral de instrução pública, para além de local de produção científica e, também, como local de instrução complementar às escolas. A pesquisa conclui que o Museu desempenhou, além do caráter científico, o papel de instituição voltada à instrução pública, tanto para a comunidade escolar como para público variado. O uso do espaço externo, praças e jardins do palácio monumento o configuraram também como um espaço educativo, contribuindo para a formação de uma identidade nacional, por meio de uma série de eventos nesses locais. O Museu Paulista, como museu de História Natural, em seu início, cumpriu sua função de instrutor público voltado para a formação científica, mas, sendo Palácio Monumento, marcou como formador da identidade nacional, demarcando como sede solene da Independência do Brasil. A pesquisa foi amparada por documentos de arquivos, leituras de relatórios, cartas, ofícios, jornais, revistas, bibliografia especializada e outros documentos relativos a este período histórico. Os arquivos privilegiados durante a pesquisa foram acervo e biblioteca do Museu Paulista da Universidade de São Paulo, o Arquivo Público do Estado de São Paulo e o acervo do jornal O Estado de S.Paulo. O trabalho visa entender a posição histórica de um dos principais museus do estado de São Paulo, diante dos planos republicanos para a instrução pública e a formação do cidadão.

Palavras-chave: museu paulista, atendimento ao público, exposições, coleções, instrução pública.

ABSTRACT

This text aims to understand how public service was held in the Museu Paulista do Ipiranga Museum, or, as it is known, in the period of 1895, date of its Foundation, until 1915, when its first Director Herman Von Ihering leaves his post, and the Museum was founded as the Museum of Natural history, begins slowly becoming Historical Museum under the direction of Alfonso Taunay. Seeks to map the intellectual debate that turned into a monument to independence, but reasoned as scientific character Museum. The hypothesis of this study is that, for a portion of the Republicans from São Paulo, Museu Paulista functioned as educational institution within a general project of public instruction, in addition to scientific and production site, too, as supplementary instruction to schools. . For both the research bolsters file documents, lectures, letters, letters, newspapers, magazines, specialized bibliography.

Keywords: museu paulista, client service, exhibitions, collections, public instruction.

AGRADECIMENTOS

Ao longo destes dois anos e meio tive a sorte de aumentar a lista de pessoas a quem devo muito em estima e aprendizado.

Em primeiro lugar, agradeço à minha orientadora Katya Braghini que, além de sua competência e paciência em muitos momentos, demonstrou sua generosidade com boas conversas. Neste período de orientação, aprendi muito sobre como se faz uma pesquisa científica, organização e determinação. A este grande ser humano, devo este trabalho. Sua ajuda foi fundamental¹.

Ao professor Kazumi Munakata, pelas aulas e por suas críticas sempre muito bem empregadas.

À professora Vera Lucia Jardim, pelas considerações sobre o texto de qualificação.

À professora Circe Bittencourt, pelas aulas e as observações críticas sobre o texto de qualificação.

Ao professor José Geraldo Bueno que, por meio das suas aulas e cobranças exigentes, nos incentivou a estudar sempre com mais afinco.

A todos os professores do programa, por terem contribuído em minha formação tanto pessoal como profissional.

À Betinha Adania, pessoa sempre amiga e prestativa e com muita competência profissional.

À Kadine, Luiz Alberto, Alba, Rosana, Osana, Gabriel, Camila, Mariana, Rose, Stella, Isis, Paloma, Michelle e Felipe, colegas de mestrado.

Maitê, Camila e Ana Paula: vocês são especiais, dividimos muitos momentos de alegrias e ansiedade, nos tornamos companheiros de “viagem”.

À Andrezza pela simpatia e revisão do texto.

À Flavia do setor de Arquivo e Documentação do Museu Paulista, pela gentileza de nos receber sempre bem e pela competência profissional que muito nos ajudou.

Às funcionárias da Biblioteca do Museu Paulista.

Ao Ricardo e aos funcionários da Biblioteca do Museu de Zoologia da USP, pessoas muito gentis e prestativas.

¹ Esta dissertação de mestrado foi desenvolvida no programa de estudos de pós-graduação Educação: História, Política, Sociedade – PUC SP, onde participamos do projeto de pesquisa *A história da escola e seus objetos: estudos de Etnohistóricos da escola brasileira (séculos XIX e XX)*.

Ao Aparecido e funcionários do Arquivo do Estado de São Paulo.

À Ludmila, minha amada irmã, Edu, Dudu, Alexandre.

Ao Carlos Henrique, Larissa, Kelly, Filipi, Camila, Bianca, Eduardo, pela paciência e compreensão da minha ausência.

Ao Kassy e Aline, que em muitos momentos me ajudaram nesse mundo fantástico da informática.

A Cissa e Maria Clara, esposa e neta, amores de paixão. Sem vocês, a vida seria muito chata. À minha esposa devo todo incentivo pela minha volta aos estudos, sem ela nada seria possível.

Por fim, à Capes pelo financiamento da pesquisa.

SUMÁRIO

Introdução.....	12
1 – Sobre a constituição do Museu Paulista: instrução pública como estratégia política	40
1.1 – Museu Sertório.....	48
1.2 – Museu de História Natural e a escolha de Hermann von Ihering..	51
1.3 – O Museu no dia de sua inauguração.....	60
2 – O Museu e seu público.....	63
2.1 – Diversas finalidades e usos de uma instituição.....	63
2.2 – Atendimentos: laboratórios, pesquisa e ensino.....	77
3 – Exposições no Museu Paulista sob a administração de Hermann von Ihering	85
3.1 – Coleções	93
3.2 – Organização espacial	94
3.3 – Percorso de visita ou roteiro	96
3.4 – Salas de exposições	100
3.5 – O olhar dos visitantes	109
Considerações Finais	114
Fontes	118
Referências Bibliográficas	121
Anexos	124

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Nº 1	Capa da revista do Museu Paulista, vol. IV, 1900, p. 59	56
Nº 2	Hermann von Ihering	59
Nº 3	Monumento do Ypiranga.....	67
Nº 4	Fachada do Museu Paulista no início do século XX	73
Nº 5	Exposição de Prudente de Moraes anos 1940.....	87
Nº 6	Mapa das exposições do Museu Paulista	95
Nº 7	Sala B1 – Aves	102
Nº 8	Sala B3 – Aves	104
Nº 9	Sala B6 – Peixes do mar	106
Nº 10	Salão Nobre	110
Nº 11	Museu Paulista – Galeria Oeste aspecto antigo	112
Nº 12	Sala de Entomologia.....	113

LISTA DE QUADROS

1	Público visitante do Museu Paulista	70
2	Usos dos laboratórios para estudos e pesquisas	78
3	Usos dos laboratórios para estudos e pesquisas	79
4	Usos dos laboratórios para estudos e pesquisas	80
5	Museus escolares fornecidos pelo Museu Paulista	82
6	Fornecimento de material para o Museu Naval	83
7	Material fornecido a cientistas	83
8	Temas relativos à museografia segundo Ihering	91
9	Sala B9 – Objetos históricos	96
10	Sala B10 – Objetos históricos	97
11	Sala B11 – Objetos históricos	98
12	Sala B1 – Aves.....	103
13	Sala B3 – Aves	105
14	Sala B6 – Peixes do mar	107

INTRODUÇÃO

Em 1994, iniciei minha carreira como Agente de Cultura na Prefeitura Municipal de Diadema. Neste mesmo ano, conclui o curso em Ciências Sociais, pela Fundação Santo André. Desde o início de meu trabalho com mediação cultural, o envolvimento com escolas e outras instituições educacionais foi constante. Durante esse período, a educação, embora com dinâmica diferente, devido à prática mais sistematizada de trabalho embasada nos métodos da educação formal, tem sido minha principal parceira de trabalho, trazendo boas contribuições para os centros culturais.

Nesta trajetória como mediador cultural, surgiram algumas preocupações na forma de atuação deste profissional entre cultura e educação: como podemos estabelecer um diálogo mais profundo, ou seja, como desenvolver ações que não sejam pontuais e que sejam práticas efetivas entre as escolas e centros culturais? Quais as contribuições efetivas que a ação cultural possibilita às escolas? A ação cultural é uma ação educacional?

No ano de 2007, fiz parte da equipe que montou o Museu de Arte Popular de Diadema, sendo o agente cultural encarregado de fazer a aquisição do acervo do Museu. Este trabalho resultou em duas viagens pelo nordeste brasileiro e ao Vale do Jequitinhonha (MG), onde adquirimos a maioria das obras que compõem a coleção do Museu de Arte Popular de Diadema (MAP). Quando inauguramos o museu, o primeiro problema que ocorreu para nossa equipe de trabalho foi como estabelecer um plano de ação que envolvesse as escolas de Diadema.

Logo foi percebido que, para o museu funcionar plenamente, não seria possível se não tivéssemos um setor educacional composto de profissionais com formação adequada para trabalhar com este tipo de público, devido ao fato de as escolas frequentarem com assiduidade as programações do Centro Cultural Diadema, local onde está sediado o museu.

Procurei formação e informações, em vários cursos de extensão, conhecendo bibliografia sobre o tema educação e ação cultural. Porém, julguei insuficientes essas formações e informações para os meus propósitos de contribuir para a formação de um setor educativo do MAP. Atualmente, como mediador cultural de um museu em funcionamento, deparo-me com as duas seguintes perspectivas que norteiam o funcionamento de um museu em relação ao atendimento de seu público:

1) O museu como instituição educadora

Antes de falarmos do museu como uma instituição educadora, faremos um breve histórico da palavra museu. Para tanto, tomaremos Coelho (1999)² como referência.

O termo museu vem da palavra grega *mouseion*, que significa em grego antigo o “templo da musas”. No decorrer do tempo, *mouseion* teve seu significado modificado. Na Grécia Antiga, o *mouseion* era um local para contemplação e seus frequentadores, livres de outras preocupações, dedicavam-se a discussões filosóficas e científicas. Dentro desse templo, encontravam-se obras dedicadas ao deuses.

Na cidade de Alexandria, Egito, sob Ptolomeu I (século III a. C.), o *mouseion* era o local onde se guardava obras de arte e objetos de cultura: esculturas, instrumentos cirúrgicos e astronômicos, pedras e minérios de terras distantes”. (Grosman, Raffaini e Coelho, 1999, p. 269). Neste local, desenvolvia-se a prática da contemplação, discussão e ensino de todo o saber existente.

Em Roma, o termo museu tinha um uso mais restrito. O *mouseion* romano era voltado mais às discussões filosóficas, além de a aristocracia romana exibir suas coleções de arte e outros objetos, provenientes de regiões conquistadas.

Na Idade Média, a Igreja será a grande responsável por coletar e colecionar obras de arte e objetos variados, funcionando como um *mouseion*. No final desse período, e com o desenvolvimento das cidades italianas, os príncipes dessas cidades começam a formar suas coleções e a palavra museu terá outro significado: indicava o local, a residência, onde esta coleção se encontrava. Segundo Grosman, Raffaini e Coelho, foi na cidade italiana de Florença que a palavra museu adquiriu este significado,

Nesse momento, a palavra museu designa, no século XV, em Florença, a coleção que Lorenzo de Médici abriga em sua residência. O termo designa tanto a coleção quanto ao prédio que a acolhe, adotando um significado próximo àquele hoje atribuído ao termo (Grosman, Raffaini e Coelho, 1999, p. 270).

No decorrer do século XVII, as grandes coleções compostas de objetos variados vindos de várias partes do mundo, receberão o nome de *gabinete de curiosidades* ou *câmara de curiosidades*. Importante observar que estes gabinetes não eram mais exclusividade da nobreza. Eram compostos de quadros, esculturas, livros, instrumentos

² COELHO, Teixeira. Dicionário Crítico de Política Cultural. 2ª ed. São Paulo: Fapesp/Iluminuras, 1999.

científicos, objetos vindos das novas terras descobertas, peças do mundo natural, curiosidades em geral. Sua exposição era feita sem uma classificação rigorosa e todos os objetos ficavam reunidos todos juntos num recinto ou gabinete.

Também é deste período a abertura do primeiro museu público o Museum, aberto em 1683. A origem deste museu se dá a partir da doação das coleções de propriedade de Tradescin e Ashmole à Universidade de Oxford. Entretanto, o termo público não deve ser confundido por livre a acesso a todas as pessoas. No caso do *Ashmoleum Museum*, o acesso era limitado a artistas e estudiosos autorizados a visitar essas coleções. O termo público começará a ganhar maior amplitude com a Revolução Francesa, ocorrida no século XVIII. O processo revolucionário abriu as “portas” das coleções ao público. Também neste período, surgem os grandes museus nacionais e a preocupação em educar o povo faz parte desse processo.

Será a Revolução Francesa que abrirá definitivamente as portas dessas grandes coleções ao público em geral. Nesse momento surgem os grandes museus nacionais voltados para a educação do povo. Diderot publica, no nono volume da *Encyclopaédie*, um detalhado esquema para a criação de um museu nacional no Louvre, que será aberto em 1793. Em Viena, o Belvedere havia sido inaugurado em 1783; em Amsterdam, o Museu Real dos Países Baixos foi aberto em 1808. Seguiram-se o Altes Museum, de Berlim (1810), o Museu do Prado (1819), o Museu Hermitage, de Lenigrado (1852). (Coelho, 1999, p. 270).

Como vimos, é a Revolução Francesa do fim do século XVIII, que irá permitir que o termo público ganhe uma outra conotação e, no decorrer do século XIX, surgem os grandes museus nacionais. Esse processo de abertura de museus não ficou restrito exclusivamente a terras europeias. No Brasil, D. João VI criará, em 1815, o Museu Nacional, seguindo os modelos europeus; serão criados também o Museu do Exército (1864), o Museu Emilio Goeldi (1866), no estado do Pará, o Museu da Marinha (1868) e o Museu Paulista (1892).

Procuramos neste pequeno histórico do termo museu entender a origem e o significado da palavra museu. Percebemos que em seus primórdios, o museu esteve ligado à religião e a aspectos de reflexão filosófica, pesquisa científica, ensino, guarda de objetos variados e exposição para demonstração de poder (romanos). No decorrer do processo histórico, seu significado ganha outras conotações, designando tanto as coleções como o local onde elas estavam guardadas e expostas. Com abertura do

primeiro museu público na Inglaterra, o termo público ganha um aspecto restrito, tendo acesso a suas coleções apenas artistas e estudiosos com autorização prévia.

A Revolução Francesa modificaria o sentido do termo público, permitindo o amplo acesso das coleções ao povo, complementar à preocupação com a educação deste povo à época. No século XIX, em solos europeus, a criação de vários museus nacionais não ficará restrita a este continente, chegando também ao continente sul-americano, em especial no Brasil.

Museus mudam de função e o acesso, antes restrito, passa de ambiente de deleite de um público específico para um público mais ampliado. No início do século XX, já está demarcado como ambiente que serve à guarda de objetos, exposições e voltado à educação. A instituição museu está ligada ao campo da educação, no entanto, este órgão vai além desta função. O museu é uma instituição encarregada de guardar, cuidar e preservar o patrimônio cultural da sociedade.

Além da salvaguarda patrimonial, o museu tem como função proporcionar lazer, produção de conhecimentos por meio de pesquisas, dando acesso a estudiosos e pesquisadores à sua documentação e coleções que formam seu acervo. De acordo com Chiovatto, falando do mundo atual,

os estatutos do Conselho Internacional de Museus, ICOM, definem museu como instituição sem fins lucrativos, permanente, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, e aberta ao público, que adquire, conserva, pesquisa, divulga e expõe, para fins de estudo, educação e divertimento, testemunhos materiais do povo e de seu ambiente. (Chiovatto, 2014, p. 3, *grifos da autora*).

A importância do museu deve-se ao fato de esta instituição ter múltiplas funções. Por meio do museu podemos conhecer os aspectos artísticos, culturais, econômicos, políticos e sociais que formam uma sociedade. No caso da história, o museu ganha importância social, pois, ao preservar a memória, contribui para a formação da identidade cultural da sociedade, o que incide na formação do sujeito, formação ligada à memória por meio da imaginação criativa ou produtora (Chiovatto, 2014, p. 2).

No caso de museus históricos, Menezes (2013, p. 93) considera o museu um laboratório da história; este seria o espaço de trabalho não para se produzir memória, mas para se trabalhar a memória, ou seja, a memória como um objeto de estudo. Sendo memória e história elementos fundamentais de um museu, e este é espaço de trabalho sobre aquelas, um aspecto levado em consideração dentro da ação educativa e cultural é o de que o museu ensine história a seu público. Esse ensino é feito de uma forma

dinâmica e os objetos seriam elementos importantes no processo de ensino, por possuírem sentido e significado ou, em outras palavras, memória.

Segundo o autor,

ensinar História só pode ser, obrigatoriamente, **ensinar a fazer História** (e aprender História, aprender a fazer História). Por isso, a diretriz (obviamente não exclusiva, mas necessariamente presente) de um museu histórico seria transformar-se num recurso para fazer História **com objetos** e ensinar como se faz História **com os objetos** [...]. (Menezes, 2013, p. 51, *grifos do autor*).

Se a perspectiva do autor sobre o ensino de História é a mais correta ou não, trata-se de uma discussão que cabe ao próprio campo de pesquisa ligado ao ensino de História. Aqui, cabe dizer que o também diretor do Museu Paulista nos anos 1990 percebe a importância e a ligação da instituição para fins educacionais e, no caso, apresenta a importância dos estudos dos objetos do museu para uma aprendizagem fundamental à história, como disciplina produtora de conhecimento e escolar: historiador estuda documentos e objetos que ensinam sobre como entender a história.

2) Museu e educação não formal .

Os museus, devido ao seu forte caráter instrutivo, ou melhor, como instituição educativa, promove várias formas de educação e, dentre elas, a educação não formal é uma prática constante nesses espaços culturais.

A educação não-formal pode ser definida pelo fato de não ter a mesma carga de formalidade que a educação escolar, embora, como esta também tenha intencionalidade e planejamento prévios de ações e aconteça inserida em diferentes contextos. Tem como características mais comuns uma maior flexibilidade em relação a tempo, espaços, conteúdos e metodologias de trabalho; adaptação dos conteúdos de aprendizagem a cada grupo específico; maior possibilidade de trabalhar ao mesmo tempo diversas áreas do conhecimento; não-certificação; foco na aprendizagem baseada em aspectos do conhecimento prévio, da prática e do cotidiano dos educandos; valorização da oralidade; desenvolvimento de processos educativos que respondam às demandas mais imediatas de grupos; busca por uma relação prazerosa com a aprendizagem; não exigência de controle legal; trabalho com a diversidade (etária, étnica, de gêneros, econômica, de classe social etc.) participação voluntária por parte dos educandos. (Chiovatto; Aidar, 2007, p. 4).

Para essas autoras, os museus são espaços de aprendizagem onde a diversidade de ações em torno da educação ocorre de forma paralela à educação formal, dita

escolarizada, porém, este fato não impede que a educação formal seja praticada nesses espaços.

Vale ressaltar que, mesmo ocorrendo pela via da não formalidade, esta prática educativa em sua própria organização, nem sempre é tão flexível, como as autoras se esforçam em mostrar, já que os museus possuem quadros de horários, atendimentos especializados, formalização nos procedimentos de visitação etc.. Do mesmo modo, mesmo que não seja feita por vias escolarizadas, o museu é entendido como espaço de formação, ensino e aprendizagem e, pensando neste aspecto, tem regras formais de funcionamento.

Educação, cultura e atendimento às escolas são aspectos de um museu e estabelecem relações entre si devido ao fato de serem formas de ações realizadas num mesmo espaço, visando formar sujeitos. Porém, os museus, além de seu caráter educativo, função mais relevante destas instituições, oferecem também momentos de lazer e fruição estética, em se tratando de museus de arte, sendo também locais de visitação turística.

As considerações acima concernentes à ideia de que o museu é um espaço educacional e quais seriam as melhores formas de atendimento ao público são itens que permeiam as minhas preocupações de pesquisa e me levaram a procurar aprofundamento sobre essas considerações em um programa de estudos de Pós-Graduação.

Em 2012, fiz um curso de pós *lato sensu* em Metodologia e Didática do Ensino Superior, com vistas a atuar como professor, pois, devido à minha trajetória e acúmulo de experiência como agente de cultura e atuando com o público escolar de vários níveis, interessei-me por este campo profissional. Foi neste curso que conheci o Professor Diego Moreira que me orientou na redação do meu artigo de conclusão de curso. Este professor obteve seu título no programa Educação: História, Política, Sociedade (EHPS) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e aconselhou o meu ingresso por esse caminho.

Ao iniciar meus estudos no mestrado, nesse momento por indicação da professora Katya Braghini, fiz a leitura do livro “O Ipiranga apropriado: Ciência, Política e Poder – O Museu Paulista 1893-1922” (Alves, 2001). Por meio desta leitura, veio-me uma curiosidade sobre como era feito o atendimento ao público no passado.

Neste livro, a autora descreve a trajetória de uma importante instituição cultural de São Paulo, abordando seus aspectos políticos, ideológicos, culturais e educativos.

Narra a importância da atuação de determinados intelectuais para a fundação do Museu, como a atuação de Francisco Rangel Pestana, republicano de grande atuação no campo da educação, destacando o seu desempenho como deputado estadual na luta para a construção do Museu Paulista como instituição voltada à pesquisa, ensino e instrução pública.

Apresenta também Herman von Ihering, primeiro diretor do museu, sua importância como cientista ligado ao campo das Ciências Naturais e Etnografia, a ação do cientista na organização do museu e sua preocupação com a instrução pública e o desenvolvimento das Ciências em São Paulo e no Brasil. Depois, apresenta Afonso Taunay como o diretor que transformou o Museu Paulista em Museu Histórico.

O Museu Paulista³ fazia parte das estratégias republicanas que almejavam uma forma de consenso em torno de suas ideias, e intelectuais como Francisco Rangel Pestana, Américo Campos, Américo Brasiliense, Cesário Mota foram os protagonistas, entre outros, do debate que viam na educação e na instrução pública uma forma para se alcançar civilidade e civilização. Um nome que se destacou na defesa do Museu Paulista como instituição ligada ao campo da educação foi o de Rangel Pestana.

Neste livro, um dos aspectos abordados vinculado à instrução pública foi o método de educação. A questão método intuitivo ou a lição de coisas esteve na pauta de discussão desses republicanos, e contribui para a criação do Museu. Se aspectos políticos estiveram presentes na construção do palácio-monumento e na criação do museu, o método intuitivo foi um dos elementos da retórica utilizada neste debate.

A partir da leitura deste livro, surgiu a curiosidade sobre como era a atuação dos responsáveis pelo museu no que se refere ao atendimento ao público, pensando-o como instituição voltada à Educação, já que o Museu fora criado como lugar que deveria contribuir para a instrução pública. Quem eram as pessoas que faziam o atendimento ao público? Como era o atendimento do público? Havia uma ação educativa voltada ao público? Escolas frequentavam o espaço? No caso da história, ainda perduravam as seguintes ponderações: essa instituição salvaguardava patrimônios pensando um ideal de formação da identidade cultural da sociedade? Havia esse estabelecimento direto com a educação, como comentamos acima, ocasionando ações que contribuísse para a

³ O nome Museu Paulista consta no Decreto n. 249, de 26 de julho de 1894: “Aprova o Regulamento do Museu do Estado, para execução da lei n. 200, de 29 de agosto de 18893”. No capítulo I, artigo 1º consta: “O Museu Paulista tem por fim estudar [...]”, sendo este o nome usado nos demais capítulos e artigos. SÃO PAULO. Decreto n. 249, de 26 de julho de 1894, ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, Secretaria Geral Parlamentar, Departamento de Documentação e Informação

formação do sujeito? Para além da função de desenvolvedora de pesquisa, como o Museu do Ipiranga pensava o atendimento ao público?

Alves (2001) aborda o Museu Paulista, em seu contexto histórico, destacando como questões político-ideológicas aliadas à noção de progresso, civilização e ciência atuaram na formação do Museu. Descreve a disputa política entre monarquistas e republicanos na construção do edifício palácio-monumento que, após o término de sua construção, abrigaria um Museu de História Natural. Esta disputa não era só uma questão de se construir um edifício-monumento. No cerne da questão, estava a proposta ligada aos republicanos de se construir uma sociedade civilizada. Essa sociedade seria alcançada por meio de várias reformas, incluindo reformas na área da instrução pública, pelo desenvolvimento da pesquisa e divulgação científica. A instrução pública foi um tema muito debatido no processo de construção de uma nova sociedade.

Rangel Pestana, entre os republicanos, foi um nome que se destacou no processo de construção do palácio-monumento. A autora narra como um grupo de cientistas, ligados à ciência natural tinha interesses em ver a criação e desenvolvimento de instituições que propiciassem a pesquisa e a divulgação científica, e que esses interesses aliaram-se, nesse momento, a interesses políticos ligados aos republicanos.

Destaca também que o palácio-monumento foi apropriado pelos republicanos, pois, o início de sua construção se deu no período monárquico, e o término da construção ocorreu em 1890, período republicano. Nomes como Bernardino de Campos, Cesário Motta, Américo de Campos, Orville Derby, Alexandre Hummel e Herman von Ihering, foram de grande importância para a constituição do Museu Paulista. Determinados interesses pessoais e de grupos estiveram ligados na formação do Museu.

Orville Derby e Hermann von Ihering, ambos cientistas, foram nomes que estiveram ligados diretamente na formação do Museu. Derby tinha interesse pessoal em ajudar Ihering que, naquele momento, encontrava-se desempregado e sua situação política no Rio Grande do Sul não era das melhores. Derby usou de sua influência junto ao governo republicano para trazer Ihering para São Paulo. Ihering, por sua vez, manifestava desejo em ser diretor de um museu provincial voltado a pesquisas em Ciências Naturais. Desempregado e em situação difícil, viu no convite de Derby uma oportunidade de concretizar suas aspirações.

À frente da política, estavam Bernardino de Campos, presidente do Estado de São Paulo, e Cesário Motta, Secretário do Interior, que deram o aval político para a realização do Museu. A autora demonstra como a História Natural e a instrução pública

foram utilizada como elemento de retórica na construção de um discurso que fundamentou as ações desta instituição em período inicial; como o Museu, por meio de seu primeiro diretor, contribui para a prestação de serviços a agricultura e também a instrução pública.

Lopes (2009) estuda os museus sob a perspectiva da História da Ciência. Para a autora, a criação dos museus brasileiros no século XIX está inserida em um movimento mundial de proliferação de museus, ou seja, o século XIX, em suas décadas finais, assiste a uma forte expansão de museus, transformando-se em um movimento social de cunho internacional, possibilitado por uma grande circulação de mercadorias, informações e também de ideias, de acordo com a autora

A constatação da expansão sem precedentes dos museus de todos os tipos, por todos os continentes, nas últimas décadas do século passado, levou Laurence Vail Coleman, diretor da American Association of Museums a caracterizar essa expansão como um verdadeiro movimento social, marcado pelo estabelecimento de ampla rede de intercâmbios, que pôs em contato, de diferentes modos e em diferentes circunstâncias, os museus que foram se criando pelo mundo. (Lopes, 2009, p. 223).

Estuda a criação dos museus Paraense, Paranaense, do Amazonas, Museu Paulista, porém, seu foco principal volta-se para o Museu Nacional do Rio de Janeiro, fundado em 1818. Para Lopes, essas instituições exerceram, em seus primórdios e em seu desenvolvimento, papel fundamental para a produção do conhecimento científico de forma sistematizada e organizada.

A autora entende que, no Brasil do século XIX, houve produção de conhecimento científico, e que os museus foram os locais privilegiados para a prática da pesquisa, produção e divulgação do conhecimento científico, ou seja, Lopes demonstra a importância dos museus no processo de institucionalização das ciências,

[...] a tese deste livro é essencialmente a negação da visão que não houve produção científica no país até o início deste século, ou de que as atividades existentes eram pré-científicas. No que se refere às Ciências Naturais, os museus brasileiros não só estiveram particularmente atuantes, como de fato institucionalizaram essas ciências e suas especializações no país. (Lopes, 2009, p. 21).

Possamai (2012) descreve a importância do Museu Júlio de Castilho no processo de implantação do método intuitivo no Rio Grande do Sul. Segundo a autora, o Museu do Estado do Rio Grande do Sul teve uma atenção especial à formação de coleções de

ciências naturais, atuando como espaço complementar das escolas, sendo utilizado por estas como laboratório e fornecedor de objetos para a formação de museus escolares. A atuação deste Museu aproxima-se muito das ações desenvolvidas pelo Museu Paulista no atendimento ao público escolar e seu fornecimento de museus escolares para as escolas paulistas.

Estudos sobre museus de ciências no Brasil estão concentrados na área de História das Ciências. Muito embora os estudos apresentados apresentem a relação da constituição de tais museus com a instrução pública e apontem para seu caráter educacional, não chegam a fazer um debate sobre essa questão, já que o foco de análise está concentrado no funcionamento dos museus como centros de pesquisa e desenvolvimento científico, deixando aberta uma lacuna para o estudo da função do museu na sua atuação pública educativa.

O estudo do atendimento público sobre o Museu Paulista torna-se relevante no momento de compreendermos como ele funcionava no sentido instituição educadora e de que forma isso acontecia. Primeiro porque não há estudos diretamente relacionados entre o funcionamento do Museu e a sua relação com a instrução pública. Depois, porque se torna interessante compreender por que e como tal órgão funcionou no atendimento ao público.

Museu do Ipiranga entre 1894 e 1915

O edifício onde está sediado o museu do Ipiranga foi idealizado e criado no período monárquico. As obras de sua construção iniciaram-se em 25 de março de 1885, porém foi pela lei nº 192 de 26 de agosto de 1893 que o Museu foi criado e inaugurado em 7 de setembro 1895, no período republicano. Em seu espaço físico, o palácio-monumento do Ipiranga abrigou as coleções do museu Sertório que seria a origem do Museu Paulista e a coleção Peçanha. Concebido como Museu de História Natural, preocupou-se também com a instrução pública. Museu Paulista é o nome oficial desta instituição de acordo com decreto nº 249, de 26 de julho de 1894.

Alves (2011) narra a história do Museu Paulista no âmbito da história da ciência, da política e do poder, no período de 1893 até 1922, demonstrando sua importância tanto para o desenvolvimento das pesquisas científicas em São Paulo, quanto para a cultura da cidade.

A autora demonstra como o Museu Paulista em sua origem esteve ligado à educação, ou em outros termos, foi criado com uma determinação para servir à

instrução pública. Fruto de uma disputa entre Republicanos e Monarquistas, na década de 1880, o museu esteve no cerne de um debate ideológico, em que a instrução pública foi um dos grandes motes de batalha.

Para os monarquistas, deveria ser construído um palácio que celebrasse o nascimento da nação, tornando-se um marco grandioso, sinalizando no sítio do Ipiranga o local de nossa origem como nação livre e independente. Para os monarquistas, este seria um ato patriótico.

Como já dito, Francisco Rangel Pestana e Américo de Campos foram nomes que se destacaram na defesa do monumento como uma instituição voltada para ensino e, para estes republicanos, o monumento do Ipiranga não deveria apenas celebrar a independência; a construção de um monumento deveria ir além da celebração. Celebrar e instruir deveriam ser a missão deste monumento. Para estes republicanos, o ato mais patriótico seria instrução popular. Assim, deveria ser construído um monumento que abrigasse uma instituição de ensino, pois, segundo o pensamento republicano paulista, seria mais patriótico celebrar a memória de nossa independência criando uma instituição que se preocupasse com a instrução pública e promovesse a elevação e a formação de novos cidadãos para uma nova sociedade.

Caberia ao monumento, que mais tarde se tornaria um museu, ser um espaço de uma nova cultura, funcionando como um local de instrução e produção de conhecimento. Portanto, não deveria ser apenas uma grande obra comemorativa, ou seja, este espaço funcionaria como um local de práticas educativas, pesquisa e divulgação científica. Dessa forma, a celebração da Independência por meio da construção de um monumento deveria ser um meio de promoção de uma nova civilização, anseio dos republicanos; o palácio-monumento simbolizaria um respeito ao passado, pois teria a função de preservar e comemorar a Independência e, ao mesmo tempo, apontaria para o futuro, pois funcionaria como um local de práticas voltadas à instrução pública.

No primeiro regulamento do Museu Paulista consta

Artigo 2º - O caráter do Museu em geral será o de um museu Sul Americano, destinado ao estudo do reino animal, de sua história zoológica e da história natural e cultural do homem. Serve o Museu de meio de instrução pública e também de instrumento científico para o estudo da natureza do Brasil e do Estado de S. Paulo, em particular (Decreto n. 249, de 26 de julho de 1884).

O Museu nasce, portanto, como museu de História de Natural, servindo também como meio de instrução pública, ou seja, instruir a população seria um aspecto importante do Museu. No entanto, devemos observar que o fato de o museu nascer voltado para a pesquisa científica e à instrução pública, ele não pode deixar de ser contextualizado em um processo maior, ou seja, o Museu Paulista, está inserido num projeto mais amplo de modernização da sociedade pelos republicanos paulista, que viam na instrução pública e na higiene instrumentos para essa modernização, ou, nas palavras de Alves,

Para adequar a sociedade à República recém-proclamada, a ordem era mudar o quadro cultural herdado da monarquia. Nesse contexto, acentuou-se a ansiedade de remodelar e modernizar o país. Mas como esta tarefa seria enfrentada? A retórica daquele tempo, como vimos apresentava dois instrumentos fundamentais para modificar o panorama cultural: a instrução e a higiene. Ambas eram apresentadas como panaceias para sanar os males do país.

Instrução e higiene estavam na base do programa de modernização do país proposto pelos novos governantes. Para promovê-las, iniciou-se uma reorganização institucional incluindo, no campo da instrução, as medidas que criaram o Museu Paulista e destinaram o Palácio do Ipiranga a ser ocupado por este. (Alves, 2001, p. 78-79).

A partir da narrativa da autora, podemos entender que, para os novos dirigentes políticos, o grande déficit cultural em que o país se encontrava estava ligado a aspectos de estruturas de saúde pública e educação, ou seja, o país era formado por um povo “doente” e sem “instrução”, causas do atraso geral da nação, indicando uma necessidade urgente de modernização que se viabilizaria por meio de uma nova cultura ou civilização. O Museu Paulista, além de instrumento de ação dos republicanos paulistas, simbolizaria a nova “civilização” que estava nascendo com a recém-proclamada República. Portanto, a criação deste Museu ocorre dentro de um projeto maior de modernização.

Seu primeiro diretor foi Herman von Ihering (1850-1930), naturalista, viajante ligado ao Museu Nacional do Rio de Janeiro. Cientista de renome internacional, teve papel importante na formação do Museu Paulista, pois, além de ser um especialista em diversas áreas da História Natural, organizou e administrou o Museu de 1894 a 1915.

O nascimento do Museu do Ipiranga não deve ser visto como um fato isolado, acontecido no estado de São Paulo. Devemos entender sua criação num contexto mais amplo, ligado a causas econômicas, políticas, culturais e científicas, tanto no âmbito

nacional como internacional, porém observando o fato de que estas áreas não atuam de forma isolada, tanto no espaço local como internacional.

Segundo Sevcenko,

A industrialização na Europa e nos Estados Unidos e em especial a Revolução Científico-Tecnológica ao redor de 1870, transformando o mercado de produtos primários, geraram uma demanda crescente por estimulantes de origem tropical, indispensáveis à adaptação das populações urbanas aos novos ritmos mecanizados. Eis como um produto obscuro, escassamente conhecido e pouco consumido como o café, de repente se tornou um gênero indispensável às condições da vida moderna. A rápida expansão do consumo proporcionava lucros elevados aos produtores. Quando os fazendeiros do império brasileiro se deram conta da ecologia favorável ao plantio do café no Vale do Rio Paraíba, no corredor geográfico que ligava a capital, Rio de Janeiro, a São Paulo, a produção se expandiu velozmente. Ao atingir o território Paulista, entretanto, deparou-se com solos privilegiados de decomposição vulcânica, e ritmo da expansão se transformou no boom da cafeicultura. (Sevcenko, 2000, p. 77).

Percebe-se neste relato como a Revolução Científico-Tecnológica ocorrida na Europa e EUA⁴ determinou alterações econômicas de alcance para além de seus territórios, no caso o Brasil, beneficiando em particular, o Estado de São Paulo. Este fato é importante, pois expansão da agricultura cafeeira, em terras paulistas, irá proporcionar o acúmulo de riquezas que possibilitara as condições de desenvolvimento de várias cidades do Estado, mas principalmente a cidade de São Paulo, que passara por profunda transformações.

No seio destas transformações, um político de grande importância foi o Conselheiro Antônio Prado,⁵ não obstante sua gestão ocorra após a inauguração do Museu do Ipiranga, como prefeito da cidade de São Paulo, promoveu uma urbanização nos moldes da Paris do Segundo Império.

⁴ Tais mudanças, ao alterar as condições sociais de existência dessas sociedades introduziu novas necessidades, entre elas, o consumo de produtos energéticos, no caso, o café.

⁵ Antônio Prado da Silva nasceu em 25 de fevereiro de 1840 em São Paulo e faleceu em 23 de abril em 1929 na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Membro da mais rica família do país foi um político ligado ao Império participando também do Partido Republicano Paulista. Estudou e se formou na Faculdade de Direito de São Paulo em 1861 e se especializou em Direito em Paris. Foi advogado, lavrador e empresário. Primeiro prefeito de São Paulo, tomou posse como intendente em janeiro de 1899 e permaneceu no cargo até 1911. Como político foi deputado federal, na época este cargo era denominado como deputado geral, de 1865 a 1872, pelo Partido Conservador; tornou-se Senador em 1886 e em 1888, conselheiro do império; foi ministro da agricultura em 1885. Como partidário da abolição participou da elaboração e assinou junto com a Princesa Isabel a lei Saraiva Cotegipe, a lei dos sexagenários, que previa a abolição gradual da escravatura negra no Brasil, com indenização aos proprietários de escravos; fez parte em 1888 do Gabinete João Alfredo Correia que elaborou a lei Áurea. Cf. in: www.memoriall.com.br/0060A. Acesso em 20/02/16.

[...] quando o Conselheiro Antônio Prado se tornou prefeito da cidade, quis fazer emergir desse fundo concentrado de riqueza um projeto civilizacional calcado no urbanismo sofisticado de Paris do Segundo Império. Contratou para isso, dois especialistas com longa folha de serviços prestados à Prefeitura de Paris e ao projeto paisagístico das Feiras Universais centradas na cidade-luz, os engenheiros-arquitetos Bouvard e Cochet. O resultado foi de grande impacto. Praticamente tudo o que restara da antiga aldeia colonial foi posto abaixo, e o conjunto da fisionomia da cidade foi reformado para se transformar numa metrópole moderna de recorte europeu. As duas colinas básicas da área central da cidade, antes separadas por declives íngremes, pântanos e o riacho do Anhangabaú, foram unidas por dois viadutos em arcos de ferro, amplos e solenes, integralmente importados da Alemanha. O riacho Anhangabaú foi canalizado e sobre ele construído um elegantíssimo parque ajardinado. (Sevcenko, 2000, p. 79).

Nesse contexto, a vida cultural da cidade também se transformava, pois as alterações sofridas no campo da paisagem urbana, decorrentes do projeto civilizacional em moldes europeus irá ganhar visibilidade material, ganhando formas arquitetônicas traduzidas em novos espaços, ou seja, a cidade irá ganhar novos edifícios que abrigarão atividades voltadas para a arte e a ciência, bem como a mobilidade urbana.

Uma série de grandes prédios públicos foi edificada como marcos cívicos de referência, dentre eles o Museu Histórico do Ipiranga, de arquitetura neoclássica francesa, a Estação da Luz, baseada no modelo de estação londrina de Paddington e importada inteira da Inglaterra, e o imponente Teatro Municipal, de inspiração neo-renascentista italiana. (Sevcenko, 2000, p. 80).

Havia um contexto mais amplo da criação do Museu do Ipiranga, pois, além de expressar materialmente essas mudanças, no caso, o edifício palácio-monumento, simboliza também mudanças no plano da cultura, pois o palácio-monumento irá abrigar o futuro Museu Paulista, um museu que em seus inícios foi um museu de História Natural.

Pensando em termos regionais, no século XIX, no Brasil, foram criados o Museu Nacional do Rio de Janeiro em 1818 e reformado em 1876; em 1871, foi criado o Museu Paraense Emilio Goeldi; em 1876, a criação do Museu Paranaense e em 1884 foi inaugurado e o Museu Botânico do Amazonas, todos vinculados às Ciências Naturais. Segundo Lopes,

Essa proliferação de museus e as reformas do Museu Nacional foram por um lado, frutos da consolidação de diferentes elites locais e de iniciativas científicas regionais. Integraram o conjunto de medidas estabelecidas pelo ‘surto de desenvolvimento material do país do final do século, que incorporou a valorização da ciência como prática

concreta e instituição social na remodelação da face do país'. (Lopes, 2009, p. 153).

Percebe-se como questões de desenvolvimentos econômico e científicos atuaram na criação de muitos museus de História Natural, entre eles o Museu Paulista que ocorreu num cenário de desenvolvimento científico, no país e no exterior, como procuramos demonstrar acima.

Cabe notar que neste período, na Europa, vive-se a Revolução Industrial na sua segunda fase, ou, em outros termos, a revolução Científico-Tecnológica, que ao aplicar os novos conhecimentos produzidos nas áreas da mecânica, física, química e biologia propiciariam um aumento significativo da produção econômica em termos de processo produtivo industrial.

De acordo Sevckenko, esta segunda fase da Revolução Científico-Tecnológica difere muito do primeiro momento da revolução industrial,

Apesar de ser comumente denominada de “segundo momento da industrialização”, a Revolução Científico-Tecnológica na realidade é muito mais complexa, ampla e profunda do que um mero desdobramento da primeira, como o nome poderia sugerir. Ela representa de fato um salto enorme, tanto em termos qualitativos quanto quantitativos, em relação à primeira manifestação da economia mecanizada. Resultando da aplicação das mais recentes descobertas científicas aos processos produtivos, ela possibilitou o desenvolvimento de novos potenciais energéticos como a eletricidade e os derivados de petróleo, dando assim origem a novos campos de exploração industrial, como os altos fornos, as indústrias químicas, novos ramos metalúrgicos. (Sevckenko, 1998, p. 8-9).

Neste contexto de profundas alterações sócio econômicas em que o conhecimento científico e a produção de novas tecnologias estão relacionadas ao processo produtivo econômico da sociedade, a Ciência Natural ganha grande destaque, influenciando outras áreas, dentre elas, a Sociologia, produzindo teorias que se valiam de argumentos das Ciências Biológicas, casos do darwinismo social e do organicismo.

A cultura ganha novos patamares de importância, surgindo, no decorrer desse século e adentrando pelo século XX, museus de vários tipos. Segundo Munakata e Braghini, falando especificamente dos museus pedagógicos, que seguem outros propósitos, mas acompanham essa linha de exposição de coleções com fins de instrução de professores sobre as mais modernas inovações pedagógicas:

Entre 1851 e 1905 criaram-se mais de 70 museus pedagógicos pelo mundo, abrangendo regiões e países não apenas da Europa e América do Norte, mas também Japão (1878), Brasil (1883), Argentina (1888) ou Uruguai (1899) (Munakata e Braghini, 2015, s/p)

Portanto, a abertura de museus foi um movimento generalizado no século XIX, segundo Lopes,

A constatação da expansão sem precedentes dos museus de todos os tipos, por todos os continentes nas últimas décadas do século passado, levou Laurence Vail Coleman, diretor do American Association of Museums a caracterizar essa expansão como um verdadeiro movimento social [...]. (Lopes, 2009, p.223).

Nesse movimento social, houve a criação de museus científicos, mas também de museus industriais, comerciais, pedagógicos, muitas vezes se apresentando como grandes salões expositivos para a apresentação de produtos que deveriam ser comercializados. Todavia, não devemos entender a criação de museus científicos como um reflexo mecânico de causas econômicas e científicas e do centro (Europa) para a periferia. É necessário compreender que o surgimento deles ocorreu por meio de ideias vinculadas ao desenvolvimento da História Natural, e que as ideias circulam por várias regiões e são apropriadas e reelaboradas de acordo com as necessidades e dentro de contextos locais.

Dentro destes contextos e ligados às várias funções de um museu, uma de suas funções e atuação para com o público pautava-se por uma linguagem direta com a apresentação dos objetos. Pensava-se em um tipo instituição que utilizasse uma forma de comunicação direta e teria como tarefa demonstrar na prática como os objetos eram e suas respectivas funções. Para o público, o processo de ensino seria o da apresentação dos objetos e a observação da prática concreta.

O museu é o espaço do artesão e do demonstrador, o lugar de uma linguagem que se apoia no espetáculo das máquinas e dos dispositivos para se tornar acessível a “sublime” ciência contida nos livros e gabinetes (Poulot, 2011, p. 21).

Essa questão de se perceber a educação por meio de objetos do museu também estava relacionada ao método pedagógico tido como oficial no estado de São Paulo, o método intuitivo. Este método privilegiava os sentidos como forma primeira de aprendizagem. De acordo com Buisson:

Se a intuição é meio de conhecimento mais natural do qual dispomos, é este, entre todos que convirá ao ensino e por excelência ao ensino primário. Se dentro da própria intuição, o que há de mais simples e fácil é a intuição pelos sentidos, é esta que deverá servir melhor à instrução elementar e começar de alguma forma a obra da educação infantil em todas as áreas a fins [...] (Buisson, 1912, p. 882)⁶

Ao privilegiar o processo de aprendizado pelos sentidos, partia-se do concreto para se chegar ao abstrato, das coisas às ideias. O processo de ensino era apoiado nos objetos e não nas palavras. As coisas em sua materialidade eram valorizadas, e os sentidos, principalmente a visão e o tato eram os meios mais apropriados para o processo de conhecimento; o ato cognitivo implicava em uma nova forma de percepção, isto implicava também em uma educação dos sentidos: conhecer por meio da sensibilidade. Mas havia uma diferença na opção pelo método no que se observa nas discussões regionais.

Em São Paulo, ao contrário do Rio de Janeiro, capital do Império, que voltava seu olhar para a bibliografia francesa sobre o método intuitivo, o olhar voltou-se para os americanos.

Entre esses personagens destacam-se os nomes como João Kopke, Rangel Pestana, Silva Jardim, Américo de Campos, Américo Brasiliense, Elias Fausto Jordão, Júlio Ribeiro, os irmãos Prudente de Moraes, Leôncio de Carvalho, dentre outros. Esses personagens, nos diversos campos em que atuaram, fundaram um discurso em torno do método intuitivo e implementaram algumas iniciativas práticas, especialmente no âmbito das escolas particulares, e apoiaram as experiências vinculadas aos protestantes norte-americanos, que traziam em sua bagagem as inovações de ensino pelas quais os intelectuais paulistas estavam ávidos. (Shelbauer, 2015, s/p)⁷.

Percebemos que a luta por uma modernidade não era só uma questão de reforma política e de instrução pública, também revelava a valorização das iniciativas privadas, de particulares, e uma necessidade de mudança quanto à percepção da realidade, mudança que se conquistaria por meio da educação dos sentidos, a partir de uma discussão sobre o método de ensino.

Museu e educação dos sentidos

⁶ Disponível em <http://www.inrp.fr/edition-electronique/lodel/dictionnaire-ferdinand-buisson/>. Acessado em 13/03/2015.

⁷ Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-3459201300010013&script=sci_arttext arttex
Acessado em 13/03/2015.

Visto pelo prisma da educação dos sentidos, podemos considerar, por hipótese, os museus como um espaço apropriado para a prática educativa, local onde o método intuitivo ou lições de coisas seria praticado para a aprendizagem e que ele foi constituído também para cumprir este papel. Feitas essas considerações, não teria o Museu Paulista, em seu período de funcionamento como Museu de História Natural, atuado como um lugar para a prática do Método Intuitivo e das Lições de Coisas, transformando-se num espaço que interage com planos de educação voltados à instituição de um sistema público, laico e republicano de ensino?

Um ano antes de sua inauguração, o museu já recebia visitas escolares, fato que demonstra a importância do Museu Paulista como instituição voltada também ao atendimento público de escolas, segundo Alves:

No ano de 1894, o Museu nem havia sido inaugurado e já começava a receber visitas de estudantes. Em clima festivo, aprender era um prazer: “Aos 16 do mês de [agosto] chegou o Seminário dos Salesianos com 300 alunos e banda de música, para ver o monumento e as coleções históricas e de mamíferos” (Alves, 2001, p.99).

O Museu Paulista foi criado como monumento à Independência e, a princípio, funcionou como um Museu de História Natural, voltado para instrução pública, pesquisa e divulgação científica. Comentamos que o museu esteve atrelado à discussão sobre o método intuitivo e lições de coisas. Recebia em suas dependências a visita do público escolar, mas também outro tipos de visitantes.

Objetivo

Busca-se compreender e analisar como foi organizado o espaço para a o atendimento ao público e as ações que o museu desenvolvia no período histórico em que este foi um Museu de História Natural, buscando entender como era feita essa ação. Sabe-se que o museu foi concebido como instituição para fins científicos e prestava atendimento aos cientistas e naturalistas. Mas, este estudo privilegia o fato de como era utilizado o espaço do Museu, levando em consideração, também, o que era oferecido para ser visto e apreciado em suas exposições no sentido de formação educacional.

Recorte temporal

O período a ser pesquisado será entre 1895, ano de sua inauguração, e abertura ao público, até 1915, quando seu primeiro diretor Herman Von Ihering deixa o museu.

Von Ihering foi quem consolidou a ideia do museu como um instituto ligado à ciência e à instrução pública. Também nesse período, destacam-se os planos museológicos e museográficos, embasados em princípios científicos e formalizados por uma nova estética visual, feita pelo acúmulo de coisas expostas em vitrines e pelo conhecimento classificado de espécies.

Seu diretor opta pelo modelo americano, sendo sua referência principal as ideias de George Brown Goode, diretor do Museu Nacional do Estados Unidos, que escreveu em 1895 o livro *The principles of Museum Administration*⁸.

Hipótese

Devido a importância dos museus de História Natural no contexto do século XIX e início do século XX, tanto para ciência como para a instrução pública, a hipótese é a de que o Museu Paulista por meio do atendimento ao público e as ações educativas realizadas em seu espaço, funcionava como um espaço para o desenvolvimento da Lições de Coisas e como reforço do método pedagógico por meio de ação extraescolar. Assim, o museu, além de um espaço científico, era visto como um espaço de instrução pública que é pouco comentado pela literatura científica.

Procedimento de pesquisa e análise

A trajetória se inicia pelo Setor de arquivo e documentação do Museu do Ipiranga.

Neste setor concentra-se grande parte dos documentos do Museu Paulista. Foram consultados vários documentos: pastas nº 70 a 101. Nestas pastas existem documentos relativos à administração do período de Ihering; são ofícios, cartas, correspondências, relatórios, avisos de chegada de materiais retido no Porto de Santos, convites para cerimônias oficiais etc..

A maior parte destes documentos está sob a forma de manuscritos e revelam a rotina administrativa do Museu. Encontram-se registrados por meio de cartas e ofícios vários pedidos de doação de objetos e espécimes para formação de museus escolares, demonstrando uma das formas de atendimento que este desenvolvia. Referentes ainda à rotina do Museu, dois livros foram consultados: o livro de crônicas do Museu do Paulista e o livro-registro de visitas.

⁸ ALVES, Maria de Alencar Alves. O Ipiranga Apropriado: ciência, política e poder: O Museu Paulista 1893-1922. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

O livro “Crônicas do Museu Paulista” é uma encadernação de capa preta, com 40 páginas, que abrange os anos de 1894 a 1921, contendo informações sobre o período da administração Ihering (1894 a 1916). De 1917 a 1921, os registros foram feitos por Afonso Taunay. Todos os registros contidos neste livro estão manuscritos. As informações que os registros nos trazem são relativas à rotina do Museu em seus aspectos de manutenção predial e procedimentos administrativos.

O livro de registro de visitantes abrange o período de 1894 a 1936. Encadernação medindo 36,6 cm x 24 cm, com fundo vermelho e letras douradas, com o título MUSEU PAULISTA – MONUMENTO DE YPIRANGA, com letras em dourado. O livro tem excelente encadernação, ressaltando a importância do que seria nele registrado. O que prevalece são assinaturas de pessoas ilustres, políticos, cientistas de várias instituições, comentários elogiosos, mas também assinaturas de visitantes comuns. Há o registro de uma escola com seu respectivo diretor, atendido por Ihering. Por meio deste registro, obtivemos informação sobre o atendimento a um público mais específico e a forma de seu atendimento.

Biblioteca de Museu Paulista

Nesse setor encontra-se o *Guia pelas Coleções do Museu Paulista*, editado em 1907 por Rodolpho von Ihering, filho de Hermann. Rodolpho era Zoólogo e ocupou o cargo de custos ou zelador de 27 de janeiro a 1917 (Grola, 2014, p.151), ou seja, era assistente do diretor. Essa publicação, de caráter oficial, teve uma tiragem de 3000 exemplares em 1907 e esgotou-se em 1911, sendo vendida no próprio Museu.

O *Guia* é um livreto com 116 páginas (20x13 cm), dividido em três partes e ricamente ilustrado com fotos em preto e branco. A primeira parte faz uma introdução às Ciências Naturais, trazendo informações sobre a classificação, organização das espécies e nomenclatura utilizada por estas ciências. É nesta parte que se encontram as fotos que ilustram o *Guia*. Essas imagens são todas de insetos e, na própria página de fotos estão as legendas com os nomes científicos e comuns dos espécimes. Pela forma de apresentação desta primeira parte, nota-se a preocupação com o caráter instrutivo do *Guia*. A segunda parte refere-se às coleções de exposição e tem como título *Parte Especial do Guia pelas Coleções do Museu Paulista; História Natural, Arqueologia, Etnografia, História Pátria e Numismática*. Nessa seção, o *Guia* descreve a organização das coleções para exposição, indicando a sala, o números dos armários/vitrines,

prateleiras, os nomes científicos e comuns dos espécimes e objetos que estavam expostos.

Mais do que informar, percebemos que a forma como descreve os objetos procura dirigir o olhar do visitante ao mesmo tempo que busca instruí-lo. Por trazer o mapa das salas (p. 6) sugere uma forma de roteiro. A terceira parte que encerra o *Guia* é um pequeno manual de taxidermização, para os interessados em se iniciar nesta arte.

O *Guia* foi uma das fontes que utilizamos para entender como eram montadas as exposições e como o conteúdo era apresentado aos visitantes e nos auxiliou na compreensão das fotografias e a forma de organização das exposições. Uma informação importante contida no *Guia* é a fotografia do mapa da exposição do andar superior (p. 6) destinado a visita pública. Por este mapa, obtivemos uma noção sobre a circulação do visitante no Museu, elemento importante para se compreender o atendimento ao público.

Biblioteca do Museu de Zoologia

Na biblioteca, estão disponibilizadas para consulta pública as revistas do Museu Paulista. São 23 volumes, contendo vários relatórios anuais do Museu, compreendendo o período de 1895 a 1938.

A Revista do Museu Paulista era uma publicação periódica do próprio Museu e seu primeiro redator foi Hermann von Ihering, diretor da instituição de 1895 a 1915. O primeiro número da revista saiu em janeiro de 1896 e, neste período os artigos e estudos publicados pela revista eram de predominância das ciências naturais. Ihering, eminente zoólogo, foi o que mais escreveu neste período, deixando transparecer seu personalismo e estabelecendo as diretrizes da revista. Segundo Shwarcz, “Destaca-se também o personalismo de Von Ihering, que durante o período de sua gestão foi responsável por 40 % dos artigos publicados na revista”. (Shwarcz, 1993, p.81).

A revista tinha um caráter utilitário e visava a um público específico, ou seja, a publicação voltava-se para cientistas e pessoas que se interessavam por ciências. Nas palavras de Ihering, “Desejo quanto mais possível dar a este periódico o caráter de uma publicação de utilidade para todos que se interessem pela exploração científica no país” (Revista do Museu Paulista, 1897, p. 5).

Embora a instrução pública fosse um dos aspectos do Museu, a publicação não era voltada para este fim. A revista cumpriria seu caráter de instrução, mas para um público específico, ou seja, pessoas ligadas às ciências.

A Revista era distribuída para várias instituições e repartições públicas,

[...] *Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, Posto de Zootécnico, Hospedaria dos Imigrantes, Agência de Colonização e Trabalho, Instituto Agrônômico, Escola Agrícola Luis de Queiróz e Aprendizado Agrícola*, (ALVES, 2001, p. 132, grifos da autora).

Por meio dos nomes das instituições, percebe-se que um dos aspectos que Ihering procurou dar à Revista foi o de reforçar seu caráter institucional, ou seja, o Museu Paulista como uma repartição pública prestadora de serviços ligada às Ciências Naturais e também no auxílio da instrução para a formação para o trabalho.

A Revista também foi utilizada como ferramenta de intercâmbio entre instituições; o Museu operou permutas e contatos importantes, como com o “Museu Nacional, Escola de Minas de Ouro Preto, Sociedade de Medicina e Cirurgia” (Alves, 2001, p. 132).

Agregando as funções de divulgação científica, instrução, meio de prestação de serviços, a Revista serviu de justificativa política para a importância do Museu, pois, em 1904, ao participar da Exposição Universal em Sant Louis, EUA., foi agraciada com o Grande Prêmio, o que contribuía para bons argumentos por parte de seu dirigente,⁹

Foi unicamente com a Revista que o Museu Paulista incitado pelo Governo do Estado concorreu a esse certame universal e é pois o programa nela delineado com relação ao Museu e sua gradativa realização que o júri desta formam quis premiar. (Ihering, 1907, p. 30).

O reconhecimento com o Grande Prêmio destaca-se no discurso do diretor, realçando a utilidade e a importância da Revista do Museu.

Na Revista, além dos artigos científicos nas áreas das Ciências Naturais, estudos de etnografia e antropologia física, encontram-se publicados os relatórios anuais do Museu e o importante artigo *A organização atual e futura dos Museus de história natural* (Ihering, 1907, p. 431-449). Neste artigo, temos informações relevantes sobre a museografia do Museu Paulista, importante para se compreender o atendimento ao público.

Além dos artigos científicos, na Revista estão publicados os relatórios anuais do Museu. Estes relatórios são documentos que trazem informações anuais sobre os fatos e acontecimentos mais relevantes, registrados pelo diretor, ocorridos naquele exercício,

⁹ Os relatórios dos anos de 1905, 1906 e 1907 foram publicados no volume VII da Revista do Museu Paulista que foi editada por Rodolpho von Ihering, filho de Hermann von Ihering.

ou seja, são relatos que compreendem um período de 12 meses, destinados ao Secretário dos Negócios do Interior, como prestação de contas. Estão estruturados por tópicos: pessoal, visitantes, coleções, excursões, serviços anexos, trabalho científico, publicações científicas¹⁰, listas de ofertas recebidas pelo Museu Paulista.

Os relatórios do período Ihering estão distribuídos da seguinte forma:

Revista do Museu Paulista

Volume	Ano	Título
Volume I	1895	Museu do Estado
Volume II	1897	O Museu Paulista no ano de 1896
Volume III	1898	O Museu Paulista no ano de 1897
Volume IV	1900	O Museu Paulista no ano de 1898
Volume V	1902	O Museu Paulista nos anos de 1899 e 1900
Volume VI	1904	O Museu Paulista nos anos de 1901 e 1902
Volume VII	1907	O Museu Paulista nos anos de 1903 e 1905
Volume VIII	1911	O Museu Paulista nos anos de 1906 1909
Volume IX	1914	O Museu Paulista nos anos de 1910,1911 e 1912
Volume X	1918	O Museu Paulista nos anos de 1913, 1914, 1915 e 1916
Volume XI	1919	Relatório da Diretoria do Museu referente ao ano de 1918
Volume XII	1920	Relatório referente ao ano de 1919.

Fonte: Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo, 2015.

A leitura dos relatórios nos possibilitou colher informações sobre a frequência do público. Nota-se, nos relatórios, que Ihering privilegiou em seus registros as visitas de personagens ilustres, a citação do público escolar é registrada em alguns relatórios e consta nos tópicos sobre o público anual. Encontramos registrados com certa frequência de reclamações do diretor sobre os serviços de transportes realizados pela Viação Paulista de Bondes que, segundo Ihering, interferia diretamente na visitação do público ao Museu, informação relevante para nossa pesquisa sobre atendimento ao

¹⁰ O tópico publicações científicas é observado nos relatórios de 1910, 1911 e 1912, e refere-se às publicações científicas de nomes ligados ao Museu, no caso: Hermann von Ihering (diretor), Rodolfo von Ihering (filho do diretor), H. Luederwaldt e Adolfo Hempel, este último do Instituto Agrônomo de Campinas.

público. Para o período de nossa pesquisa privilegiamos os 10 primeiros volumes, todavia, não deixamos de consultar toda a coleção.

Arquivo Público do Estado de São Paulo – APESP

Consultamos os catálogos: *O Monumento do Ipiranga*, que diz respeito à construção do monumento do Ipiranga no século XIX, e *República*, que traz documentos referentes ao Museu Paulista nos séculos XIX e XX. Por meio destes, localizamos os documentos sobre o Museu Paulista. Estão agrupados em um total de sete latas abrangendo os períodos de 1897 a 1932:

Arquivo Público do Estado de São Paulo

Museu Paulista

Lata	Período
CO 6978	1897/1901
CO 6980	1914/1919
CO 6981	1914/1919
CO 6982	1919/1919
CO 6983	1919/1919
CO 900	1927/1927
CO 6908	1932/1932

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo – APESP, 2015.

Foram consultados vários tipos de documentos, desde ofícios, cartas e processos no conjunto das sete latas, porém, voltamos nossa atenção às latas CO6978, CO6980, CO6981, relativas ao período de nossa pesquisa.

Outro documento localizado nesta instituição refere-se aos relatórios de 1894 da Secretaria dos Negócios do Interior do Estado de São Paulo. Esses relatórios formam um livro encadernado em dois volumes: Tomo 1, com o título de Relatório de 1894 da Secretaria dos Negócios do Interior do Estado de São Paulo; Tomo 2, anexo. Os relatórios foram redigidos pelos respectivos diretores das repartições. São documentos contendo as atividades anuais das repartições que formavam a Secretaria dos Negócios do Interior do Estado de São Paulo, e foram divididos em quatro partes:

1^a – saúde pública higiene, legislação sanitária e estabelecimentos ligados à área da saúde;

2ª - instrução pública de todos os graus e escolas: escola modelo, preliminares, normal, ginásio, politécnica, e museu;

3ª – estabelecimentos de caridades subvencionadas pelo governo;

4ª – situação política, econômica e social dos municípios do Estado de São Paulo e suas repartições subordinadas à Secretaria do Estado.

Ao lado da questão sobre o atendimento ao público, voltaremos nossa atenção para o método intuitivo e lições de coisas, tema vinculado à instrução pública e que esteve presente na criação do Museu Paulista. Uma das fontes para consulta é o relatório da Secretaria dos Negócios do Interior de 1894, na seção sobre instrução pública. Nesta seção, estão contidas informações sobre o método intuitivo e sua relação com as escolas do Estado.

Na seção instrução pública (2ª parte), encontramos informações sobre a importância do método intuitivo que deveria ser implementado em São Paulo e sobre o Museu do Estado na sua função de fornecedor de objetos para as várias escolas públicas, a fim de que formassem seus respectivos museus escolares.

A apresentação do Relatório de 1894 da Secretaria dos Negócios do Interior de São Paulo é do Secretário da Pasta, Dr. Cesário Motta Junior. O jornal Correio Paulistano encontra-se digitalizado e pode ser consultado pelo site da instituição. Na edição de 8 de setembro de 1895, encontramos a matéria sobre a inauguração do Museu na íntegra, reproduzida na Revista do Museu Paulista, aprovado por Ihering.

Acervo do jornal O Estado de São Paulo.

O jornal O Estado de S.Paulo (OESP) constitui uma fonte importante sobre o tema da instrução pública. Por meio desse jornal, foi divulgado o debate em torno deste tema, como documenta Hilsdorf (1986), ao estudar a vida de Rangel Pestana. Possamai (2012), Shelbauer (2015) e Valdemarin (2014) são autoras que nos possibilitam um melhor entendimento do método intuitivo.

O acervo encontra-se digitalizado, podendo ser acessado pelo site deste jornal. Várias edições foram consultadas desde 1895, quando o jornal chamava-se A Província de São Paulo. Por meio da leitura deste periódico, obtivemos informações sobre o Museu Paulista, como a publicação do convite à população para a inauguração do Museu (publicado em 6 de setembro de 1895), publicação do horário de funcionamento, registros de visitas ilustres, publicação de atos administrativos da

Secretaria do Interior relativos ao Museu, notícias sobre furto ocorrido no Museu e aquisições de objetos.

Neste periódico, encontram-se anúncios relativos à venda de terrenos e imóveis no bairro do Ipiranga, tendo o Museu Paulista como referência de boa localização. Isto nos possibilita a pensar também na importância do Museu como promotor de progresso e desenvolvimento da região.

A documentação foi separada e analisada. Para o texto de qualificação foi apresentada apenas uma parcela dessas análises.

Procuramos observar as considerações de Ginzburg quanto à forma de análise e tratamento das fontes. Segundo Ginzburg, a leitura de um documento deve se pautar pelo “paradigma indiciário, uma interpretação centrada sobre os resíduos, sobre dados marginais, considerados reveladores”. (Ginzburg, 1989, p. 149).

Para nossa pesquisa sobre o atendimento ao público, além de nos depararmos com breves informações, estas encontram-se diluídas. Muito embora as informações que necessitamos estejam diluídas, cabe ao historiador “Escarafunchar arquivos brasileiros” (Bacellar, 2005, p. 45), atrás das informações e fontes de que necessita, ou seja, o pesquisador deve ser um incansável “detetive” à caça de suas fontes e informações, recorrendo à Bacellar, “Cabe ao historiador desvendar onde se encontram os papéis que podem lhe servir” (Bacellar, 2005, p. 46). Neste trabalho de procura e investigação, após encontrarmos os documentos que nos servirão de fonte, não podemos deixar de estar atentos às orientações de Ginzburg, quanto aos detalhes. Devido a este fato, procuramos observar qualquer índice ou referências que a leitura desses documentos nos proporcionasse.

Outra fonte por nós consultada foi o acervo de fotografias. As imagens fotográficas nos ajudam a entender o ambiente do Museu, porém, procuramos estar atentos às considerações de Kossoy (2014),

Toda fotografia é um resíduo do passado. Um artefato que contém em si um fragmento determinado da realidade registrada fotograficamente. Se por um lado, este artefato nos oferece indícios quanto aos elementos constitutivos (assunto, fotógrafo, tecnologia) que lhe deram origem, por outro o registro visual nele contido reúne um inventário de informações acerca daquele preciso fragmento de espaço/tempo retratado. (Kossoy, 2014, p. 49).

Atentos à observação de Kossoy, quando nos chama a atenção de que toda fotografia registra um momento do passado, um fragmentos, estudaremos tais

fragmentos procurando perceber e entender a forma museográfica desenvolvida no Museu, aspecto importante no tocante ao atendimento ao público.

Um detalhe que sobressai nas imagens fotográficas e que apresentamos é a forma que as espécimes estão expostas nas vitrines. A forma de classificação sistemática, a organização das mesmas por grupo e os objetos rigorosamente enfileirados, nos revelam uma forma de pensamento e percepção visual.

A apresentação destes objetos demonstra uma racionalidade preponderante, pois percebe-se uma orientação pensada para o olhar do visitante. Um discurso visual revela o olhar e o pensamento do curador, ou seja, a forma de expor os objetos, o mobiliário e a disposição do mobiliário nas salas são informações que nos auxiliam a entender como o Museu se relacionava com seu público. Pela análise preliminar das fotos, percebemos que o discurso visual que elas expressam, revelam a forma didática de apresentar as coleções. Em outras palavras, percebe-se a concepção do espaço das salas de exposição pensando-as em caminhos visuais que pretendem contar uma história de modo a educar o público que se dispõe a observá-las.

Apresentação dos capítulos

No capítulo 1, trataremos da constituição do Museu Paulista, desde os debates iniciais travados ainda no período Imperial, pensando-o como instituição monumento em comemoração à Independência do Brasil e, também, como museu voltado à instrução pública e ao desenvolvimento científico do estado de São Paulo. Dividimos este capítulo em três tópicos:

1.1 – Museu Sertório: discorrerá sobre a origem do acervo do Museu do Estado (depois Museu Paulista). A coleção Sertório foi doada pelo conselheiro do Império Francisco de Paula Mayrink ao Estado e, essa coleção, somada a coleção Peçanha, formou o primeiro núcleo do que viria a ser o acervo do Museu Paulista;

1.2 – Museu de História Natural e a escolha de Hermann von Ihering: nesse tópico, estudaremos o processo histórico da constituição do Museu Paulista como um Museu de História Natural e a escolha de seu primeiro diretor, o cientista natural Hermann von Ihering;

1.3 – O Museu no dia de sua inauguração: nesse momento, descreveremos como foi a solenidade de abertura do Museu, sua repercussão na imprensa e como esta descreveu o Museu naquele ato solene.

No capítulo 2, estudaremos os usos e finalidades do museu e o público frequentador, observando os grupos, classificando os seus interesses e indicando, por meio da análise da documentação, quem eram as pessoas que frequentavam o museu, dando razão à sua existência, pensando-o como museu, mas também como monumento público. Este capítulo desdobra-se em dois tópicos:

2.1 – Diversas finalidade e usos de uma instituição;

2.2 – Atendimentos: laboratórios, pesquisa e ensino.

Para o capítulo 3, faremos a análise das exposições dispostas no Museu durante o período proposto. Sabe-se que as exposições possuíam uma narrativa ordenada, dando a entender uma concepção de ciência, uma ordenação na forma de observação dos objetos, uma arrumação na disposição das coisas pensadas também para a formação do público em geral. Pretende-se compreender como era apresentada essa narrativa, portanto, organizamos o capítulo da seguinte maneira:

3.1 – Coleções para Exposições;

3.2 – Organização espacial;

3.3 – Percurso ou roteiro de visita;

3.4 – Salas de exposições;

3.5 – O olhar dos visitantes.

1 – SOBRE CONSTITUIÇÃO DO MUSEU PAULISTA: INSTRUÇÃO PÚBLICA COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA

O Museu Paulista foi inaugurado em 7 de setembro de 1895. A história do Museu está intimamente ligada à construção do palácio-monumento do Ipiranga, iniciado em 1885, na época da monarquia, e concluído em 1890, no regime republicano. A história da construção deste monumento envolveu temas como a instrução pública, ciência, civilização e anseios por um futuro, tendo a ciência como rumo norteadora desse processo.

Contudo, para alcançar um futuro promissor, no caso, uma nova civilização, eram necessárias iniciativas que permitissem uma transformação cultural na sociedade. E ações foram tomadas, recorrendo-se à ciência como meio para se atingir tal fim.

Este caminho já estava apontado na decisão da construção do palácio-monumento, por meio da aprovação da lei nº 23.3.1885, porém essa lei não seria cumprida devido às turbulências políticas, ou seja, a passagem da Monarquia a República. Todavia, essas turbulências não impediram a realização das obras da construção do palácio do Ipiranga, tendo à frente o arquiteto Tommazo Bezzi, amigo do Imperador. De acordo com Alves (2001, p.47), este fato poderia dar a impressão de que os setores ligados à Monarquia teriam levado vantagem sobre os republicanos, mas as obras iniciadas no período monárquico só terminaram no período em que os republicanos estavam no poder, ou seja, o palácio-monumento teve início em 1885 e seu término se deu em 1890.

Estando no poder, os republicanos apropriaram-se do palácio-monumento acrescentando-lhe novas funções: o monumento-palácio além de celebrar a independência, deveria abrigar uma instituição científica e servir a instrução pública (Alves, 2001, p. 33).

O palácio-monumento abrigou, portanto, um Museu de História Natural. No entanto, antes de se concretizar este fato, um debate intenso envolvendo temas como a instrução pública, progresso, civilização, patriotismo e nação ocorreu entre republicanos e monarquistas. Além desses temas, outro elemento que esteve presente nos debates, foi a noção de ciência. Segundo Alves (2001), o cruzamento desses temas somados à noção de ciência, criaram as condições para a instalação do Museu de História Natural no

Palácio do Ipiranga; o Museu Paulista como um Museu de História Natural é resultado de um amplo processo de discussão que abarcou questões de cunho político: noção de pátria e nação; sociocultural: instrução pública, ciência e civilização; econômico-social: noção de progresso.

No processo histórico paulista, vamos encontrar várias tentativas de se construir um monumento que celebrasse e perpetuasse a Independência. Em São Paulo, os presidentes desta província tinham esta preocupação, pois, entendiam ser uma necessidade perpetuar a memória da independência (ELIAS, 1984). De acordo com Schwarcz,

Logo após as comemorações de 7 de setembro de 1824, Lucas Antônio Monteiro de Barros, na qualidade de presidente de província, pede contribuições voluntárias com o aceite de d. Pedro I. Mas o projeto não segue em frente, padecendo por falta de recursos financeiros. (Schwarcz, 1993, p. 78).

Apenas no final do século XIX este fato se concretizou. Deveria ser construído no sítio do Ipiranga, um palácio suntuoso no estilo neoclássico, que marcasse e simbolizasse a data de nosso nascimento como nação politicamente independente, ou seja, o lugar onde fora proclamada nossa Independência deveria ser visto como o nosso marco inicial.

Mas para a realização de um projeto de grande envergadura, como a construção de um palácio-monumento, exigiam-se muitos esforços e recursos. Para a obtenção desses recursos, foi necessário toda uma articulação política que ocasionou vários embates. A Câmara Municipal de São Paulo, em 1869, nomeou duas comissões: uma Comissão Central, que iria atuar na Corte, e outra comissão em São Paulo, que faria sua primeira reunião, só no ano de 1873.

As duas comissões tinham a função de reunir esforços para a realização desta construção. Iniciativas foram tomadas. O presidente de São Paulo, Laurindo Abelardo de Brito, em 6 de abril de 1880, sancionou a lei 49¹¹, que criou três loterias para levantar verbas para o monumento, sendo seus “peticionários o Conselheiro Joaquim Ignácio de Ramalho e o Dr. Diogo de Mendonça Primo” (Alves, 2001, p. 35), e em 13 de fevereiro de 1881, foi promulgada a lei nº 10¹², que estabelecia que todos recursos vindos das loterias teriam que ser aplicados na instrução pública.

¹¹ Lei nº 49 de seis de abril de 1880. Disponível em: < www.al.sp.gov.br/>. Acesso em 20.7.2015.

¹² Lei nº 10 de 13 de fevereiro de 1881. Disponível em: < www.al.sp.gov.br/>. Acesso em 20.7.2015

Mas nem tudo estava resolvido. Em torno desta lei, como sugere Alves (2001), criaram-se algumas polêmicas: como conciliar as deliberações desta com o projeto do monumento do Ipiranga? Qual relação se fazia entre a instrução pública e à Independência?

Uma voz importante que sobressaiu nesse debate foi a do jornalista Francisco Rangel Pestana, membro do Partido Republicano e fundador do Jornal A Província de São Paulo. Em editorial do dia 17 de fevereiro de 1885, Rangel Pestana, referindo-se a essa lei como “fraudulenta”, atacava a postura da Comissão de São Paulo. Para Rangel Pestana, a lei era resultado das manobras feitas pela Comissão de São Paulo, junto a Assembleia da Província, criando isenções de impostos sobre as verbas das loterias do Ipiranga, já que elas deveriam ser empregadas na instrução públicas.

O êxito da Comissão em isentar as verbas de impostos não impediu a entrada de novas vozes no debate em torno da “questão do Ipiranga”. Rangel Pestana se destacou nesse debate, pois além de jornalista, era político e educador (Hilsdorf, 1986) e confrontou-se com os grupos ligados à Corte. Rangel Pestana, como republicano, fez da instrução pública uma de suas bandeiras principais e atuou firmemente nesta questão, expressando-se pelas páginas de seu jornal e, também como deputado, concebeu leis na Assembleia Provincial voltadas para a instrução pública e ao monumento do Ipiranga.

A instrução pública ocupou um bom espaço nessas discussões, porém não esteve isolada. Outro tema correlacionado à educação foi o patriotismo. Quem seria mais patriota, monarquistas ou republicanos? O que interessaria mais a Pátria: um símbolo de nossa Independência, materializado em um monumento, ou um monumento que, além de celebrar e perpetuar a memória da Independência deveria servir a instrução pública e contribuísse para o desenvolvimento da ciência e a formação de novos cidadãos? Nesse clima os debates se acirraram.

Entre as comissões encarregadas dos negócios do Ipiranga, um grupo importante era formado por pessoas ligadas a Corte: Luis Pedreira do Couto, Visconde do Bom Retiro¹³; Francisco Ignácio Homem de Mello, Barão Homem de Mello¹⁴; Manuel Inácio

¹³Luis Pedreira do Couto nasceu em 07/05/1818 na cidade do Rio de Janeiro, RJ, e faleceu em 12/08/1886. Foi ministro dos negócios do Império do Brasil, membro do Conselho do Imperial Comissário do Governo Imperial junto ao Instituto dos meninos cegos, Inspetor Geral da Caixa de Amortização e Conselheiro de Estado. Cf. in.: www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp. Acesso em 16.07.2015.

¹⁴Francisco Ignácio Homem de Mello nasceu em 01/05/1874 em Pindamonhangaba, SP, e faleceu em 04/01/1918, na cidade de Campo Belo, depois rebatizada como Homem de Mello, RJ. Foi presidente das províncias: São Paulo (1864), Ceará (1865-1866), Rio Grande do Sul (1867-1868) e Bahia (1878); deputado de largo prestígio Assembleia da Província de São Paulo nas legislaturas de 1867-68 e 1878-81

Cavalcanti de Lacerda, Barão de Pirapama¹⁵; Francisco de Paula Negreiros de Sayão Lobato, Visconde de Niterói¹⁶ e Joaquim Inácio Ramalho, o Barão de Ramalho¹⁷, presidente da Comissão de São Paulo.

Estes seguiam as determinações do Imperador: no local onde fora proclamada a Independência, deveria ser erguido um monumento que celebrasse e marcasse este fato. Deveria ser uma obra grandiosa, símbolo perpétuo da memória da Independência. Para os monarquistas, a celebração seria um fim em si mesmo.

Do outro lado da “trincheira” estavam os republicanos, entre eles Rangel Pestana, que viam na comemoração e na construção do palácio-monumento uma oportunidade para desenvolver a ciência e a instrução pública, ou seja, “a comemoração era um meio e a instrução um fim” (Alves, 2001, p.39). Rangel Pestana, neste processo, destaca-se pela combatividade que travou contra os planos das comissões e da corte. Para ele, a celebração não deveria ficar só em seus aspectos comemorativos, deveria ser útil a nação, portanto, era necessário celebrar e instruir,

Já dissemos que o melhor, o mais glorioso e duradouro monumento para comemorar a Independência do Brasil é um estabelecimento de instrução. Na imprensa desta e de outras províncias, as nossas considerações encontraram apoio. Não se pensa do mesmo modo no seio da comissão: prefere-se ali gastar 1.200 a 1.500 contos com uma extensa alameda e quase outro tanto talvez com um custoso monumento figurativo de qualquer coisa, menos da alta compreensão que possamos ter de nossos deveres sociais. Ficará o resto para algumas acanhadas escolas para um pequeno liceu. Não nos parece este o meio mais digno de comemorar aquele fato histórico.

Como monumento, o estabelecimento de ensino é incontestavelmente significativo e útil. A sua influência na formação da nacionalidade, pelas lições que as gerações aí receberão segundo o desenvolvimento

e Ministro da Guerra em 1881. Cf. in.: www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=335. Acesso em 16.07.2015

¹⁵ Manuel Ignácio Cavalcanti de Lacerda nasceu em 06/09/1799, no engenho Grajaú, capitania de Pernambuco e faleceu em 11/03/1882. Foi desembargador nomeado em 17.01.1826, pertenceu ao Conselho Militar sendo nomeado Ministro Adjunto em 12.02.1838 e Juiz Relator em 15.06.1849, Presidente da Relação do Rio de Janeiro, nomeado pelo decreto de 22.05.1846 e reconduzido a este cargo por decreto em 8.06.1849, Ministro do Supremo Tribunal de Justiça nomeado por decreto em 12.10.1854. Cf. in.: [www.stf.jus.br/Sobre o STF/Composição](http://www.stf.jus.br/Sobre_o_STF/Composiçao). Acesso em 16.07.2015.

¹⁶ Francisco de Paula Negreiros de Sayão Lobato nasceu em 25/05/1815 na cidade do Rio de Janeiro e faleceu em 14/07/1884. Foi ministro dos Negócios da Justiça do XVI e XXV Gabinete do II Império, conselheiro de Estado, desembargador e diretor da Alfândega. Cf. in.: www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp. Acesso em 17.07.2015.

¹⁷ Joaquim Ignácio Ramalho nasceu em São Paulo em 06/01/1809 e faleceu em 18/08/1902. Formou-se Bacharel em Direito em 25.05.1834 e recebeu título de doutor em 1835. Foi nomeado professor substituto da Faculdade de Direito por decreto em 23.04.1836, vereador e presidente da Câmara Municipal de São Paulo em 1845, membro da Assembleia Provincial de São Paulo por duas legislaturas. Em 4 de dezembro de 1861, recebeu o título de conselheiro e a comenda Nosso Senhor Jesus Cristo por decreto de 21/05/1874. Cf. in.: www.direito.usp.br/faculdade/diretores/index_faculdade_diretor_09.php. Acesso em 17.07.2015.

das ciências deve perpetuar gloriosa e proficuamente a data e o fato que determinaram a existência dessa mesma nacionalidade, até hoje ainda mal definida pela falta de instrução. (Rangel Pestana, *apud* Hilsdorf, 1986, p. 282).

Como podemos perceber, Rangel Pestana, nas discussões sobre o monumento do Ipiranga, realça a instrução pública como sua primeira preocupação, vinculando-a a questão da formação de nacionalidade, ou seja, seria pela instrução pública que se definiria a Nação. Não obstante o fato de Rangel Pestana ser político e jornalista, ele atuou como educador abrindo escolas, dando aulas e contribuindo como professor em outras instituições educativas. Deixou marcado em seu discurso que o monumento seria significativo para o ensino, como local gerador de “lições” em torno das ciências para as gerações futuras.

Para Hilsdorf (1986), Francisco Rangel Pestana, além de político e jornalista, teve um papel importante como educador. Participou da abertura e da organização Escola do Povo, que fora um empreendimento coletivo, tendo atuado nesta instituição também como professor e no Liceu de Artes e Ofícios ministrou conferências sobre Economia Industrial. Como demonstra Hilsdorf, Rangel Pestana era um homem ligado à educação, e, no período em que se travava a discussão sobre a construção do monumento do Ipiranga, atuou firmemente para que as verbas destinadas ao projeto fossem empregadas para fins educativos, ou seja, que o monumento-palácio, abrigasse instituições ligadas ao ensino e à ciência.

Apesar das críticas proferidas por Pestana, por meio de seu jornal, o político estava ciente de que haveria necessidade de buscar uma conciliação para o impasse.

Para o palácio-asilo, o triste monumento de nosso atraso em assunto de educação, havia planta e orçamento; mas o edifício projetado para aquilo terá condições para um outro estabelecimento de ensino? Não basta levantar um palácio; é preciso que ele tenha condições necessárias ao destino que lhe derem. Antes, pois, de construir a casa é conveniente que se saiba o que vai aí funcionar. Há entretanto, uma única vontade que domina tudo, e tem trazido em completa balburdia comissão e presidentes – a do imperador. “Faça o que quiserem, diz o monarca, contanto que seja no Ipiranga.” Pois bem, façam-lhe a vontade, mas tenham o critério de formar uma instituição de ensino capaz de honrar o adiantamento científico do nosso tempo.¹⁸

¹⁸ A Província de São Paulo, 17.2.1885.

Uma preocupação era erguer o edifício. A outra era dar uma função a ele, preenchê-lo com conteúdo. Ao que parece, o Imperador estava preocupado mesmo com o Monumento, ou com a marcação da tradição de que a Independência proferida por seu pai foi feita no local marcado como a colina do Ipiranga. Por outro lado, havia a proposta de transformá-lo em uma instituição científica e de ensino, dentro de um edifício monumento.

Antes de prosseguirmos sobre outras disputas, um aspecto importante a comentar é a questão do local. O espaço geográfico não é isento de sentidos e significados. No caso das colinas do Ipiranga, havia um propósito muito forte para os monarquistas, pois fora ali que D. Pedro I, fundador do Império, proclamara a independência, fazendo nascer a nação brasileira. Este local, para os monarquistas de São Paulo, deveria ser perpetuado na memória nacional por meio da construção de um monumento, como um ato patriótico de alto valor. Oliveira (1997), analisando os relatórios do Barão de Ramalho, Presidente da Comissão do Monumento do Ipiranga, faz a seguinte narrativa sobre o local,

ainda em 1885, o Conselheiro Joaquim Ignácio Ramalho, Presidente da Comissão do Monumento do Ipiranga, fizesse questão de divulgar a feição “fidedigna” da proclamação da Independência “para que não passasse por coisa duvidosa” e para que não fossem levantadas suspeições sobre a decisão de perpetuar o “lugar memorável na colina do Ipiranga” onde ocorrera o “ato glorioso”. (Oliveira, 1997, p. 223).

Percebe-se, por meio de Oliveira, como os monarquistas utilizaram a localidade geográfica para valorizar seus argumentos. Lembrando o Barão Ramalho, este atribuía ao lugar um aspecto de veracidade histórica e, ao mesmo tempo, um valor ligado também a aspectos grandeza heroica: perpetuar o “o lugar memorável na colina do Ipiranga” onde ocorrera “ato glorioso”.

Ampliando um pouco mais a discussão sobre o local, tomaremos por base a análise de Chauí (2000) para o entendimento de um semióforo,

Um semióforo é (...) um acontecimento, um animal, um objeto, uma pessoa ou uma instituição retirados do circuito do uso ou sem utilidade direta imediata na vida cotidiana porque são coisas providas de significação ou de valor simbólico, capazes de relacionar o visível e o invisível, seja no espaço, seja no tempo, pois o invisível pode ser o sagrado (um espaço além do espaço) ou o passado ou o futuro distantes (um tempo sem tempo ou eternidade), expostos à visibilidade, pois é nessa exposição que se realizam sua significação e sua existência. É um objeto de celebração por meio de cultos

religiosos, peregrinação a lugares santos, representações teatrais de feitos heroicos, comícios e passeatas em datas públicas festivas, monumentos; e seu lugar deve ser público: lugares santos (montanhas, rios, lagos, cidades), templos, museus, bibliotecas, teatros, cinemas, campos esportivos, praças e jardim, enfim, locais onde toda a sociedade possa comunicar-se celebrando algo comum a todos e que conserva e assegura o sentimento de comunhão. (Chauí, 2000, p. 12).

Um semióforo, ao se concretizar num local ou num monumento, cumpriria a função de ligar o invisível a visível, trazendo a estes, sentido e significado. No caso em discussão, as colinas do Ipiranga e o monumento são semióforos socialmente produzidos, a partir do apelo dos monarquistas, que viam, no local e no monumento, símbolos e signos de nossa independência, buscando demarcar, inclusive, a figura de D. Pedro I a ela. Esses semióforos fariam a ligação do passado, a história, ao presente com vistas ao futuro; as colinas do Ipiranga e o monumento construído nesse local seriam a preservação de nossa origem e memória, que deveriam ser celebradas e cultuadas como um ato heroico de nosso Imperador.

Recorrendo novamente a Oliveira, tanto o local como o monumento ali a ser erguido não podem ser destituídos de seu sentido político regional, de suma importância para os monarquistas de São Paulo,

O monumento pode ser interpretado como a expressão mais acabada da reificação do fato da independência, fragmento do passado, datado, localizável e explicável por si mesmo. Celebrava, em momento histórico marcado por profunda reavaliação da monarquia, a positividade do império e projetava uma leitura renovada da história do Brasil por consolidar a imagem de que vínculos indissolúveis atrelavam os destinos nacionais a São Paulo (Oliveira, 1997, p. 223).

Vinculada a essas disputas, outra questão que permeou a discussão entre monarquistas e republicanos foi a questão de saber quem era mais patriota. Para os monarquistas, seria um ato de patriotismo construir um monumento que celebrasse a memória da independência; para os republicanos, o ato de patriotismo seria ter um monumento que abrigasse instituições voltada para a instrução pública. A tentativa para se resolver esse impasse seria buscada pela aprovação da Lei nº 63.

No dia 23 de março de 1885, o doutor José Luiz de Almeida Couto, presidente da província de São Paulo sanciona a lei nº 63¹⁹, e nos artigos 2º e 3º consta:

¹⁹ Lei n. 63 de 23.3.1885. Disponível em: www.al.sp.gov.br/. Acesso em 21.7.2015.

Art. 2º - Os dinheiros resultantes do benefício das loterias do Ypiranga, concedidas pela lei n. 49, de 6 de abril de 1880 para construção de um monumento no Ypiranga, serão aplicados pelo presidente da província, de acordo com a respectiva comissão, a fundação de um estabelecimento de ensino científico.

Art. 3º - O ensino compreenderá todas as disciplinas ordinariamente designadas sob o título de ciências físicas e matemáticas e ciências naturais, e será distribuído em duas categorias uma iminentemente teórica e outra essencialmente prática com aplicação às indústrias, às artes e à agricultura.

Buscada a solução do impasse por meio da lei, na colina do Ipiranga seria construído um palácio-monumento que celebraria a Independência com funções científicas e também educativas. Com o fim da controvérsia sobre a “questão do Ipiranga”, o republicano Américo de Campos e o orador da Comissão de São Paulo, José Joaquim Vieira de Carvalho, ressaltaram a importância de juntar no mesmo espaço a memória da Independência e o ensino científico. Esta nobre instituição seria o orgulho dos paulistas, pois além de instruir e fomentar a pesquisa científica, daria grandes contribuições para eliminar o despreparo da população e permitir a formação de novos cidadãos para uma nova civilização.

Para Américo de Campos, o fato de se ter uma instituição que celebrasse a memória da independência e instrísse a população seria de grande importância para a Província de São Paulo: “O sucesso é importantíssimo, pois representa brilhante vitória obtida em prol da civilização e desenvolvimento intelectual da província” (Diário Popular, 23.6.1885).

José Joaquim Vieira de Carvalho destaca a nobre função de instruir a população, “erga-se, portanto, o monumento, e já que ele é destinado à comemoração, à Independência do Brasil tenha também a consagração complementar, seja dedicado à instrução do povo” (Diário Popular, 23.6.1885).

Como podemos perceber, instrução pública, divulgação e desenvolvimento científico, eram argumentos recorrentes de muitos intelectuais, porém, uma das justificativas para essas preocupações era o despreparo da população para novos tempos. Despreparo provocado por uma educação ineficiente, crítica que se fazia aos monarquistas. Esta situação só poderia ser superada com o estabelecimento de novas instituições, e a instrução pública seria um dos elementos de grande relevância para se atingir esse novo patamar de civilização. Porém, o que se objetivava, com todos esses argumentos, era a retirada da educação das mãos da monarquia, considerada como um elemento estratégico importante para os republicanos. Isto ficava evidenciado nas ações

e nos discursos de um dos principais porta-vozes republicanos paulistas. Segundo Hilsdorf (1986, p. 295), “a direção básica da atuação de Rangel Pestana era retirar a educação e o ensino público da esfera de ação político-partidária da monarquia, e colocá-la sob a influência do grupo ao qual ele próprio pertencia”.

Celebrar e instruir, de fato, foi intenção de muitos dos intelectuais que estavam nessa discussão. E estes dois intentos seriam realizados com a construção do palácio-monumento; em outros termos, o palácio do Ipiranga simbolizou o encontro da celebração com a ciência. Este encontro deveria apontar para o futuro. Como lembra Alves (2001, p. 44) “dois dias depois de sancionada a lei, realizou-se a cerimônia de inauguração do início das obras, com a presença de autoridades, pronunciamento de discursos, banda de música, salva de tiros e foguetórios”.

1.1 - O MUSEU SERTÓRIO

Segundo Lopes (2009) e Alves (2001), as origens do Museu Paulista estão no Museu Sertório. Este Museu era de propriedade do Cel. Sertório, um rico comerciante estabelecido na cidade de São Paulo, “um “curioso”, como os cientistas da época costumavam referir-se aos colecionadores que não eram cientistas”, que franqueava à visitação pública sua coleção (ALVES, 2001, p.52). O museu ficava localizado em sua residência, no largo Municipal, atual Praça João Mendes²⁰, e os objetos se distribuíam pelos corredores, salas e escadas.

Koseritz²¹, em 9 de novembro de 1883, após um passeio pelo Museu, faz uma descrição do que viu:

Nas diferentes salas, corredores e escadas da casa (porque tudo está cheio) vi tanta coisa interessante que não posso dar uma ideia. A seção ornitológica possui todos os pássaros do sul do Brasil em ótimos exemplares. A seção zoológica possui também a maior parte dos quadrúpedes brasileiros em exemplares igualmente excelentes. A coleção de moluscos é extremamente rica e possui notadamente ostras de pérolas em grande profusão e de surpreendente beleza. Igualmente ricas e bem organizadas são as seções mineralógicas e botânica, que, graças à atividade do Dr. Loefgren, possuem um alto valor científico. A coleção de peixes e répteis é da mesma forma muito abundante mas,

²⁰ Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930) Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz – (<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>).

²¹ Carl von Koseritz, nasceu em Dresden na Alemanha. Chegou ao Brasil em 1830. Foi redator de fundador de mais de dez jornais provinciais, sendo o mais importante o Koseritz Deutsche Zeitung (1864-1885). Foi também professor, literato, homem de ciência, político e militantes. (ALVES, 2001, P, 52).

ao contrário, a coleção antropológica não é muita valiosa, pois só possui um esqueleto de mulher preparado na Europa e alguns crânios comuns. Nada há sobre o homem americano, nem crânios ou ossos dos sambaquis, nem tampouco ossos das cavernas. Chamei a atenção do digno colecionador sobre esta deficiência, e ele naturalmente procurará saná-la, pois, como rico, não lhe faltarão meios. A coleção etnográfica contém poucas armas de pedra, urnas e potes, mas possui em compensação, muitos objetos de uso dos indígenas atuais, que são muito interessantes. A coleção de moedas é bem coordenada e tem exemplares raros; é de importância considerável. Ao lado se vê uma coleção de jornais brasileiros, quadros, gravuras e litografias, também muito interessantes. O “Museu do major Sertório” é rico em curiosidades. Ali estão as disciplinas (instrumentos de flagelação dos velhos conventos de São Paulo; uma camisa, uma toalha de barba e cartas de Solano Lopes; a espada de ouro do general Tobias; uma espada de couraceiro do campo de batalha de Sedan; uma grande coleção de velhas, novas e novíssimas armas de fogo; velhos floretes de Toledo; um assento de honra que serviu a D. Pedro I em São Paulo, além de uma quantidade de outras coisas como fetos, petrificações, ovos de pedra etc. (Koseritz, 1882/1980, p.266/267).

Pela descrição de Koseritz, o Museu Sertório apesar de estar bem organizado na coleção de objetos de história natural, deixava falhas quanto aos aspectos etnográficos. Este fato, porém, não desqualificaria a coleção, pois possuía um bom número de objetos indígenas, no que se refere às coleções históricas, estas se caracterizavam por uma abundância de objetos, sendo destacada a coleção numismática pelo sua organização e composta de exemplares raros. Koseritz, ao descrever o ambiente e a forma como estavam expostas as coleções, nos passa a impressão de que Museu Sertório se caracterizava com um Gabinete de Curiosidades.

Henrique Raffard²², por ocasião de sua visita a cidade de São Paulo, em 1890, também teceu bons comentários sobre a coleção do coronel Sertório²³, mas não deixou de ter um olhar crítico sobre o Museu. Notou a falta de um catálogo e etiquetas que oferecessem melhores informações sobre os objetos e, apesar de seu olhar favorável ao que viu, conclui, assim como Koseritz, que o Museu Sertório é um lugar “curioso”, bem próximo dos Gabinetes de Curiosidades,

²² Henrique Raffard filho do cônsul da Suíça no Brasil foi secretário do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, onde publicou na revista deste Instituto uma série de artigos com o título “Alguns dias na Paulicéia”.

²³ Koseritz se refere ao sr. Sertório como major, Raffard em seu texto cita-o como coronel, porém, Carvalho (2014, p. 143) traça uma pequena biografia sobre proprietário do que viria ser o núcleo formador do acervo do Museu Paulista, “O coronel Sertório era uma figura proeminente na sociedade paulista, mantendo vínculos com homens importantes do período. Inicialmente fez carreira na Guarda Nacional para depois se lançar na vida política (...)”.

Não posso deixar de recomendar que se visite no largo Municipal n. 27 o Museu Sertório, onde já se acham reunidos bom número de objetos diversos, sendo alguns de incontestável valor.

Infelizmente ainda não há catálogo, nem rótulo em todos os objetos para que se possa avalia-los devidamente, quando não se tem a fortuna de encontrar na casa do proprietário e benemérito colecionador coronel Sertório.

Guiado pelo cidadão Laurindo, descendente de africano, percorri o grande salão do pavimento inferior e o pequeno do segundo andar.

Naquele andar admirei muitas armas dos nossos indígenas, vestimentas e enfeites das tribos amazonianas, urnas funerárias (caçabas), crâneos de Carajás e outros, sambaquis, conchas e mais coisas do mar, pedaços de chistos com fosseis, madeiras petrificadas, coleção de materiais têxteis; inúmeras amostras mineralógicas, borboletas, insetos, repteis, bichos e aves empalhadas, algumas mandadas vir da Europa, outras obtidas do Jardim Público de S. Paulo além das que preparou o Laurindo. (Raffard, 1892, p. 233-234).

Raffard prossegue descrevendo com detalhes os objetos da coleção e termina seu comentário de uma forma bem favorável: “Dando notícia do que mais apreciei, espero ter suficientemente mostrado o quanto é curioso o Museu Sertório” (Raffard, 1892, p.236), e recomenda ao governo da província que o Museu “deveria seu auxiliado pelos cofres públicos a fim de ter o desenvolvimento do que é merecedor”. (Raffard, 1892, p. 233-234).

Ezequiel Freire²⁴, por meio de suas críticas, inclusive divertidas, endereçadas ao governo da província, devido ao descaso que este demonstrava pela coleção do Museu Sertório, manifestava seu interesse na formação de um museu científico. Segundo Alves, no artigo “As coleções Sertório”, Freire expressava seu pensamento em relação a um museu,

Apesar da frequência com que andavam confundidos entre a gente humana alguns típicos indivíduos zoológicos, um museu não era tão à-toa que não interesse à província.

Não havia pequena cidade da Europa ou da América civilizada que não possuísse ou não fizesse esforços e despesas para dispor de um museu ou, pelo menos, de simples coleção de objetos da natureza indígena (Alves, 2001, p. 50).

Toda essa atenção que o Museu Sertório despertava nesses intelectuais, demonstrava o interesse crescente na formação de um Museu de História Natural. O

²⁴ O jornal O Estado de S. Paulo, em matéria comemorativa ao cinquentenário de Ezequiel Freire o apresenta como crítico literário, prosador, novelista, poeta e jornalista. Nascido em Rezende, Rio de Janeiro, faleceu em Caçapava, São Paulo, em 14.11.1891. O Estado de S. Paulo, 14.11.1941.

Museu Sertório foi doado ao governo do Estado em 1890, pelo conselheiro Mayrink²⁵, que, ao adquirir a propriedade do coronel, recebeu também a coleção

Tendo em fins de 1890, o Sr. Conselheiro Mayrink adquirido o prédio do coronel, quem esclarece a situação é Orville Derby, situado no Largo Municipal construído pelo Cel. Sertório para sua residência e para acomodar a sua coleção que tinha acumulado e que era geralmente conhecida pelo nome de ‘Museu Sertório’, estando a dita a coleção incluída na compra do Conselheiro Mayrink, esta foi oferecida em seu nome ao Governo do Estado [...].²⁶

1.2 – MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL E A ESCOLHA DE HERMANN VON IHERING

Com o fim da Monarquia e o início da República, o palácio-monumento ficou fechado durante três anos e foi necessário aprovar uma nova lei para que o palácio do Ipiranga abrigasse um museu de História Natural. A lei aprovada foi a de nº 200 de 29 de agosto de 1893²⁷. Esta lei especificava o caráter do museu:

Artigo 1º - fica o Governo autorizado a reorganizar o Museu do Estado por intermédio da Secretaria do Interior e de acordo com as disposições seguintes:

Artigo 2º - O Museu servirá de meio de instrução para o povo e de instrumento de investigação científica para o Estado.

§ único. Seu caráter será de um museu zoológico, antropológico destinando-se à América do Sul em geral e ao Estado de São Paulo em particular.

A lei diz no seu artigo 1º - “[...] reorganizar o Museu do Estado [...]”, então, se era preciso reorganizar, já havia um museu em funcionamento. Alberto Loefgen²⁸ foi um dos nomes que esteve ligado à criação do museu, não só pelo fato de ele ter organizado a coleção do Museu Sertório, quando o museu ainda era de propriedade do coronel, mas como homem ligado às Ciências Naturais, também tinha interesse em ver

²⁵ Francisco de Paulo Mayrink, nasceu do Rio de Janeiro, RJ, e morreu na mesma cidade em 01.01.1907. Foi banqueiro, empresário e conselheiro do Império.

²⁶ Ofício ao cidadão Dr. Herman von Ihering, Revista do Museu Paulista, p. 13.

²⁷ Lei nº 200 de 29 agosto de 1893. Disponível em: www.al.sp.gov.br/. Acesso em 10.08.2015.

²⁸ Alberto Loefgreen, nasceu na Suécia em 1854, veio para o Brasil em 1874, na companhia do botânico Mosém, também sueco. Trabalhou como engenheiro na Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Em 1880 como botânico inicial estudos da flora algológica de São Paulo. Em 1886, com a criação do Comissão Geográfica de São Paulo foi contratado para a chefia do Seção de Botânica e Meteorologia. SANTOS, Paulo Marques dos. Instituto Astronômico e Geofísico da USP: Memória sobre sua formação e evolução. São Paulo: Edusp, 2005.

um Museu de História Natural oficial. Percebe-se que a sua função, no momento da fundação, era o de instruir o povo e ser instituição de pesquisa do Estado.

Após ter recebido a doação da coleção Sertório, o presidente Dr. Américo Brasiliense designa em 7 de abril de 1891, Loefgreen para ser o primeiro diretor interino do Museu do Estado, destinando ao museu um pequena verba para sua conservação; também foram nomeados os naturalistas ajudantes Guilherme Friedenreich e Alexandre Hummel.

Alexandre Hummel²⁹ também se destaca nesse primeiro momento de formação do Museu. Amigo de Loefgreen, Hummel foi convidado por este para ser seu auxiliar. Pode organizar sistematicamente as coleções com auxílio de Guilherme Friedenreich, entomologista. Um dos aspectos importante do trabalho de Hummel foi sua preocupação com a função educativa que o museu deveria proporcionar ao público visitante por meio de suas exposições. No entendimento de Hummel, expor de forma sistemática e organizada as coleções, além de contribuir para a divulgação da História Natural, seria uma oportunidade de “instruir agradando e servir de guia para aqueles que mais profundamente desejarem conhecer a nossa fauna entomológica e estudá-la segundo ordem, família e gênero.”³⁰

Hummel preocupava-se também com a forma de atendimento ao público: o museu deveria ser visitado por uma ampla maioria da população, o “tesouro” existente no museu deveria ser franqueado a todos, e não só para alguns privilegiados,

Para que um museu preencha seu fim, de ser um estabelecimento de instrução popular e educação do espírito, é preciso que não continue mais a ser como tem sido, um tesouro oculto que o visitante venha apreciar arrogando ‘por especial favor’. É preciso franqueá-lo ao público durante umas poucas horas em dias determinados da semana, durante as quais nós empregados suspendemos os nossos trabalhos para servirmos de cicerone e mantenedores da ordem, sendo preciso [...].³¹

Como podemos perceber a preocupação com a instrução pública e popular foi um dos centros de atenção do museu. Neste primeiro relatório também é citado como deveria ser feita esse atendimento “as quais nós empregados suspendemos nosso

²⁹ Alexandre Hummel nasceu em Copenhague em março de 1844, veio para o Brasil por volta de 1867. Trabalhou na Estrada de Ferro Inglesa. Estudioso de nossa fauna e flora, foi professor de Botânica, história geral e línguas. (ALVES, 2001, p. 56).

³⁰ Primeiro Relatório sobre a condições atuais do Museu do Estado, apresentado ao diretor deste por Alexandre Hummel, ajudante interino. São Paulo, outubro, 1891.

³¹ *Ibidem*.

trabalho para servirmos de cicerone”.³² Por meio desta citação, evidencia-se também uma forma de atendimento, este deveria ser feito pelos funcionários do museu que agiriam como ‘mediadores’”.

Sediados na rua da Consolação nº 91, essas preocupações que Hummel apontava seria de difícil solução, pois o prédio não oferecia condições, “Mas no local onde ora se acha o museu, é isso quase impossível: falta espaço, falta luz e falta orientação”.³³ Nessas condições, em breve, o Museu do Estado ganharia um novo “abrigo”.

Antes de ser sediado no palácio-monumento do Ipiranga, o Museu do Estado passou por mudanças na sua direção. Em 1892, foi votada a Lei nº 118 do orçamento do exercício do mesmo ano, que anexava o Museu Paulista como uma seção de Zoologia da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, cujo presidente era Orville Derby³⁴. Derby de início não se simpatizou com anexação do museu junto a Comissão,

Tendo aceitado a responsabilidade do Museu com grande relutância e em obediência à lei que fora votada sem eu ser consultado e sem fazer provisão para o desenvolvimento conveniente do Museu. (Derby, 1895, p. 14).

Orville Derby apesar de sua relutância, não deixa de mostrar interesse por um museu de História Natural,

esbocei um plano para o coordenar e desenvolver modestamente à sombra da Comissão Geográfica e Geológica, que tinha a seu cargo diversos serviços que podiam contribuir para várias seções de um Museu de História Natural, notadamente as de Geologia, Mineralogia e Botânica. (Derby, 1895, p. 14).

Derby foi um nome importante no processo que culminou na formação do Museu Paulista, pois sua intermediação e influência junto ao governo do Estado possibilitou a vinda de Herman von Ihering, cientista internacional, para São Paulo, fato importante para a realização de um museu de História Natural. Mas o processo que trouxe Ihering para São Paulo não ocorreu sem algumas tensões. O cientista alemão

³² Ibidem.

³³ Ibidem.

³⁴ Orville Adalbert Derby, nasceu em Kellogsville, estado de Nova York, E.U.A., em 23.07.1851 em faleceu em 27.02.1915. Graduou-se em Geologia em 1873 pela Universidade Cornell em Ichaca, Nova York, em junho de 1874 obteve seu título de doutor defendendo brilhantemente sua tese de doutoramento sobre a geologia do Brasil. Chegou ao Rio de Janeiro em 1875 para ser um dos auxiliares de Charles Frederick Hart (1840-1878), professor de Geologia e Geografia Física, na mesma universidade. Derby foi diretor da 3ª Seção do Museu Nacional que tratava de mineralogia e de geologia. Em 1886 foi chefe da recém criada Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo onde permaneceu até 1905. (Santos, 2005).

pleiteava, logo de início, ser diretor de um museu científico, o que, segundo Derby, não era possível,

o governo de São Paulo não está especialmente interessado em estudos zoológicos, nem no museu, considerando este último, ao contrário, como uma espécie de elefante branco, uma opinião com a qual concordo de boa vontade”. (Derby apud Alves, 2001, p. 67)³⁵.

Ihering naquele momento, apesar de toda sua insistência no cargo de diretor de um museu, não estava em condições de impor muitas exigências devido a problemas políticos vividos por ele no Rio Grande do Sul, terra onde se estabelecera. Segundo consta, na tentativa de ajudar um amigo, chegou a esconder em sua propriedade alguns cavalos dele, o fato não logrou êxito, pois veio a ser descoberto mais tarde, causando-lhe infortúnios (Alves, 2001). Desse modo, e conjugado com suas pretensões de constituir e ser diretor de um museu científico, Ihering aceitou as condições de Derby.

Se no início Derby parece ter sido o “vencedor” dessas negociações, pelo fato de Ihering ter aceito as condições que este lhe impunha³⁶, em breve tempo, Herman von Ihering, seria nomeado diretor do Museu Paulista, pois a seção de zoologia, anexa à Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, seria transformada em uma instituição independente: o Museu Paulista. De “Elefante branco” a Museu de História Natural.

Hermann von Ihering foi o primeiro diretor oficial do Museu Paulista e seu nome destaca-se na história desta instituição, pois, além de zoólogo, organizou o museu dando-lhe o caráter científico e de instrução pública, aumentou significativamente as coleções, internacionalizou o Museu por meio de permutas de objetos, contatos e publicações de cunho científico em vários periódicos de outros países e criou a Revista do Museu Paulista que publicava artigos de cientistas nacionais e internacionais.

Segundo Lopes,

Hermann von Ihering (1850-1930) chegara ao Brasil em 1880. Foi naturalista viajante do Museu Nacional. Seus estudos abrangeram as mais diversas áreas da História Natural, tendo deixado publicações botânicas, antropológicas e etnológicas, dedicando-se, porém, ao longo de toda sua vida, desde sua tese de doutorado, à Zoologia e Paleozoologia de moluscos. Considerado um notável malacólogo, era também autoridade em diversos ramos da Zoologia, como ornitologia

³⁵ Segundo Alves (2001, p.64), a correspondência de Orville Derby a Hermann von Ihering foi encontrada na Alemanha, na Staatsbibliothek Preussischer Kulturbesitz, Berlin: Handschriftenabteilung, Darms. Smlg., La 1892, pela professora Silvia Figueirôa, que permitiu o acesso à pesquisadora a esses documentos. Estes não constam no APMP/FMP.

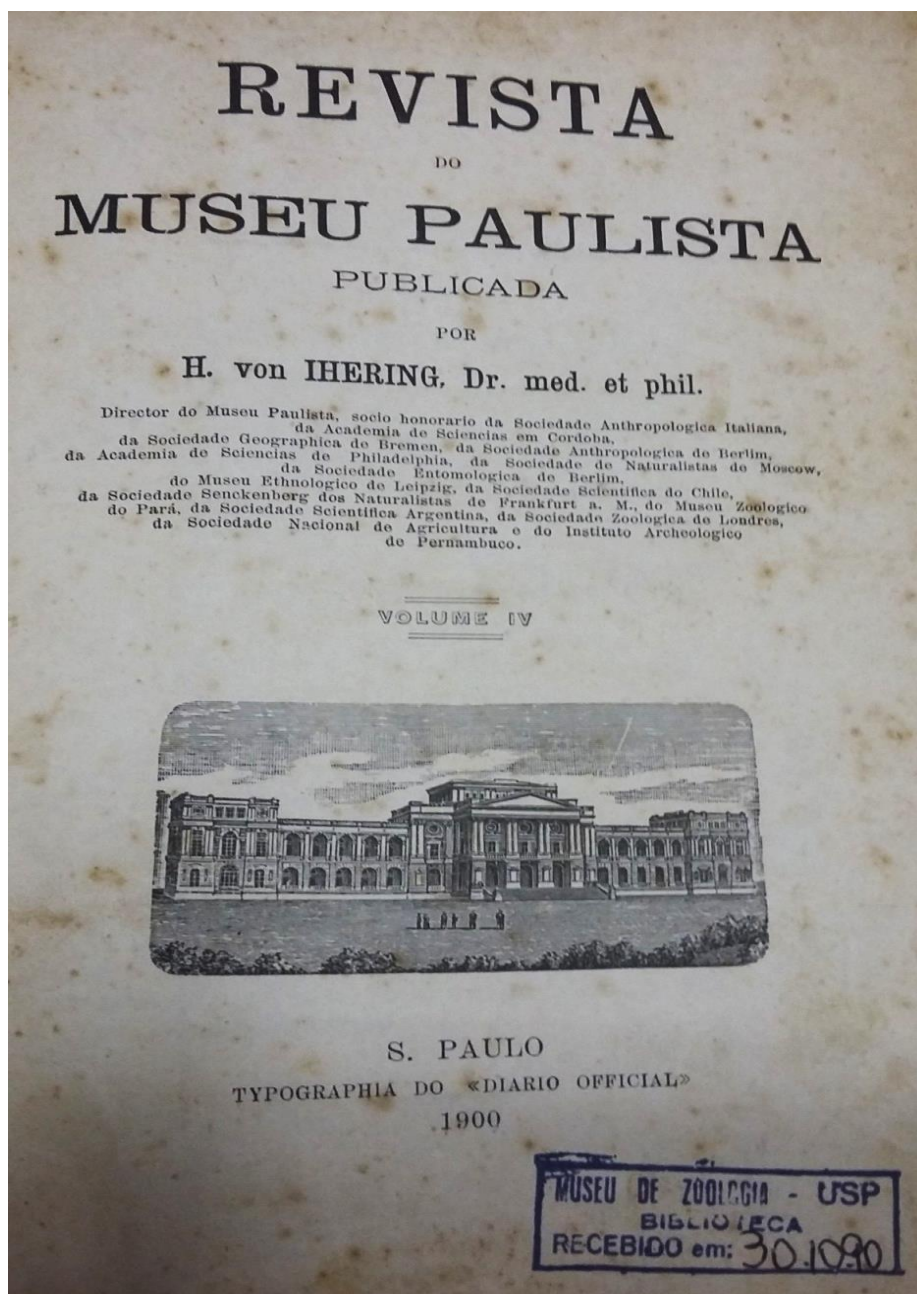
³⁶ Derby em 23.11.1892 envia uma carta a Ihering, dando-lhe um ultimato, cobrando sua posição de aceitar ou não vir para São Paulo. Cf. in. Alves, 2001, p. 67-68 e Lopes, 2009, p.268.

e a mamologia. Dedicava-se à etnografia e por vezes tratou de assuntos entomológicos, tendo colaborado em diversos periódicos internacionais, sobretudo alemães. A contribuição científica, que o projetou internacionalmente, foi sua obra publicada na Alemanha, em 1907, sobre os antigos continentes Archelenis e Archinotis, baseada em seus estudos relativos aos moluscos do sudeste sul-americano, que lhe permitiram a elaboração de sua teoria de “pontes continentais”, de valor reconhecido pelo próprio Wergner em sua concepção de Deriva Continental. (Lopes, 2009, p. 268).

Nesta sucinta biografia fica expressa a relevância da trajetória intelectual de Ihering e o acúmulo de seu capital científico. Nas capas das revistas do Museu Paulista, criada pelo próprio Dr. Ihering, este se apresentava como

H. von IHERING, Dr. med. et phil. Diretor do Museu Paulista, sócio honorário da Sociedade Antropológica Italiana, da Academia de ciência de Córdoba, da Sociedade Geográfica de Bremen, Sociedade Antropológica de Berlim, Academia de Ciências da Filadélfia, da Sociedade dos Naturalistas de Moscou, da Sociedade Entomológica de Berlim, do Museu Etnológico de Leipzig e da Sociedade Científica do Chile.³⁷

³⁷ Revista do Museu Paulista. Vol. I, 1895.



Fotografia nº 1: capa da Revista do Museu Paulista, vol. IV, 1900.

Apesar da forma como Ihering se apresentava por meio das capas da Revista do Museu Paulista, evidenciando ser um homem erudito e seguindo um parâmetro de época, esta representação que o diretor faz de si mesmo parece revelar também seu caráter personalista, o que pode ser percebido, inclusive, pelo aspecto que irá marcar sua administração; sua trajetória intelectual o credenciava para o cargo que postulava.

Ihering, como descrevemos acima, além de seu caráter personalista, procurou determinar o caráter do museu de acordo com seus interesses pessoais. As coleções organizadas por Ihering revelam suas intenções: fazer do Museu Paulista um museu voltado para pesquisas científicas, especializado em Zoologia Sul-Americana, mais especificamente, um “Museu de Molluscos” (IHERING, 1907, p. 446), pois Ihering era um estudioso da espécie, como demonstra seus próprios trabalhos de dimensões continentais. Porém, o cientista não deixava de se preocupar com a instrução pública, ou seja, como admirador das ideias de George Brown Good, a instrução deveria ser um dos eixos de um museu.

Lopes nos ajuda entender o caráter que Ihering imprimiu ao Museu Paulista em seus primórdios, quando analisa o processo de aquisição das coleções feitas pelo diretor. Segundo a autora,

Diferentemente dos outros museus, o Museu Paulista adquiriu grande parte de suas coleções por compra. Entre essas coleções predominantemente zoológicas, Ihering privilegiou as específicas para seus estudos de âmbito continental, imprimindo a esse museu, mais fortemente que os demais, por meio quer das coleções, quer dos especialistas que encarregava de classificá-las, um perfil de museu especializado em Zoologia Sul-Americana. Apesar dessa especialização, essas coleções do Museu Paulista foram ainda fortemente marcadas por outro dos grandes interesses pessoais de Ihering – a Etnografia, sobretudo relativa aos povos do sul da América Latina (Lopes, 2009, p.281-282).

Além da Etnografia, Ihering era um estudioso da Antropologia Física. No início de sua carreira como cientista, estudou Antropologia e suas primeiras publicações, em 1872, tratam de temas sobre a formação do crânio humano, craniometria e temas correlatos.

Em seus estudos sobre craniometria, o diretor do Museu, em 1904, faz uma solicitação por meio de ofício ao chefe de polícia de São Paulo, pedindo que fossem fotografado todos os índios que passassem pela delegacia, a fim de proporcionar fotos ao Museu. Essas fotos seriam documentos “valiosos” para os estudos craniométricos dos índios do Brasil.

Sendo de grande importância para a antropologia do Brasil, rogo a V.E. que se digne dar ordens no sentido de serem todos os índios que passarem por esta repartição, fotografados no gabinete de antropométrico, cujas medidas e fotografias peço a V.E. que me sejam enviadas para estudos antropológicos. Outrossim rogo a V.E. que se digne dar ordem a fim de que o encarregado desse serviço se entenda comigo sobre as fotografias e medidas que desejo sejam tomadas, segundo minhas indicações [...] Desse modo V.E. poderá ajudar o museu a obter documentos valiosos sobre os indígenas do Brasil.³⁸

Pelo exposto, Ihering considerava os estudos indígenas com caráter científico, mas também por um prisma que escalonava as raças. Havia o interesse de guardar documentação sobre os indígenas brasileiros para que fosse ampliada a coleção de investigação do museu. Na descrição, é clara certa naturalização do autor diante da associação direta entre os indígenas e as identificações feitas em delegacia.

Nesse intento, o diretor do Museu Paulista não obteve sucesso. O chefe do Polícia além de recusar o pedido do diretor, justificou que pela delegacia de polícia passavam criminosos e o serviço de identificação era destinado a estes, e não a índios, que não eram criminosos. O chefe de polícia não necessariamente participava da mesma visão do diretor,

“cabe-me declarar-vos que o serviço de identificação é unicamente destinado aos criminosos e suspeitos e tem o caráter reservado, sendo usado tão somente para o serviço policial. Por esse motivo não é possível satisfazer o vosso pedido, no sentido de sujeitar os índios, que não são criminosos, à identificação antropométrica”.³⁹

Explorando um pouco mais esse aspecto negativo de Ihering, ele publicou um artigo polêmico na Revista do Museu Paulista. Por um lado, deixava claro que, para haver progresso e civilização, seriam necessárias medidas radicais, como por exemplo, o extermínio de quem se opusesse a esse desenvolvimento, no caso, os índios, em especial, os Caingangs,

Ao actuaes índios do Estado de São Paulo não representam um elemento de trabalho e progresso. Como também nos outros Estados do Brasil, não se póde esperar trabalho sério e continuado dos índios e como os Caingangs selvagens são um impecilio para a colonização das regiões do sertão que habitam, parece que não há outro meio, de que se possa lançar mão senão do extermínio. (Ihering, 1907, p.215).

³⁸ Ofício de 23.1.1904, endereçado ao chefe de Polícia. Fundo Museu Paulista. Pasta nº 80.

³⁹ Ofício da Repartição de Polícia do Estado de São Paulo endereçado a Hermann von Ihering, em 5.2.1904. Fundo Museu Paulista, pasta nº 80.

Outro lado negativo de Ihering a ser ressaltado em relação aos índios é o entendimento quanto à produtividade do trabalho. Para Ihering, os índios não eram voltados para o trabalho produtivo e, por isso, justificava-se a importação de imigrantes para o Estado de São Paulo:

A conversão do índios não tem resultado satisfatório; aquelles índios que se uniram aos portugueses immigrados, só deixaram um influência maléfica nos hábitos da população rural. É minha convicção de que é devido essencialmente a essas circunstâncias que o Estado de São Paulo é obrigado a introduzir milhares de imigrantes, pois que não se póde contar, de modo eficaz e seguro, com os serviços dessa população indígena, para os trabalhos que a lavoura exige. (IHERING, 1907, p. 215).

Homem voltado à Ciência Natural, estudioso de vários assuntos, entre eles Antropologia, Etnografia e Administração de Museus, o diretor também era uma pessoa polêmica, não só devido ao seu caráter personalista, mas ao eurocentrismo em relação aos índios e a outros setores da sociedade.



Fotografia nº 2: Hermann von Ihering sentado à mesa da diretoria do Museu Paulista. Fonte: Arquivo permanente Museu Paulista/Fundo Museu Paulista - APMP -FMP.⁴⁰

⁴⁰ As reproduções fotográficas que aqui reproduzimos não apresentam data de produção, por não constar data e autor, preferimos não inseri-las. Mas de acordo com as descrições do Guia pelas Coleções do

1.3 – O museu no dia de sua inauguração

O processo de mudança do Museu começou em 1894, e Ihering esteve à frente de todos os procedimentos. Redigiu ofícios solicitando verbas, iluminação, serviços de correio e telégrafos, transporte para o público até o Museu, recebeu pinturas de cenas históricas como a tela de Pedro Américo “Independência ou morte”, fez contato com Arquivo Nacional e o Seminário Episcopal para aumentar a coleção de numismática⁴¹. Um detalhe importante a ser observado é o fato de que o Museu Paulista, mesmo sendo concebido como um Museu de História Natural, a serviço da divulgação científica e instrução pública, desde seu início conviveu com coleções que formam seu acervo de História, de acordo com Lopes,

Ihering teve que fazer concessões. Enquanto Goeldi “se viu livre” das coleções históricas e numismáticas da Amazônia que já não cabiam em um museu totalmente dedicado às Ciências naturais, Ihering teve que conviver com tais coleções e com o quadro de Pedro Américo comemorativo da Independência (que está no Museu até hoje) já que o Museu foi instalado no Monumento do Ipiranga (Lopes, 2009, p. 270).

Fazendo ou não concessões, Ihering conseguiu seu intento: ser diretor de um museu de História Natural. Dois dias antes da inauguração e assinando como Diretor do Museu, divulgou a seguinte nota na imprensa da cidade⁴²:

O Museu Paulista inaugurar-se há 7 de setembro.
Rogo aos convidados comparecerem às 11 3,4 na rua 25 de março ao lado do Mercado, donde partirá às 12 horas em ponto o bonde especial.
Ninguém terá ingresso ao monumento sem que exiba o convite que servirá de bilhete de passagem no bonde especial.
De 8 de setembro em diante, o “Museu” poderá ser visitado somente aos domingos, das 12 às 14 horas da tarde; quando o governo determinar o Museu Paulista será franqueado mais duas vezes por semana.
A entrada é franca, menos às pessoas maltrapilhas e ébrias.
As crianças menores de cinco anos é vedado o ingresso, sendo responsáveis pelo comportamento os parentes das de maior idade.
Enquanto não forem publicado o regulamento interno do “Museu” roga-se ao público o obséquio de conformar-se com as indicações do guarda.

Museu Paulista, as fotos aproximam-se muito com o descrito por essa publicação. Sobre este assunto ver, Grola (2014, p. 175).

⁴¹ A documentação relativa ao processo de mudança e instalação do Museu Paulista para o palácio-monumento encontram-se no Fundo do Museu Paulista, lá estão organizados os bilhetes, ofícios e cartas recebidos e emitidos registrando as atividades diárias da administração do museu. Pasta nº 69, registros e correspondências, datas limites: 1894-1897.

⁴² Este convite foi também publicado no Jornal Correio Paulistano da edição de 6 de setembro de 1895.

Não é permitido fumar no monumento. (O Estado de S. Paulo, 6 de setembro de 1895).

Percebe-se pelo tom do discurso do convite que o Museu visava a um público seletivo, “pessoas maltrapilhas” não adentravam no Museu, do mesmo modo que “pessoas ébrias e mal vestidas” eram vetadas ao recinto do Museu. No dia da inauguração, o espaço estava reservado para um público convidado e este não era acessível a todo tipo de público. O acesso ao Museu não seria franqueado a todos. Foi criado um tipo de público conveniente ao museu que não combinava, nem com os transtornos causados pelo alcoolismo, tido como uma espécie de “doença social” neste período, nem com pessoas que se apresentassem excessivamente pobres, de modo que uma seleção social descartasse a ideia de que todos pudessem usufruir dos conhecimentos dados pelos museu.

No dia 7 de setembro, às 13 horas, iniciaram-se os trabalhos de inauguração do Museu Paulista.

O aspecto da sala, nesse momento era simplesmente brilhante. Ornamentavam-lhe as paredes, num destaque vigoroso, o quadro da ‘Independência, do pintor Pedro Américo; o ‘Paulista’ de Almeida Junior; ‘Manhã de Inverno’ de Antônio Parreiras; telas de Pedro Alexandrino e de outros pintores brasileiros (Revista do Museu Paulista, vol. 1, 1895, p. 16)

E nesse clima “brilhante”, o Presidente do Estado de São Paulo, Dr. Bernardino de Campos presidiu a sessão inaugural e, logo em seguida, passou a palavra para o Diretor Hemann von Ihering que, em seu discurso, narrou brevemente a história do Museu, bem como enalteceu e elogiou as autoridades presentes⁴³. Com banda de música e muitos brindes com champanhe, as autoridades se retiraram às 5 horas da tarde, e segundo o jornal Correio Paulistano:

Foi assim inaugurado, com assistência dos representantes de todas as classes de São Paulo, com todo esse brilhantismo, o Museu Paulista, criação emanada do Congresso do Estado e que vem agora corroborar mais os créditos do governo, sob cuja direção se estabeleceu esse melhoramento de importância capital para todos os paulistas. (Revista do Museu Paulista, vol. 1, 1895, p. 28).

A instituição, enfim, é também palácio-monumento do Ipiranga. Este monumento foi fruto da disputa política entre monarquistas e republicanos

⁴³ O jornal Correio Paulistano do dia 8 de setembro de 1895, traz com detalhes a sessão solene de inauguração do Museu Paulista. A matéria encontra-se reproduzida no volume 1 da Revista do Museu Paulista, ps.16-31.

simbolizando o encontro do passado com o presente, pois, tanto o projeto como a sua construção foram obras dos monarquistas, iniciados em 1895, período monárquico, e concluído no período republicano, 1890. Em outras palavras, o edifício palácio-monumento do Ipiranga é obra dos monarquistas, porém, o Museu Paulista é obra dos republicanos, pois este fora criado oficialmente pela lei nº 200 de 26 de agosto de 1893.

Temas como a instrução pública, ciência, progresso e civilização perpassaram os debates em torno do monumento. O envolvimento de um determinado setor da sociedade, no caso, intelectuais e cientistas, demonstrando interesse pelo desenvolvimento da ciência e uma reformulação da instrução pública, contribui para o fortalecimento da ideia de um museu de História Natural que teria, entre suas funções principais, a pesquisa científica e a instrução pública.

A imprensa foi um dos principais veículos de divulgação de ideias e opiniões desses intelectuais. A convergência de interesses políticos e científicos possibilitou a criação da instituição Museu Paulista. Nomes como Cesário Motta, Secretário do Negócios do Interior; Bernardino de Campos, Presidente do Estado de São Paulo; Orville Derby; Alexandre Hummel e Herman von Ihering destacaram-se na criação, organização e desenvolvimento do Museu Paulista.

Von Ihering, por sua vez, dirigiu o Museu por dezenove anos, de 1894 a 1915, e, nesse período, o Museu do Ipiranga cumpriu um relevante papel na cultura Paulista.

2 – O MUSEU E SEU PÚBLICO

2.1 – Diversas finalidades e usos de uma instituição

O Museu Paulista, após sua inauguração em 7 de setembro de 1895, cumpriu uma função de relevância cultural para o Estado de São Paulo, pois, além de promover a pesquisa científica, divulgou o nome da cidade e do Estado em âmbito nacional e internacional e atuou como centro de estudo e pesquisa, dando acesso a um público variado, desde cientistas, homens ilustres, estudantes e pessoas comuns, possibilitando-lhes momentos de pesquisa, instrução e lazer. Procuraremos, neste capítulo, perceber as formas de atendimento ao público que o Museu prestava.

Por meio da leitura do livro de visitas, do livro de crônicas e dos relatórios anuais e jornais da época, constatamos a presença de um público variado no Museu, desde políticos e personagens tidos por ilustres (políticos, cientistas, religiosos, senhores e senhoras da sociedade), como público em geral.

Parte da questão do atendimento estava relacionada ao funcionamento dos transportes que eram usados para se chegar ao Ipiranga. Na leitura dos relatórios anuais, publicados na Revista do Museu Paulista, um assunto de importância é do transporte para a visita ao Museu. As queixas de Ihering sobre o mau atendimento dos serviços de bondes eram constantes. Segundo o diretor do Museu, este fato influenciava diretamente na frequência ao Museu, desde o tempo de demora ao preço das passagens.⁴⁴ No período da administração de Afonso Taunay, o problema persistiu, pois em vários relatórios, Taunay reclama do mau atendimento deste serviço.⁴⁵

Situado nos arredores do Ipiranga, o Museu era um local de difícil acesso. No ato solene de sua abertura, Ihering, de forma sutil, relembra o fato, “Se bem a distância do Museu é grande (...)”, (Ihering, 1895, p. 31). Aliado ao problema da distância, os bondes contribuíam muito para as reclamações do diretor em relação à visita pública. O problema da comunicação com o Museu via transporte público se estenderia até a administração Taunay, que em seus relatórios dos anos de 1916, 1918, 1919 apontaria os mesmos problemas que Ihering registrou. Destacamos a questão dos

⁴⁴ Ofício de 3 de junho de 1901. Lata CO 6978. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

⁴⁵ Relatório referente ao ano de 1918 apresentado a 15 de janeiro de 1919, ao Excelentíssimo Senhor Secretário do Interior, Dr. Rodrigues Alves, pelo Diretor da Comissão do Museu Paulista, AFFONSO D'ESCRAGNOLLE TAUNAY. Revista do Museu Paulista, 1918, p. 894, volume X.

transportes, pois os mesmos aparecem com muita frequência e os diretores, tanto Ihering como Taunay, estabeleceram uma relação direta entre o serviço de transporte com a frequência do público visitante, interferindo diretamente nos números que os diretores apresentavam ao Secretário do Interior.

Na administração Ihering encontramos: “O Museu foi visitado por 32.315 pessoas, lutando com grande dificuldade pela insuficiência de comunicação com a cidade.” (Ihering, 1897, p. 9). Em 1899/1900,

Com a costumada regularidade o Museu foi aberto ao público e visitado em 1900 por 28.484 pessoas e no ano antecedente por 32.063, tanto do interior como do exterior, notando-se entre elas não pequeno número de viajantes distintos, diplomatas, membros de Congressos, etc. Esta diminuição que de ano para ano, se tem dado no número de visitantes, é motivada pela dificuldade de transportes que atualmente existe entre a cidade e o monumento, sendo entretanto que estas más condições desapareçam quando para ali forem instalados bonds elétricos. (Ihering, 1902, p. 1).

Todavia, o otimismo de Ihering não se confirmou, nos relatórios de 1901/1902, o problema persistia:

Nos dias determinados pelo nosso regulamento as coleções expostas foram franqueadas ao público, tendo sido de 26.672 o número de visitantes em 1901, e de 21.538 em 1902. A má comunicação entre o Monumento e a cidade, como já tenho dito em outros relatórios, acentuou-se cada vez mais nestes últimos anos, devendo-se a esse fato o decréscimo que se nota em número de visitantes que em 1898 foi de 32.965, em 1899 de 32.063 e em 1900 de 28.489. Entretanto estou certo que logo que seja substituída a tração animal pela eléctrica, cujos trabalhos já se acham iniciados, devendo ser concluídos no começo do próximo, estas más condições deixarão de existir. (Ihering, 1904, p. 2).

Entretanto, a partir de 1903, se os serviços de bondes tiveram uma relativa melhora, outro problema se apresentou: os preços das tarifas. Para Rodolpho von Ihering, filho do diretor e custos do Museu, o preço da passagem influenciava na visitação do Museu, o que dificultava a presença maciça de populares⁴⁶.

A diminuição bastante sensível na frequência do Museu nos anos de 1900, 1901 e 1902 foi a comunicação péssima que a antiga Viação Paulista estabelecia entre a cidade e o arrabalde do Ypiranga, onde se acha o Monumento no qual funciona o Museu Paulista. Os bonds, acanhados, morosos e de intervalos enormes, gastavam neste trajeto uma hora inteira. De 1903 em diante funciona a linha de tramwais

⁴⁶ O relatório dos anos 1903, 1904 e 1905 foram assinados Rodolpho von Ihering.

eléctricas da “São Paulo Light and Power Comp.” cujo serviço, ainda que deixe um tanto a desejar é incomparavelmente superior ao antigo, fazendo o trajeto em 25 minutos. Contudo seus preços (800 rs. Ida e volta) continuam elevados, constituindo ainda um impecilio para a visitação mais crescida do Museu. (Ihering, R. von, 1907, p. 7).

Ainda se referindo a influência que os preços das tarifas de transportes tinham na circulação do público, Ihering atribui o crescimento deste nos anos de 1906 a 1909 à redução em 50% das tarifas, ou seja, a queda pela metade nos preços das passagens dos bondes, contribuiu significativamente para ampliar o número de visitantes ao Museu.

No ano de 1909, porém, o número de visitantes foi muito superior, devido principalmente a redução de 50% no preço da passagem de bond da cidade ao Ypiranga, que até meados de 1904 era de 800 réis ida e volta, ao passo que hoje custa apenas 400 réis. (Ihering, 1914, p. 2)

Entre 1910 a 1915, não houve registro por parte de Ihering nos seus relatórios, o que poderia indicar que os problemas de comunicação com a cidade estariam resolvidos; o transporte público para o monumento ganharia regularidade e eficiência, mas não foi isso que ocorreu. Em 1916, Taunay, volta ao problema:

Temos a convicção de que muito maior teria sido essa frequência, si os percursos nas linhas da São Paulo Light fossem reduzidos. O simples fato do estabelecimento de via dupla durante todo o trajeto abreviaria sobremaneira o tempo gasto, para trazer da cidade ao Museu os visitantes. (Taunay, 1918, p. 20).

Os mesmos problemas que Ihering teve que enfrentar sem solução a contento – demora no tempo de espera, número insuficiente de bondes etc. – Taunay também teve que conviver,

Nada fez a Ligth para melhorar o serviço da linha do Ypiranga, nem aumentou o número de bondes, duplicou a via ou a irrigou sequer aos domingos. Sempre a mesma poeira, a mesma demora, a mesma marcha vagarosa dos bondes! Apesar de tudo cresce a atenção do público pelo nosso estabelecimento, como que acompanhando o desenvolvimento do Instituto. (Taunay, 1919, p. 894).

No relatório de 1919, a situação se repete e Taunay mantém as queixas com as mesmas palavras (Taunay, 1920, p.454). É possível notar que a falta de conexão entre as duas coisas prosperam durante muito tempo, o que de certa forma deve ter causado transtornos aos objetivos dos diretores no quesito de atendimento para qualquer tipo de instrução, fosse ela científica ou de ensino.

Um aspecto revelado nestes apontamentos sobre o problema do transporte foi o preço das tarifas dos bondes. A redução de 50% nos preços das passagens aumentou a frequência do Museu, possibilitando a um maior número de pessoas ter acesso a uma instituição cultural, porém se o aumento da frequência tinha aumentado, isso não significava que o público mais popular o frequentasse com regularidade, pois o Museu impunha limites para que isso ocorresse, determinando os dias de visitaçãõ.

O Museu Paulista estará aberto ao público às terças e quintas-feiras das 11 horas da manhã às 4 horas da tarde e aos domingos e dias feriados do meio dia às 5 horas da tarde. (O Estado de S.Paulo, 7.8.1903).

Pelo horário do Museu, podemos perceber seu caráter restrito, pois dificilmente neste horário e com todas as dificuldades de transportes, a classe trabalhadora proletariada poderia frequentar o Museu.

De acordo com a documentação consultada, obtivemos informações dos tipos de públicos que frequentavam o Museu. Uma fonte importante para esse estudo é o livro oficial de visitas e os relatórios anuais que Ihering publicou na Revista do Museu Paulista.

O Museu antes mesmo de sua inauguração já despertava a curiosidade e o interesse do público. Ihering, no livro de crônicas, registra fatos “desagradáveis” com o público, pois este não tinha paciência para esperar a inauguração do museu e depois poder visitá-lo. O diretor queixou-se de problemas que vinha tendo com um visitante, que o difamava pelo jornal,

Estou lutando com grande dificuldade pela falta de paciência do público, especialmente aos domingos. Um destes visitantes me dirigiu censuras falsas nos jornais, por culpa de uma visita autorizada pelo Sr. Presidente do Estado. (Livro de crônicas. Fundo Museu Paulista, 1894).

Um fato importante a se observar nesta queixa é o dia ao qual o diretor se refere: um domingo. Desperta-nos a atenção pelo fato de o público ter o Museu como lugar para passeio, ainda sem ser inaugurado e, por ser um domingo, o tipo de público ao qual se refere o diretor não é o de pessoas ilustres, mas de populares. Mesmo com o problema do transporte de que Ihering várias vezes se queixou e o custo das tarifas elevado, pois os preços das passagens dos bondes só iria sofrer redução a partir de 1909, o público já frequentava o lado exterior do Museu, caracterizando uma forma de uso do Monumento, embora não institucional.

Deve-se considerar que, apesar de todas as dificuldades que o público encontrava para visitar o Monumento, este recebia um bom número de visitantes, pois não só o Museu era visitado: os jardins também eram utilizados para várias atividades. O público encontrou no Museu Paulista e em sua praça ajardinada um lugar para seu lazer.



Fotografia nº 3: Monumento do Ipiranga s/d. Fonte: AMPM - FMP.

Mas se encontramos um registro com apontamentos críticos feitos ao público pelo diretor, no mesmo livro está registrado a visita do Seminário dos Salesianos, em clima festivo, “com banda de música”, como já citamos.

No livro oficial de visitas⁴⁷, além das assinaturas, encontram-se registrados os comentários que os visitantes teciam do Museu, como os de Lauro Sodré, por ocasião de sua visita a São Paulo⁴⁸,

⁴⁷ Deixaremos de citar o nº das páginas do livro de visitas, pois estas não estão numeradas. Ver anexo p. 119.

⁴⁸ Lauro Sodré, nasceu em Belém – PA em 17 de outubro de 1858 e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 16 de junho de 1944. Estudou na Escola Militar do Rio de Janeiro, onde se tornou discípulo de Benjamin Constant e Botelho de Magalhães, aderindo a causa da República. Como político foi governador do Pará eleito em 1897, e candidato a presidência da República, nas eleições de 1898, sendo derrotado por Campos Salles. Positivista e Maçom, foi publicista, e entre suas obras principais estão: “A ideia Republicana no Pará (Rio de Janeiro, 1890); Palavras e Atos (Belém, 1886) e Crenças e Opiniões (Belém, 1896). Disponível em [w.w.w.arlslaurosodre1445.com.br/laurosodre.php](http://www.arlslaurosodre1445.com.br/laurosodre.php), Acesso em 23 de janeiro 2016.

Com grande contentamento escrevo nesta página o meu nome e os meus aplausos a obra de patriotismo, que ergueu este monumento para perpetuar como feito assombroso da nossa história e transformou-o num verdadeiro templo onde é cultivada a ciência com esmero e o espírito superior do ilustre cientista que dirige este museu. 21 de abril de 1903. Lauro Sodré. (Livro de visitas. Fundo Museu Paulista).

O que percebemos neste comentário feito pelo político é o caráter sagrado que o museu deixava transparecer a seus olhos, “templo onde é cultivada a ciência”, e seu sumo sacerdote seria o Dr. Ihering com seu “espírito superior do ilustre cientista”. Visitas de outros de museus do interior do Estado, deixavam suas impressões, como no caso do diretor do Museu Municipal de Iguape,

Visitando o Museu Paulista, (...) pelo bom trato que recebi de seu digno Diretor, e, ainda mais, fiquei surpreendido pelos trabalhos aí realizados que são muito além que geralmente se dis. São Paulo, 3 de outubro de 1907. Ernesto G. Gomes. Diretor do Museu Municipal de Iguape. (Livro de visitas. Fundo Museu Paulista)

Outros, além de elogios, indicavam suas preferências:

Agostinho Pardini. Visitando a sessão de numismática declara ter ficado entusiasta pela quantidade de exemplares raros que futuramente quando classificados constituirão a sessão mais bela do museu devido a rara competência do seu ilustrado diretor. (Livro de visitas, s/d. Fundo Museu Paulista).

Visitei hoje o Museu do Ipiranga e levei boa impressão das coleções, especialmente da armas antigas. São Paulo, 26 de novembro de 1914. Virgílio Horácio de Abreu. (Livros de visitas. Fundo Museu Paulista).

Algumas pessoas ilustres, além da assinatura, fixavam seu cartão junto à folha, evidenciando seu status, como, por exemplo, o Barão Homem de Mello, Miss Elizabeth Milder, M^a Fach H; Pritchard e o Tenente Manuel Gomes dos Santos.⁴⁹

Ao observarmos os cartões afixados nas páginas do livro de visitas, notamos que o Museu Paulista era visto como um lugar de afirmação social, ou seja, o fato de o Museu ser um lugar de saber e cultura e frequentado por pessoas ilustres da época, desde cientistas, políticos brasileiros e estrangeiros, esse espaço era considerado como uma espécie de “palco” para representações sociais, e os cartões pessoais de visitas funcionariam como uma de representação do indivíduo, procurando deixar sua marca como destaque pessoal; os cartões são signos de diferenciação social e traduzem uma condição de classe.

⁴⁹ Ver anexos p. 118-119.

Encontramos o registro do Gynasio de São Bento, assinado pelo professor Henrique C. de Magalhães Gomes,

Henrique C. de Magalhães Gomes, lente da Escola Polytechnica e Gynasio de São Bento, veio em visita com os alunos deste último estabelecimento (...) (Livro de visitas. Fundo Museu Paulista).

Outro registro de público escolar foi o do Ginásio Macedo Soares, que visitou o museu em duas oportunidades: em 20 de julho, com 6 alunos; e em 9 de agosto, com 14 alunos, sendo estes alunos quintanistas do ginásio. No livro, os alunos especificam seus cursos e o caráter científico da visita: “Estudantes em ciências e letras do Ginásio Macedo Soares realizaram uma visita científica ao museu.” (Ibidem)

Notamos nestes registros que o público escolar é específico. Referem-se a estudantes de Ginásios, utilizando-se do Museu como espaço complementar para seus aprendizados em ciências, o que demonstra a importância do Museu para estas instituições.

Em 23 de outubro de 1914, o Museu recebeu a visita ilustre do bispo do Ceará, D. Manoel, e seus respectivos acompanhantes, Mons. Agnello de Moraes, Padre Agesilau de Aguiar, Padre Alberto Ferreira Pequeno, reitor do Seminário,

Com (...) prazer visitamos o Museu do Ypiranga, e levamos a mais grata impressão de quanto vimos. Agradecemos ao digno Diretor as delicadas atenções que teve para conosco. (Livro de visitas. Fundo Museu Paulista).

No comentário feito pelos religiosos Lauro Sodré e Ernesto G. Gomes, percebemos que Hermann von Ihering atuou como um “cicerone”, como já tinha sugerido Hummel em seu primeiro relatório de 1891; em outros termos, no caso de pessoas ilustres o diretor do Museu acompanhava os visitantes fazendo o papel de “mediador”, revelando uma forma de atendimento.

O vol. VII da Revista apresenta os relatórios de 1903 a 1905⁵⁰ e está publicada uma estatística do público visitante desde 1896 a 1895. Esta estatística refere-se aos dez anos do Museu Paulista, fato lembrado com importância por Rodolpho von Ihering, “um pequeno retrospecto, pois completaram-se dez anos que este estabelecimento de estudos científicos e ensino público foi oficialmente inaugurado” (Ihering, 1911, p..5), num total 335.389 pessoas distribuídos conforme quadro:

⁵⁰ Os relatórios de 1903 a 1905 publicados em 1911 no volume VII da Revista do Museu Paulista, foram assinados por Rodolpho von Ihering, filho de Hermann von Ihering, Rodolpho trabalhou como custos do Museu.

Quadro 1 – Público visitante do Museu Paulista (1896-1905)

Período em anos	Público
1896	40.000
1897	32.315
1898	32.965
1899	32.063
1900	28.484
1901	26.672
1902	21.538
1903	34.813
1904	37.851
1905	48.758
Total	335.389

Fonte: Revista do Museu Paulista, 1907, vol. VII.

Ao dar importância pelos dez anos do Museu por meio da publicação da estatística do público visitante, notamos que, além da valorização política – o grande número de visitantes era uma forma de justificar a existência desta instituição e investimentos –, o público, neste caso, funcionava como um bom elemento de retórica do Museu. Além deste aspecto, o Museu tornava-se uma referência tanto para lazer como para a educação.

Também estão registrados os nomes dos Doutores E. Bunier e Charles Perez, cientistas e professores das universidades de Sorbonne e Bordeaux, que visitaram o Museu por essa época, (Revista do Museu Paulista, 1897, p.7).⁵¹

Outra preocupação referente ao atendimento do público é o espaço exterior do Museu: seus jardins. No relatório de 1897, Ihering registra sua queixa devido às críticas feitas pela imprensa e por visitantes referentes ao estado de conservação em que se encontravam os mesmos, alegando a necessidade de providenciar com urgência o acabamento desse lado externo do Museu, que contribuiria muito para o lazer da

⁵¹ Os relatórios publicados no volume VII referem-se ao anos de 1903, 1904 e 1905, e são apresentados num só texto sem discriminação dos anos.

população, com banda de músicas tocando aos domingos, possibilitando ao visitantes um belo passeio, além de instrutivo⁵²:

Tanto a imprensa como os visitantes criticam muitas vezes nosso pouco e lisonjeiro e atual estado de nossa entrada do Monumento e a falta de ajardinção da praça situada em frente ao mesmo.

Noto que a maior parte dos nossos distintos visitantes que veem do Rio de Janeiro, a nossa Capital, como os membros do Governo e Congresso, diplomatas, etc, visitam o Museu, admirando o edifício e observando ao mesmo tempo os defeitos indicados.

Parece-me certo que acabando o Monumento e ajardinando a praça, o governo poderia criar para esta Capital nesse lugar histórico um ponto de atração como nenhuma outra cidade do Brasil o tem. Agora o público que visita o Museu, ali entra e retira-se logo depois; si a praça estivesse ajardinada, tocando nela uma banda de música aos domingos, das 2-5 horas, é certo que ao público seria oferecido um passeio que combinando o útil com o agradável efetivamente corresponderia as intensões do que determinaram a construção de um Monumento que se liga a um dos fatos dos mais importantes da história do país. (Ihering, 1898, p. 29-30)

O próprio diretor criava a ligação entre a necessidade de um bom ajardinamento defronte ao prédio e outras atrações que possibilitassem ao público lazer e conhecimento, o “útil ao agradável”, mostrando a importância da instituição como monumento à independência.

Os relatórios publicados na Revista do Museu Paulista registram a data de 7 de setembro como um dos pontos altos para a visita pública, que, além das coleções oferecida ao público por meio de exposições, tinha o palácio-monumento como local para os festejos.

O dia 7 de setembro, que o Monumento comemora, foi aqui dignamente festejado em 1912. Graças aos esforços empregados pelo governo, a solenidade teve brilho excepcional, devido ao concurso das escolas públicas que enviaram para mais de 10.000 crianças; o monumento, bem como o grande jardim onde se armaram barracas para os pequenos convidados apresentavam, belíssimo aspecto. (Ihering, 1914, p. 8).

Verificamos novamente que o lado exterior do Monumento – os jardins – também eram utilizados para solenidades oficiais, tornando-se um espaço que extrapolava a função festiva, ou seja, por meio de rituais cívicos, o Museu ao abrigar as festividades comemorativas da Independência promovia um processo educativo, tornando-se assim uma das preocupações do diretor.

⁵² Relatório de 1897, p. 30. Lata CO 6978. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

O jardim também deixava muito a desejar e, conquanto fosse ainda recente o seu acabamento, por toda a parte os trabalhos executados reclamavam reparos, quer por terem sido mal calculados, como no caso da canalização da águas pluviais, quer porque durante a sua execução não fora exercida a necessária vigilância. (Ihering, 1914, p. 14).

Essa preocupação justificava-se, pois, além do aspecto instrutivo por meio de sua utilização para rituais cívicos, os jardins da praça do Monumento, ao serem utilizados pelo público como um lugar para passeio, contribuía diretamente para o aumento de visitantes do Museu.

No relatório de 1909, encontramos uma referência ao aumento da frequência do público devido a dois fatores: redução de 50% na passagem dos bondes e ajardinamento da parte frontal do Museu:

No ano de 1909, porém, o número de visitantes foi muito superior, devido principalmente a redução de 50% na passagem de bond da cidade ao Ypiranga, que até meados de 1904 era de 800 reis ida e volta, ao passo que hoje custa 400 reis.

Além disso contribuíram ainda para este aumento do numero de visitantes o ajardinamento da praça do Monumento [...]. (Ihering, 1911, p. 2).

Com essas informações, verifica-se a importância do lado externo do Museu, no caso, a praça e os jardins, para o atendimento ao público. Archibal Stevenson Forrest em 1912, registra este fato em suas memórias:

Aos domingos e feriados, o passeio favorito do povo – italianos, negros, portugueses, alemães, paulistas e ingleses - é ir de carro da Praça da Sé até os jardins e o Museu do Ipiranga... A maioria dos passageiros desce para os jardins do Ipiranga, situados em largas calçadas que vai se elevando suavemente marginada por ciprestes, canteiros de flores muito bem tratados e todos os tipos de arbustos. O museu erigido como monumento para comemorar o histórico acontecimento, é uma construção imponente e bem desenhado, com belas escadas e luxuosas galerias em uma das quais está um enorme quadro ilustrando o episódio “Independência ou Morte”⁵³.

Nota-se no relato memorialístico do autor que os jardins do Monumento eram uma grande atração para o povo formado por italianos, negros, portugueses, alemães e ingleses, que acorriam ao Museu aos domingos e feriados, típicos dias para o passeio de

⁵³ FORREST, Archibald Stevenson. *A thour trough South America* (1912). In: BRUNO, Ernani da Silva. *Memória da Cidade de São Paulo; depoimentos de moradores e visitantes, 1553-1958*. São Paulo: Prefeitura Municipal/DPH, 1981, p. 172-173.

operários e trabalhadores; pela sua narrativa, detectamos que o Monumento do Ipiranga configurava-se como um espaço de lazer popular e pela qualidade do monumento, voltado à formatação de uma memória nacional, lazer instrutivo.



Fotografia n° 4: Jardim - Fachada do Museu Paulista início Sec.XX. Fonte: AMPM - FMP.

A fotografia n° 4 dos Jardins e da fachada do Monumento procura ilustrar o espaço que o público popular frequentava aos finais de semana para um lazer cultural. Além do imponente Monumento, que por si só transmite um ar de grandiosidade e solenidade, pois era assim que deveria ser visto o ato heroico de D. Pedro I ao proclamar a independência, os jardins eram amplos com suas calçadas lineares sempre direcionando o olhar para o Monumento. Dessa forma, a arquitetura do edifício e dos jardins possuíam um caráter instrutivo: gravar na memória dos visitantes a grandiosidade da construção feita em nome da Pátria.

Com referência ao público popular, Taunay, por meio do relatório de 1917, reforça o tipo de público que frequentava os finais de semana descrito por Forrest, quando sugere a cobrança de entradas para o museu:

A exemplo do que se pratica universalmente lembro a V. Exc^a a possível conveniência de se cobrarem modicas entradas dos visitantes das terças e quintas por exemplo: 200 reis as quintas e 500 reis as terças continuando a frequência gratuita aos domingos [...] Bem sei que seria talvez uma inovação contraproducente no nosso meio provocando um decréscimo de visitantes. Não afetaria porém senão a pessoas de certa categoria pois os visitantes dos dias de semana não são geralmente operários nem proletários. (Taunay, 1918, p.980).

Todavia, se pelo relato de Forrest encontramos a presença do público popular, em Taunay o público popular é visto com preconceito e sua proposta de cobrança de entradas aumentaria ainda mais os limites para a classe trabalhadora, pois, além do horário semanal não favorecer a ida de trabalhadores a este local, somados ao problema de transporte, teria acesso ao Museu só quem poderia pagar, no caso “pessoas de certa categoria”, revelando a visão de elite do diretor. Não obstante nos relatórios do Museu apresentado por Ihering se destacarem os nomes de cientistas, políticos e pessoas consideradas “ilustres” por ele. Essa visão seletiva do público também vigorou em Taunay, demonstrando que os dois diretores não se diferenciavam em sua visão de público.

Nos relatórios, estão contidas as doações ao Museu. Ihering registrava todos os nomes dos doadores e os objetos que eram ofertados à instituição, o que nos permite pensar que, se o Museu prestava atendimento ao público, este também atendia o Museu por meio de presentes e doações. Uma doação que serviu de atração para o público foi a de uma águia viva feita pelo Comendador José Umbelino de Souza e exposta no andar térreo do Museu, servindo de atração aos visitantes (Ihering, 1902, p.2-3). Além de Ihering registrar o fato este também foi notícia de jornal:

Acedendo ao pedido de amigos e do dr Secretário do Interior, o comendador José Umbelino Fernandes cedeu ao Museu do Estado uma belíssima ave, espécie da águia viva, que possuía há mais de cinco anos. É com certeza o maior volátil das nossas florestas e digno de figurar em museu de primeira ordem (O Estado de S. Paulo, 21.5.1900).

Outro fato referente ao público diz respeito à segurança do Museu em relação às suas coleções. As coleções possuíam vários de objetos de valor, entre eles, moedas

históricas e de ouro, e as doações de objetos de valor eram noticiados nos jornais. Isto chamava a atenção de um público “especializado” em subtrair coisas alheias.

O dr. Alfredo Guedes, secretario da Agricultura, ofereceu ao Museu Paulista uma barra de ouro, fundida em 1812 em Mato Grosso, a qual foi acompanhada da respectiva certidão.

Essa barra pesa 320 gramas, é uma das maiores e tem grande valor material. (O Estado de S .Paulo, 4.2.1900).

Entregamos ontem ao sr. diretor do Museu Paulista moedas da Polônia, de 1621, que, por nosso intermédio do sr. Teofi Kaznocrski ofereceu aquele estabelecimento. (O Estado de S.Paulo, 5.11.1901).

No livro de Crônicas do Museu Paulista e nos relatórios, há registros de algumas tentativas de furtos, o que evidencia que o Museu era frequentado também por visitantes com intenções ilícitas ou que, simplesmente, não havia quem guardasse o que era exposto, estimulando o roubo.

Em ofício para o Secretário dos Negócios do Interior, Cesário Mota Junior, Ihering relata ter havido um furto no Museu, de onde foram levadas moedas de ouro da sala de numismática. O fato ocorreu devido à falta de segurança do prédio e Ihering queixa-se que, já em outros relatórios, havia denunciado o fato: “Consta por diversos ofícios e relatórios meus apresentados a essa Secretaria e também ao Dr. Chefe da Polícia que sempre insisti na falta de segurança [...]”.⁵⁴

Essa situação ainda iria ocorrer em outros momentos. Em 1912, Ihering, em seu relatório anual, relata mais duas tentativas de furto, porém estas foram interrompida pelos funcionários do Museu, o que demonstra já haver uma melhor atenção ao público frequentador e que as coleções eram percebidas não só pelo seu valor histórico, mas também pelo seu valor monetário, como já dissemos.

Com relação as coleções do Museu devemos ainda registrar dois casos pouco agradáveis, de tentativas de roubo, ambas felizmente frustradas pelo pessoal do Museu. Em um caso tratava-se de um pobre operário que fora irresistivelmente tentado pela beleza das fac-similes dos maiores diamantes do mundo; foi preso na ocasião em que durante as horas de visita tentava apoderar-se do falso tesouro. O outro atentado foi praticado por um estudante de direito que as altas horas da noite arrombou a sala em que se acham os objetos históricos e de lá ia subtraindo as peças mais preciosas da chamada coleção “Campos Salles”, que as ofereceu ao Museu Paulista. Também por esta ocasião os serventes e o porteiro conseguiram pressentir em tempo o gatuno, evitando assim prejuízo considerável. (Ihering, 1914, p. 9).

⁵⁴ Ofício de 27 de janeiro de 1898. Lata CO 6978. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Não só nos aspectos culturais o Museu foi importante. Ele foi também ponto de referência e solicitação de serviços para os moradores do bairro do Ipiranga, que recorreram ao Museu para obter serviços públicos. Solicitou-se do diretor do Museu providências quanto ao recolhimento de animais mortos que ficavam expostos em terrenos próximos ao Museu e próximo das residências dos moradores⁵⁵.

Como comentamos acima, o Museu também era atendido pelo público que, por meio de doações, demonstrava sua admiração e interesse pelo Museu. Outros tipos de interesses estiveram atrelados à instituição. Antes mesmo de sua inauguração, a especulação imobiliária já surgia no “arrabalde do Ypiranga”, anunciando seus terrenos. Em 16 de fevereiro de 1894, a J.A.LEAL publicava no jornal O Estado de S.Paulo a venda de terrenos por meio de leilão tendo como referência o Museu do Estado:

“Venderá ao correr do martelo lindos lotes de terrenos no Ypiranga, próximos ao Museu do Estado.
Sábado, 17 do corrente ao meio dia. Devem seguir os srs. pretendentes no bonde que parte do largo da Sé. (O Estado de S.Paulo, 16.12.1894).

Notamos por esse anúncio como o Museu e o Palácio-Monumento promoveram o desenvolvimento da região. O comércio também se beneficiou deste fato e teve o Museu como sua referência,

RESTAURANTE INTERNACIONAL. Esta convidativa casa de recreio e descanso, situada próximo do Monumento do Ypiranga (Museu Paulista), com bond a porta, ornada de jardim e tendo as diversões próprias para a família e crianças, inaugura-se no dia 5, havendo musica, bonds extraordinários, etc. (O Estado de S.Paulo, 5.12.1897).

Em vista da documentação estudada, percebemos que o Museu Paulista era frequentado por um tipo variado de público, sendo em sua grande maioria, um público popular, muito embora este o frequentasse, na maioria das vezes, em dias e horários determinados, demonstrando que, apesar de ser uma instituição voltada à instrução pública e com um amplo espaço exterior para o lazer, o acesso ao Museu e às suas dependências era restrita. Não obstante contar no livro de visitas algumas assinaturas de populares e público escolar, o que se destaca são as assinaturas de pessoas “ilustres”, cientistas e políticos, revelando outro tipo de público. Entre populares, cientistas,

⁵⁵ Ofício de 1 de março de 1896 encaminhado ao Diretor do Serviço Sanitário pelo Diretor do Museu, solicitando providências junto a Viação Paulista de Bondes para a retirada de animais enfermos das ruas do bairro do Ipiranga. Fundo Museu Paulista, pasta 70.

políticos e membros da sociedade, havia outros visitantes, eram os “gatunos”, pessoas especializadas em subtrair coisas alheias.

Porém, não devemos deixar de levar em consideração que o Museu também se beneficiou de seu público, recebendo uma quantidade valiosa de obras de arte, objetos de cultura e objetos de valor, talvez levando em conta o costume de patronos e mecenas de museus, considerando a tendência mundial de época. Porém se determinadas pessoas procuravam beneficiar o Museu, outras o utilizavam em benefício próprio, como por exemplo, a especulação imobiliária e o comércio.

2.2 - Atendimentos: laboratórios, pesquisas e ensino

Pretende-se, a partir da indicação abaixo, aprofundar a análise das funções do museu em ambos os casos, deixando claro as atividades do Museu visando ao seu público: entre estudiosos, cientista e atendimento às escolas.

Destaca-se que o privilégio da análise está concentrado nas exposições das coleções do Museu, dando destaque ao caráter visual educativo a que a instituição se propõe, tema sobre o qual discorrerá o capítulo 3. Nota-se que o Museu, ainda que fosse apresentado como Museu de História Natural, passou por um período à procura de uma identidade. Recebeu coleções que não estavam ligadas à disciplina científica em questão e mantinha o salão de honra com o quadro “Brado do Ipiranga”. Essa questão foi uma das características do período de administração de Ihering.

Segundo a Revista do Museu, no andar térreo eram encontrados os ambientes voltados à pesquisa. Nesses espaços, desenvolvia-se uma série de atividades que tinham como o foco a produção científica e a difusão de conhecimento.

Salas:

- A. 1. Biblioteca e escritório do Diretor
- A. 2. Laboratório do Diretor
- A. 3. Sala de conferência e biblioteca
- A. 4. Sala reservada para visitantes que querem fazer estudos
- A. 5. Laboratório conchológico e coleção de estudos
- A. 6. Laboratório entomológico e coleção de estudos (insetos).
- A. 7. Deposito de vidros, drogas, etc.
- A. 8. Coleção de estudos (de reptéis e anfíbios).
- A. 9. Coleção de estudos (de peixes).
- A. 10. Coleção de estudos (de animais inferiores).
- A. 11. Laboratório do custo e coleção de estudos (mamíferos e pássaros).
- A. 12. Oficina de preparadores.

A. 13. Oficina de marcenaria.

A. 14. – 16. Reservado para a seção botânica (servindo agora como oficina de marcenaria e depósito de madeira) (Revista do Museu Paulista, 1895, p. 29).

O Museu abrigou para estudos vários cientistas ligados às ciências naturais. Nos relatórios, Ihering registrava os nomes dos cientistas que utilizavam os laboratórios e as coleções de estudo para pesquisa, porém estudantes interessados em História Natural também frequentavam esse espaço:

Como voluntários, auxiliares dos trabalhos do sr. Rodolpho von Ihering, e a título de estudo, frequentaram por algum tempo os nossos laboratórios os srs. Alberto M. Vaissier, estudante de medicina e Carlos da Cruz Azevedo, do curso ginásial. (Revista do Museu Paulista, 1914, p. 5-6).

O Museu abrigou, além de cientista brasileiros e estrangeiros, estudantes de vários níveis, caracterizando um público distinto em busca de formação científica. Além de formação científica, o Museu possibilitou estudos elaborados, como a preparação de tese de doutorado e estudos para concursos.

estudaram no museu, durante maior espaço de tempo, o sr. dr. Heitor Maurano, que aqui preparou a parte sistemática de sua tese de doutoramento em medicina (Do Escorpionismo) e o sr. Bel. Fauto Lex, que aqui se preparou para um concurso de Historia Natural, no Ginásio de Campinas. (Ihering, 1918, p. 15).

Por meio desses registros, constatamos que o Museu Paulista desempenhava uma importante função no plano educativo, tanto na formação de pessoas – estudantes de vários níveis – como instituição que proporcionava formação especializada.

Os laboratórios do Museu e sua coleção para estudos eram muitos solicitados, mas os registros dos nomes dos frequentadores não constam em todos os relatórios. Observamos registros nos seguintes anos: 1906/1909, 1910/1912, 1913/1915. De acordo com os quadros, frequentaram os laboratórios os seguintes nomes:

Quadro nº 2: Usos dos laboratórios para estudos e pesquisas

Ano	Nome	Instituição	Local
-----	------	-------------	-------

1906/1909	Conselheiro Franz Heger	Imperial Museu Viena	Viena Áustria
	Dr. Arthur Smith Woodward	British Museum of Natural History	Londres Inglaterra
1910/1912	Dr. João Mariano Filho	Jardim Botânico do Rio de Janeiro Instituto Serumtherapico do Butantan	São Paulo Brasil
	Francisco Iglesias	Instituto Agrônômico de Campinas	Campinas Brasil
	Adolpho Hempel	Instituto Agrônômico de Campinas	Campinas Brasil
	Gregório Bondar	Instituto Agrônômico de Campinas	Campinas Brasil
1913	Dr. João Florêncio Gomes	Instituto Serumtherapico do Butantan	São Paulo Brasil
	A. Hempel	Instituto Agrônômico de Campinas	Campinas Brasil
	Gr. Bondar	Escola Agrícola de Luiz de Queiroz de Piracicaba	Piracicaba Brasil
	Francisco Iglesias	-	São Paulo Brasil
	Dr. E. Brump	Faculdade de Medicina de São Paulo	São Paulo Brasil
	Dr. João Bach	-	Alagoas Brasil
	A. Usteri	-	-
	A. Ducke	Museu do Pará	Pará Brasil
E. Gounelle	-	Paris França	

Fonte: Revista do Museu Paulista, vol.8, 1911; vol. 9, 1914; vol. 10, 1918.

Quadro nº 3: Usos dos laboratórios para estudos e pesquisas

Ano	Nome	Instituição	Local
1914	Dr. F. Brumpt	Faculdade de Medicina de São Paulo	São Paulo

	Dr. A. Bovero	Faculdade de Medicina de São Paulo	Brasil São Paulo Brasil
	Dr. João Florêncio Gomes	Instituto Serumtherapico do Butantan	São Paulo Brasil
	A. Hempel	Instituto Agrônômico de Campinas	Campinas Brasil
	Gregorio Bondar	Escola Agrícola Luiz de Queiroz de Piracicaba	Piracicaba Brasil
	Dr. A. Usteri Julio Mezer	-	São Paulo Brasil
	Dr. F. Felippone	-	Montevidéu Uruguai
	Prof. Julio Costa	Escola Normal de Guaratinguetá	Guaratinguetá Brasil

Fonte: Revista do Museu Paulista, vol. 10, 1918.

Quadro nº 4: usos dos laboratórios para pesquisa e estudos

Ano	Nome	Instituição	Local
1915	Prof. A. Bovero	Faculdade de Medicina de São Paulo	São Paulo Brasil
	Dr. João Florêncio Gomes	Instituto Serumtherapico do Butantan	São Paulo Brasil
	Julio Melzer	-	-
	M. Brade	-	-
	Ad. Ducke	Museu do Pará	Pará Brasil
	Dr. Heitor Maurano	Faculdade de Medicina de São Paulo	São Paulo Brasil
	Bel. Fausto Lex	-	São Paulo Brasil
	T. Cristowski	-	-

H. Maniser	Museu Anthropologico de São Petesburgo	Rússia
O. A. Salley	-	-
M. Gude	-	-

Fonte: Revista do Museu Paulista – Vol. 10, 1918.

Observando os quadros 2, 3 e 4, notamos que o uso efetivo de determinadas instituições, como o Instituto Butantan, Instituto Agrônomo de Campinas, Faculdade de Medicina e Escola Agrícola Luiz de Queiroz de Piracicaba demonstra a utilidade prática dos laboratórios, ou seja, o Museu, por meio dos laboratórios, viabilizava o desenvolvimento científico, tanto teórico, quanto a sua aplicação prática.

A presença de cientistas e de instituições internacionais, por meio de seus museus como o *British Museum of Natural History*, Imperial Museu de Viena e Museu Antropológico de São Petesburgo, demonstra o reconhecimento que o Museu Paulista conquistara em seus meios.

A presença de escolas como a Escola Normal de Guaratinguetá e Escola Agrícola de São Paulo demonstra a importância que o ensino de ciências vinha adquirindo na instrução pública e o Museu Paulista como referência e local complementar à sala de aula. Muito embora os laboratórios fossem usados por cientistas de outras instituições, Ihering passava a maior parte de seu tempo em estudos e pesquisas.

Quanto a mim os estudos de laboratório absorveram quase completamente o meu tempo. Fiz, entretanto, nos meses de outubro e dezembro interessante estudo biológico referente a propagação e a formação das novas colônias das formigas saúvas. (Ihering, 1898, p 15).

A prestação de serviços foi outra forma de atendimento que o Museu prestou a outras instituições:

Assim os nossos laboratórios para entomologia sistemática e econômica prestaram bons serviços a agricultura. Neste sentido, a Sociedade Nacional de Agricultura do Rio de Janeiro, que me distinguiu com a eleição de sócio honorário, exigiu minha coadjuvação para a elaboração de um projeto de lei cujo fim seria acabar com importação de pestes vegetais. (Ihering, 1900, p. 6).

A prestação de serviços dos laboratórios do Museu não ficou somente em terras nacionais. O Museu prestou serviço a outras instituições internacionais, estimulando os

contatos de pesquisa transnacional, demonstrando que o Museu fazia parte de um circuito interessado em suas coleções e nos conhecimentos ali produzidos. Ihering se sobrepunha ao nome da instituição, personalizando o atendimento:

tenho me esforçado para corresponder do modo mais satisfatório aos inúmeros pedidos que de todas as partes do mundo me são dirigidos, ora por institutos congêneres, ora por especialistas sábios [...] não é pequeno o número de consultas e pedidos de classificações que do interior e exterior me são dirigidos, ao que sempre atendo de maneira que me é possível.

Assim este ano examinei as coleções seguintes: para diversos Museus Sul-Americanos, algumas coleções de conchas e ovos de aves; para o Museu de Basel, Suíça, couros de pássaros do Brasil e para a Universidade de Tokio, Japão, uma coleção de conchas fluviais. (Ihering, 1902, p.7-8).

O Museu desenvolveu várias formas de atendimento e o fornecimento de objetos para escolas e para outras instituições era uma dessas formas. Devido à grande procura e interesse que as coleções de estudo e os laboratórios despertavam, podemos levantar a hipótese de que o Museu era visto como um entreposto de serviços e fornecedor de material, alimentando um comércio de objetos (taxidermizados), pois o Museu Paulista foi um grande comprador desses objetos⁵⁶.

O Museu Paulista foi indicado como um dos mais importantes fornecedores de materiais para a composição de “museus escolares” no estado de São Paulo. Organizava *kits*, juntava peças, enviava às escolas que faziam solicitações, seja diretamente, seja tendo a Secretaria do Interior como intermediária (Marchi da Silva, 2015).

Esse assunto é uma das preocupações da pesquisa de Marchi da Silva (2015) e está registrado em relatórios do diretor do Museu como uma das ações diretivas, relacionando a instituição ao funcionamento das escolas no sentido de aparelhá-las para o melhor ensino das lições de coisas.

Como demonstrou a pesquisadora, o Museu Paulista enviou materiais para a formação de museus escolares para algumas escolas, conforme quadro seguinte:

Quadro nº 5: Museus escolares fornecido pelo Museu Paulista

Escola	Museus	Peças	Observações
Grupo Escolar Luiz Leite de Amparo		X	Solicitação do Secretário do Interior
Escola Normal de SP	X	X	Envio de Museus Escolares Alemães

⁵⁶ Sobre este assunto ver Grola (2014) capítulo 1.tópico 1.6, p. 61-63.

Grupo Escolar de Botucatu	X		Solicitação do Secretário do Interior
Grupo Escolar de Tatuí	X		Museu Escolar enviado para o Almoxarifado da Secretaria do Interior
Grupo Escolar de Lorena	X		O Museu Paulista solicita que o Secretário do Interior retire o material
Grupo Escolar de Itatiba	X		Museu Escolar enviado para o Almoxarifado da Secretaria do Interior

Fonte: MARCHI DA SILVA, 2015, p. 93.

Além de museus escolares, o Museu forneceu objetos para outras instituições e para cientistas. Para o Museu Naval do Ministério da Marinha, foram enviados 16 peças/objetos conforme quadro:

Quadro nº 6: Fornecimento de material: Museu Naval

Instituição	Objetos	Quantidade	Obs.
Museu Naval	Arpões	4	Solicitação feita por ofício à Secretaria do Interior
	Cavadeira	1	
	Coador	1	
	Forcado	1	Para caça da baleia
	Lanças	3	
	Bacamarte	1	
	Projeteis dinamite	4	

Fonte: Ofício: 6.12.1898, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Para cientistas:

Quadro nº 7: Material fornecido a cientistas.

Nome	Local	Objeto
Dr. Hochestetter	Innsbruck	Preguiça para estudos anatômicos
A. Smith Woodward	Londres	Peixes fósseis de Taubaté e Paraná
W. Weltner	Berlim	Cirrhípedios
Broelemann	Paris	Centípeios
C. Eigemann	Bloomington	Peixes
A. Ortmann	Princeton	Crustáceos
Cockerell	Freiburg	Conchas fósseis do Paraná
R. Cossmann	Paris	Conchas fósseis de Santa Cruz
H. Friese	Innsbruck	Abelhas

Von Rothschild	Tring	Pulgas
----------------	-------	--------

Fonte: Revista do Museu Paulista, vo. III, 1898.

Neste capítulo, procuramos compreender o Museu em suas várias finalidades e usos. O Museu desempenhou importante papel no campo da pesquisa científica por meio de seus laboratórios. Houve pesquisas internas desenvolvidas por seus funcionários, além de Ihering; Rodolpho von Ihering, custos do Museu; Ernesto Garbe, naturalista viajante; Carlos Schröter, preparador e João Lima trabalhavam nos laboratórios e oficinas, além de ter abrigado cientistas de renome que trabalharam e produziram conhecimentos científicos publicados na revista do Museu.

Prestou serviços a instituições nacionais e internacionais, bem como a pessoas interessadas em problemas ligados ao campo da botânica e agricultura, e a comunidade via no Museu um órgão de interlocução com o poder público, como no caso de animais mortos nas ruas do Ipiranga. Colaborou na formação de pessoas interessadas em ciências naturais, bem como possibilitou estudos acadêmicos e preparação para concurso do cargo de professor de ciências naturais para o ginásio.

Forneceu material para escolas públicas, instituições diversas e cientistas. Foi local de visitas de pessoas “ilustres”, cientistas e políticos, funcionando como um local de propaganda política do governo republicano paulista da época. Recebeu o público escolar para visitas científicas e visitantes comuns. Foi palco de festas cívicas e espaço de lazer para um público popular. Em suma: o Museu Paulista teve como finalidade principal ser um meio de promoção e elevação cultural de uma cidade que se transformava ora num compasso acelerado com as instalações de bondes elétricos, telefones etc., ora num compasso arcaico, pois os benefícios da modernidade em que a cidade estava entrando custavam chegar aos arrabaldes do Ypiranga. Ainda em 1919 Taunay queixava-se:

Nada fez a Light para melhorar o serviço da linha do Ypiranga nem aumentou o número de bondes, duplicou a via nem a irrigou sequer aos domingos. Sempre a mesma poeira, a mesma demora, a mesma marcha vagarosa dos bondes! (Taunay, 1920, p. 454).

3 – EXPOSIÇÕES NO MUSEU PAULISTA SOB ADMINISTRAÇÃO DE VON IHERING

Gonçalves (2007) desenvolve uma reflexão entre museus e cidades, trabalhando com categorias de Walter Benjamin, como narrativa e informação. Em sua reflexão, percebemos como estas categorias são úteis para o entendimento do comportamento do público visitante de museus. Tomando por base as reflexões desenvolvidas pelo autor, podemos analisar o Museu Paulista em seu início e perceber como ele estava próximo do museu informação, devido à forma de exposição e comunicação de suas coleções.

Um dos elementos centrais que compõem um Museu é sua museografia. Por meio das exposições que são montadas em seu espaço se estabelece o tipo de relação com o público, ou seja, a forma como as coleções são expostas para a apreciação são de grande importância para a frequência e o atendimento ao público.⁵⁷

Busca-se um aprofundamento do que seria o mapa da museografia e da museologia apresentadas no período.⁵⁸ Para tanto, serão estudados os relatórios, as cartas, os registros dos primeiros anos do museu, fotos e outros documentos, bem como bibliografia especializada em exposições sobre o museu à época.

Propõe-se aqui o estudo das fotografias das exposições do Museu, de modo a entender as formas que o Museu construiu sua expografia em associação ao mapa das salas. Os objetos e espécimes de animais ficavam guardados e expostos em móveis especialmente construídos para esse fim, como atesta em vários relatórios e ofícios o pedido de Ihering para a construção de armários/vitrines. Foto das exposições em cotejamento com os relatórios explicam questões sobre os primeiros anos de exposição do museu.

De acordo com a Revista do Museu a ordenação das salas de exposições no primeiro andar eram as seguintes:⁵⁹

⁵⁷ Usamos o termo museografia como estudos das técnicas do museu. (POULOT, 2013, p.129).

⁵⁸ Poulot citando a definição de Martin Shärer, define museologia como: “busca de tudo o que ‘engloba uma atitude específica do homem diante dos objetos (ou dos seus valores conceituais). Essa atitude inclui procedimentos de conservação (musealização), de pesquisa e de comunicação (‘visualização’). Esse tipo de atitude encontra-se sempre e por toda parte. Por ter sido institucionalizado e analisado no museu, esse fenômeno tirou-se nome daí”. (Ibidem, p. 130).

⁵⁹ Seguem em conjunto as fotografias que apresentam um panorama do que era exposto e a forma como eram apresentadas as coleções. O estudo da museografia e as sequências das exposições são objetos de análise previstos para o capítulo 3.

Salas:

- B. 1. Coleção de pássaros.
- B. 2. Coleção de ninhos e ovos de pássaros.
- B. 3. Coleção de pássaros.
- B. 4. Coleção de cobras.
- B. 5. Coleção de anfíbios, répteis e peixes d'água doce.
- B. 6. Coleção de peixes do mar.
- B. 7. Coleção de insetos.
- B. 8. Coleção de objetos históricos.
- B. 9. Coleção de objetos históricos e armamentos.
- B. 10. Coleção de animais inferiores (crustáceos, Conchas, coraais, etc.)
- B. 11. Coleção mineralógica e paleontológica.
- B. 12. Coleção etnográfica e arqueológica (índios do Brasil).
- B. 13. Coleção numismática.
- B. 14. Coleção de mamíferos.
- B. 15. Coleção de mamíferos
- B. 16. Coleção de mamíferos.
- B. 17. Sala de honra contendo o quadro histórico de Pedro Américo “Brado da Independência” e mais telas de pintores nacionais. (REVISTA DO MUSEU PAULISTA, 1895, p. 29).

Considerando a ordenação das salas descrita pela Revista do Museu Paulista, o que se sobressai são as coleções de História Natural, as coleções de objetos históricos, numismática, paleontologia e arqueologia também compunham o cenário expográfico do Museu, sendo a sala B 17, o salão de honra do Museu, na ala central do Monumento, uma das salas de destaque. Nesta sala, além de várias telas de pintores nacionais, esculturas, medalhas, vitrines contendo objetos históricos, figura como quadro principal a obra *Brado da Independência*, do pintor Pedro Américo. Ao adentrarmos nesta sala, saímos do mundo da História Natural, para entrarmos na História. Como a intenção do Museu era de instruir por meio de objetos, a sala B 17 funcionava como uma sala de aula de História Pátria, e o quadro de Pedro Américo funcionaria como local central para ensinar o público como “ocorrera a Independência do Brasil”, a partir da representação dada pelo quadro.

Nesta tela, em primeiro plano, está a comitiva militar e, como figura central deste plano, a imagem de D. Pedro I, empunhando a espada em cima de seu cavalo, num gesto heroico. Nesta sala, a memória histórica da pátria e o herói da independência deveriam ser cultuados.



Fotografia nº 5: Exposição de Prudente de Moraes Republica – década de 1940.

No primeiro plano do quadro, figura D. Pedro I, o proclamador da Independência, primeiro imperador do Brasil, e Prudente de Moraes foi o primeiro presidente civil eleito por voto, sucedendo o Marechal Floriano Peixoto.⁶⁰ Como a foto foi feita nos anos 1940, não se pode transportar essa narrativa para a década de 1910. Entretanto, vemos que o quadro de Pedro Américo está ao centro do principal salão do Museu (salão solene) que pretende enaltecer a história construída pela narrativa do quadro. Museu, salão e quadro, organizam a marcação de que houve um grande acontecimento da história nacional naquele lugar. E lá instalado, permaneceu até os presentes dias.

⁶⁰ A fotografia nº 5 apresenta o quadro com o retrato de Prudente de Moraes nos anos 1940, compondo outra narrativa. Segundo Kossoy (2014), este fragmento nos indica que este também deveria ser cultuado como herói da Nação. Prudente de Moraes, além de presidente do Estado de São Paulo foi presidente da República de 15 de novembro de 1894 a 15 de novembro de 1898, e o Museu Paulista foi inaugurado em 7 de setembro de 1895 como parte do projeto de modernização dos republicanos paulistas. Embora a foto tenha como data a década de 1940 do século XX, e é interessante notar que o retrato de Prudente de Moraes está em frente do quadro *O Brado da Independência* do pintor Pedro Américo construindo a ideia de que junto ao herói de primeira grandeza para Pátria, há um sujeito paulista que está sendo homenageado como Presidente da República, talvez criando o paralelo de que era Presidente da República quando da fundação do próprio Museu.

Ao mesmo tempo o Museu, cumpria as suas funções de museu de ciências. Grola (2014), ao estudar as coleções de História Natural do Museu Paulista, no período de 1894 a 1916, observa que uma das finalidades das exposições dos espécimes era possibilitar ao público uma aproximação mais real com a natureza,

O espécime material constituído e expograficamente preparado é fundamental para que ocorra essa aproximação com a natureza, é fundamental para que sejam verossímeis esses vários discursos sobre a natureza. (Grola, 2014, p.134).

A importância que a forma do preparo do material e sua colocação aos olhos do apreciador adquirem, no intuito de provocar uma verossimilhança com natureza, ou em outros termos, a artificialidade da montagem, possibilitaria para o visitante sentimento de realidade. Esse sentimento de realidade, em face aos animais taxidermizados, foi apresentado por Madi Filho (2014) quando o pesquisador percebeu que animais taxidermizados, no início do século XX, são “teatralizados” de modo a aproximar o sujeito observador daquilo que um dia o animal foi em seu ambiente natural.

O animal taxidermizado congela [...] o tempo e a característica que o preparador lhe impôs. Na verdade, ao se taxidermizar, está se conservando não apenas o animal, mas está também se isolando uma característica (Madi Filho, 2014, p. 51).

A busca pela verossimilhança era um detalhe importante para Ihering, e esta foi possível não só pela teatralização como o taxidermizado era montado, mas devido também ao desenvolvimento de uma nova taxidermia:

Também o método plástico da preparação dos vertebrados tem contribuído muito para tornar mais naturais, mais elegantes e artísticas as cenas da vida animal que representam”. (Ihering, 1907, p. 436).

O método plástico ao qual Ihering se refere seria a substituição do antigo método de empalhamento dos animais, por um material mais sofisticado, no caso, uma massa, que possibilitasse a modelação do taxidermizado, sendo o couro o revestimento final, ou nas palavras de Ihering,

o belo exemplar de lobo, há pouco gentilmente oferecido pelo Jardim Público, foi preparado pelo dr. João L. Lima, segundo o moderno sistema taxidérmico, denominado ‘método plástico’. Pode-se avaliar bem a vantagem desse método quando se sabe que ao contrário do que se fazia antigamente, enchendo couro de qualquer maneira, hoje o couro representa apenas o revestimento que cobre o modelado, sobre

massa, do animal, de cujo corpo é assim a representação plástica perfeita. (O Estado de S.Paulo, 6.9.1912).

Cuidado com a apresentação dos objetos, preocupação com forma de apreensão por parte do público do que está sendo expostos são elementos que compõem a expografia de um museu.

A museografia desenvolvida por Ihering era propiciada para despertar no público um interesse pela informação e instrução, sem deixar de conceder ao público outras sensações, devido às suas coleções apresentarem objetos da natureza, alguns considerados exóticos pelo público visitante da época, possibilitando momentos de devaneio e dando oportunidade ao visitante transportar-se para outros horizontes.

Ihering tomou por referência os trabalhos de George Brown Goode, secretário assistente da *Smithsonian Institution* e diretor do Museu Nacional dos Estados Unidos. Goode foi autor do livro *The principles of Museum Administration*, publicado em 1895, sobre a atuação, organização e função dos Museus. Neste livro, Goode desenvolve toda uma nova concepção de museografia, que servira de referência para Ihering. Aqui, apresenta-se um panorama de temas indicados em tal princípio museológico.

Alves (2001, p. 81-87) fez uma análise das principais ideias de Goode, destacando que, na visão do autor, o museu como instituição pública tinha uma função de suma importância nas sociedades, funcionando como uma extensão das salas de aulas, além de uma função civilizatória.

Para Goode, apenas as sociedades de cultura avançada, possuíam museus. Os museus além de promover a civilização, deveriam sempre se preocupar com os aspectos de instrução para um público diversificado. Deveria atender pessoas com vários níveis de conhecimento desde o elementar, o secundário e o nível universitário. Por meio de suas exposições, o público deveria ser despertado para o conhecimento (Alves, 2001, p.84). Para tanto, toda uma museografia deveria ser desenvolvida. As coleções deveriam ser apresentadas de forma a despertar no visitante a vontade do conhecimento. Os objetos deveriam ser expostos de forma agradável para atrair a atenção do visitante e, para produzir este efeito, era necessário estarem bem dispostos em suportes adequados e bem ordenados, nos quais o visitante apreciase as coleções de forma didática.

Os objetos das coleções que compunham as exposições deveriam estar acompanhados de outros objetos complementares, como um livro ao alcance das mãos dos visitantes para fácil consulta, mapas, gráficos, guia da exposição e boas etiquetas:

os espécimes e sua organização não arcariam sozinhos com o encargo de transmitir as lições a serem aprendidas. Para auxiliar nessa tarefa, uma verdadeira parafernália de novos objetos seria produzida nos museus. Haveria os livros de mão, de referência, os modelos, os guias, os mapas os gráficos, e mais importante de tudo as etiquetas. (Alves, 2001, p. 85-86).

O museu deveria também promover palestras e conferências, atuando como um local de difusão de conhecimentos e extensão da sala de aula; um centro cultural de difusão e instrução pública: “[...] estender as fronteiras do conhecimento; atuar como um adjunto das salas de aula e de conferência, seja em conhecimento elementar, secundário, tecnológico ou superior, e fornecer cultura ao público [...]”. (Alves, 2001, p. 83).

Outra ideia desenvolvida por Goode e utilizada por Ihering foi a separação das coleções. Ihering deixa claro sua admiração por Goode, pois, no relatório de 1896, publicado na Revista do Museu Paulista, presta uma homenagem ao diretor americano. Nota-se, neste registro, a apropriação feita por Ihering das ideias de Good, “É a Brown Goode que estamos devendo a elaboração e codificação desses princípios administrativos [...]” (Ihering, 1897, p. 6).

Entre esses princípios administrativos que Ihering se refere a Goode, está a separação das coleções, mas Ihering também se apropriou das ideias de Möbius, curador do Museu de Zoologia de Kiel, Alemanha, no que se refere a separações de coleções. Os museus, pelo seu caráter de promotor de conhecimentos, deveriam ter coleções de estudos, para pesquisadores e cientistas, contribuindo assim para o progresso da ciência. Coleções para exposição ao público cumpririam a função de instrução. Para bem instruir o público por meio de suas coleções, além da forma de expor os objetos, como descrevemos, um detalhe de grande importância seriam as informações contidas nas etiquetas.

De acordo com Alves (2001, p. 86), Goode desenvolveu uma verdadeira arte das etiquetas. Estas deveriam ter o nome técnico da espécie (no caso de museus de História Natural), o nome comum do espécime exposto, a explicação geográfica da sua procedência, estrutura, hábitos, tamanho, peso, visitante. Mas além das informações, a cor, o papel, a forma, os tipos de etiquetas e o tamanho foram levados em consideração, justificando assim uma verdadeira arte das etiquetas. Percebemos, por meio da análise de Alves (2001, p. 86), que a preocupação central de Goode, em relação às etiquetas, não era somente com informações para o processo instrutivo, mas seria um instrumento

de mediação, devendo suscitar outros interesses no observador, como por exemplo buscar mais informações em livros.

Ihering, como comentamos, tendo como referência à museografia desenvolvida por George Brown Goode, preparou o Museu separando as coleções: as de estudos, destinado a pesquisas científicas e as de exposição voltada para o público.

No ano de 1907, nos meses de abril a novembro, Ihering fez uma viagem oficial a Europa pelo Museu. Ficando impressionado com o que viu, resolveu publicá-las, “Acho tão interessantes as impressões que tive desta excursão científica que me parece conveniente publicá-las”. (Revista do Museu Paulista, 1907, p. 431).

Apesar do tom otimista, Ihering encontra a maioria dos museus da Europa central em condições precárias, demonstrando sua preocupação como o futuro destes: “Encontrei os Museus grandes, e a maior parte dos menores, em uma situação crítica, que naturalmente preocupará grandemente os naturalistas, que se dedicam a esta ciência”. (Revista do Museu Paulista, 1907, p. 431).

Impressões de viagens aliadas a preocupações com futuro dos Museus de História Natural, o artigo aborda temas e problemas relativos à museografia. Segundo Ihering, os museus de História Natural serviram como meio de instrução pública e contribuição para o progresso da ciência, mas questões relativas às formas de organização espacial e administrativa, não eram consideradas de primeira relevância, “entretanto é só nos últimos decênios que se veio compreender a necessidade de exprimir, também na organização material dos Museus esta diversidade de tarefas”. (Revista do Museu Paulista, 1907, p. 431).

Diversidade de tarefas e organização material e administrativa são os elementos que Ihering considerou de forma crítica no seu artigo. Neste são abordadas questões relativas à museografia. Apresentamos de forma sucinta, no Quadro 8, os temas desenvolvidos por Ihering em seu artigo (Revista do Museu Paulista, 1907, p. 431-449).

Quadro nº 8: Temas relativos ao museu: museografia e administração, segundo Ihering

Exposições	Administração
Separação das coleções: coleções para estudos e coleções para exposição pública.	Diretoria: o diretor seria um elemento fundamental no museu, pois, a organização e o desenvolvimento da instituição dependeriam do espírito do diretor. Este deveria ir além de suas obrigações administrativas e políticas

<p>Quantidade e qualidade: a quantidade interferia na qualidade. Não deveriam ser expostos muitas espécimes em duplicatas. Devido ao fato de o público leigo não possuir conhecimentos especializados, não saberia distinguir a espécimes</p>	<p>Quadros de funcionários: o museu deveria possuir pessoal especializado tanto para serviços burocráticos como para pesquisa científica</p>
<p>Estética: a boa aparência dos objetos expostos em relação com a ordem e o agrupamento era relevante para uma boa exposição</p>	<p>Remuneração: os funcionários deveriam ser bem pagos, principalmente os cientistas, pois, estes deveriam se dedicar exclusivamente à pesquisa científica</p>
<p>Iluminação: as salas do museu deveriam ser bem iluminadas para facilitar a observação dos objetos. Ihering valorizou este elemento</p>	<p>Plano de trabalho: fundamental para a organização do museu e seu futuro.</p>
<p>Comunicação: os rótulos (etiquetas) deveriam se bem feitas com informações bem definidas acompanhadas de mapas informando a região proveniente dos objetos. Essas informações eram importantes para a instrução do público</p>	<p>Arquitetura: Ihering tece críticas aos arquitetos e suas construções de prédios para museus. Segundo ele, os arquitetos davam prioridades a seus desejos e não consultavam os técnicos cientistas e diretores, em consequência os edifícios construídos para abrigarem museus eram inadequados</p>
<p>Cenografia: deveria ficar em segundo plano, os objetos deveriam ter prioridade</p>	<p>Classificação de museus: os museus deveriam ser classificados em centrais, provinciais e especializados. Estes últimos seriam o futuro dos museus, devido ao fato do grande desenvolvimento das ciências naturais, em decorrência os museus deveriam se especializar para melhor atender as exigências do campo científico</p>

Fonte: Revista do Museu Paulista, 1907, p. 431-439.

De acordo com o exposto no quadro, ao observarmos as exposições, percebemos que muito destas ideias, Ihering aplicou na expografia do Museu: separação das coleções; preocupação com apresentação dos objetos, Ihering por várias vezes trocara os espécimes velhos por novos; dentro dos armários/vitrines, os espécimes eram agrupados de acordo com seu grupo biológico, todos com rótulos/etiquetas, fazendo parte do sistema de comunicação e instrução do museu (Revista do Museu Paulista, 1895, p. 20); qualidade em detrimento da quantidade, Ihering preocupava-se com este aspecto (Revista do Museu Paulista, 1895, p. 20) Nas fotografias das salas de exposição ao

público, podemos notar uma cenografia que aponta para a variedade de espécies (há uma concepção cenográfica); tanto Ihering (Revista do Museu Paulista, 1898, p. 9) como R. Ihering teciam críticas à arquitetura do Museu (Guia pelas Coleções do Museu Paulista, 1907, p.6). Esses são os temas que mais se destacam no período de Ihering.

3.1 – Coleções para Exposições

Como apresentamos, as exposições do Museu eram o principal ponto de relacionamento com o público. Para compreendermos essa relação, é necessário entendermos como essas exposições se apresentavam ao público. No caso do Museu Paulista, suas exposições dependiam fundamentalmente dos espécimes que formavam a coleção zoológica, embora as outras coleções também recebessem atenção do curador. Porém, a característica marcante das exposições do Museu era de caráter científico e instrutivo, com a predominância das Ciências Naturais, por, nesse período, ser esta uma instituição voltada para História Natural.

As coleções do Museu eram formadas e organizadas por disciplinas científicas: Zoologia, Botânica, Arqueologia, Etnografia, Paleontologia, História Pátria e Numismática e foram separadas em coleção de estudos e coleções de exposição. As coleções de estudos estavam voltadas para um público específico: cientistas e estudiosos de ciências naturais e ficavam alocadas no andar térreo.

As coleções de exposição ficavam no primeiro andar e eram franqueadas ao público em geral. A separação das coleções tinha duas finalidades: contribuir para o progresso da ciência (coleção de estudos; coleção de exposição) e contribuir para a instrução pública. Para Ihering, a separação das coleções já ocorria nos países avançados, portanto o Museu Paulista, ao proceder desta maneira, inseria-se no rol dos grandes museus:

O que mais me está satisfazendo na atual instalação do Museu é a separação das coleções expostas das coleções de estudo: As experiências feitas nesse sentido nos grandes Museus da Europa e dos Estados Unidos demonstram a inconveniência de cansar o público com exposição de objetos em demasia. É esta a razão porque os grandes Museus como os de Londres e Berlim começaram a separar as coleções expostas e que são escolhidas com todo critério, e as coleções de estudos que armazenadas, menos lugar ocupam. Este sistema razoável e pratico já temos aqui seguido desde o princípio. (IHERING, 1895, p.20-21).

De acordo com Lopes (2009), o diretor do Museu Paulista era um homem em sintonia com seu tempo e implementou em seu Museu o que havia de mais atual, procurando sempre estar de acordo com as designações do regulamento de 26 de julho de 1894: “[...] Serve o Museu de meio de instrução pública e também de instrumento científico [...]”.⁶¹

Inteiramente a par das discussões internacionais da época sobre os diferentes esquemas de classificação de coleções de História Natural, Ihering explicava que, quanto a suas finalidades, aos museus cabia “o duplo fim de servir de meio de instrução pública e de contribuir ao progresso da ciência”, ponderando, no entanto, que a expressão dessa dupla finalidade da organização material das coleções era uma necessidade que só a partir das últimas décadas começara a se impor. (Lopes, 2009, p. 271).

O caráter inovador das separações das coleções que Ihering implantou no Museu Paulista teve origem no curador do Museu de Zoologia de Kiel, na Alemanha.

Ihering era adepto do princípio da separação entre as coleções de estudo e as de exibição ao público. Essa ideia, aparentemente óbvia hoje, só começaria a ser introduzida nos museus no final do século passado e se consagraria de fato no início deste século. Apoiado em Möbius, o curador do Museu de Zoologia de Kiel, na Alemanha, que adotou esse princípio de separação das coleções para a organização desse museu, em 1884, Ihering organizou dessa forma, desde o início, o acervo do Museu Paulista. (Lopes, p. 271-272).

Entretanto, se a separação das coleções contribuía para uma melhor organização espacial do Museu, havia a necessidade de se levar em conta a planta do prédio do Monumento, pois a coleção para exposição deveria se adequar a ela.

3.2 - Organização espacial – mapa das exposições de planta do edifício

Segundo Rodolpho von Ihering, o edifício no qual estava o Museu não era o mais adequado para este tipo de instituição, o que interferia na forma de organizar as exposições:

Quanto a esta o organizador viu-se obrigado a acomodar as diversas classes de animais segundo o espaço de que podia dispor, visto como o construtor do Monumento do Ypiranga, em que está instalado o Museu, talvez jamais imaginasse que fosse aproveitado desta forma o

⁶¹ Decreto n. 249 de 26 de julho de 1894. Assembleia do Estado de São Paulo. Secretaria Geral Parlamentar. Departamento de Documentação e Informação.

edifício, de cuja acomodação a este fim, contudo, não podemos queixar-nos muito.⁶²

Mesmo com dificuldade de espaço, as exposições foram montadas. De acordo com a planta do Museu, as exposições para o público se distribuíaam por 17 salas nas quais eram distribuídas as coleções de Zoologia, Mineralogia, Paleontologia, Arqueologia, Antropologia, Etnologia e História Pátria.



Fotografia nº 6: Mapa das exposições do Museu Paulista com respectivas legendas, p. 6 do Guia pelas Coleções do Paulista (1907). Fonte: Biblioteca Museu Paulista. 2015

Observando a planta, percebemos que a distribuição seguia uma lógica setorizada por alas diferente da apresentada pela lógica sequencial. Iniciando pela Ala Leste: coleções de Zoologia: salas B 1, B 2 e B 3, aves; sala B 4, cobras; sala B 5, répteis e anfíbios, peixes de água doce; B 6, peixes do mar; B 7, insetos. Ala Central: coleções de História Pátria, salas B 8 e B 9, contendo objetos históricos e B 17 salão de honra com o quadro *Brado de Independência ou Morte* do pintor Pedro Américo. Ala Oeste: Coleção de Zoologia, sala B 10 corais, conchas, caranguejos, aranhas etc.; Coleção de Mineralogia e Paleontologia, sala B11, pedras e fósseis; Coleção de Antropologia e Etnografia, sala B12, Índios do Brasil; Coleção de Numismática, sala B

⁶² IHERING, Rodolpho von. Guia pelas coleções do Museu Paulista. São Paulo: Cardoso, Filho & Cia. 1907, p. 6.

13, moedas; Mamíferos salas B 14 e B15; Coleção de Etnografia, sala B 16 Índios Carajás.

3.3 - Percurso ou roteiro de visita

Percebemos pelo mapa haver uma sugestão de percurso que começaria pela Ala Leste, porém a entrada para o primeiro andar era feita, como até hoje, pela escada central do prédio, levando os visitantes às salas B 8, B 9 e B 17. Todavia, no *Guia pelas Coleções*, Rodolpho von Ihering, ao sugerir a melhor forma de seu manuseio, deixa transparecer uma sugestão de roteiro de acordo com o mapa.

O presente “Guia” compreende exclusivamente a parte zoológica do Museu Paulista, devendo uma segunda parte completa-lo para servir de guia nas seções de que o mesmo Museu exhibe coleções: Paleontologia, Arqueologia, Etnografia, História Pátria e Numismática. Para facilitar sua consulta ao visitante que quiser manusear este Guia, cingimo-nos, na disposição da matéria na II parte exatamente à ordem em que os preparados zoológicos se acham dispostos na seção franqueadas ao público [...]. (Ihering, R. von. 1907, p. 6-7).

Embora no *Guia* seja proposto um roteiro, muito provavelmente os visitantes começassem a visita pela Ala Central, não seguindo obrigatoriamente o mapa ou guia, segundo Grola (2014):

Apesar desse percurso sugerido, é provável que o público visitasse as alas indo do centro para as extremidades, já que o acesso ao primeiro andar era feito pela escadaria do corpo central, como até os dias de hoje, de acordo com a circulação prevista no projeto arquitetônico de Tommaso Gaudêncio Bezzi. (Grola, 2014, p. 97).

Quadros das salas que compunham o Ala Central:⁶³

Quadro nº 9 sala B 9: Objetos Históricos

QUADROS	PINTOR	Mobiliário	Objetos em armários
---------	--------	------------	---------------------

⁶³ No Guia pelas Coleções do Museu Paulista, não consta a descrição da sala B 17, salão de Honra onde esta o quadro *Brado de Independência ou Morte* de Pedro Américo.

D. Pedro I (moço)	Benedito Calixto	Cadeira (liteira da Marquesa de Santos)	Coleção Campos Salles
D. Pedro II (moço)	Anônimo	Cadeiras, mesinhas, sofá e cama (móveis que pertenceram ao Regente Feijó)	Cópia do Tesouro de Boscoreale
D. Pedro II (velho)	Mallior		
José Bonifácio de Andrada e Silva	B. Calixto		
Padre Diogo Antônio Feijó	Anônimo		
Padre José de Anchieta	B. Calixto		
Padre Bartholomeu de Gusmão	B. Calixto		
Vicente da Costa Taques Goes e Aranha	B. Calixto		
Padre Belchior de Pontes	Anônimo		
Domingos Jorge Velho	B. Calixto		

Fonte: Guia pelas Coleções do Museu Paulista, 1907, p. 99-100.

Ao observarmos o mapa, podemos levantar a hipótese de que o olhar do visitante, ao sair da sala B 9, seria atraído para a sala B 10.

Quadro nº 10 – sala B 10: Objetos Históricos

ARMÁRIO 41	ARMAS	OBS.
	Espingardas e Carabinas	Armas de uso do exército brasileiro no período colonial
	Espadas e Espadins	Uzadas pelos senadores e ministros do Império Uzadas pelo povo gaúcho na caça ao gado

	Bolas rio-grandenses	bravio
--	----------------------	--------

Fonte: Guia pelas Coleções do Museu Paulista, 1907, p. 100.

Em sequência, poderíamos imaginar que, ao sair da sala B 10, o visitante se deslocaria para a sala B 11 fechando assim o percurso histórico.

Quadro nº 11: Sala B 11: Objetos históricos

ARMARIO 42	BANDEIRAS	OUTROS OBJETOS
	Voluntários Paulistas	Couça de Martim Affonso de Souza Medalhas e condecorações brasileiras: Ordem de Cristo (hábito) e da Ordem da Rosa Tropa moleque (penteados imensos usados pelas damas de outrora, sem especificação de data ou época) Livro impresso em Latim em 1671 em Roma (monografia sobre o café) Vários objetos que pertenceram a personagens ilustres da história do Brasil (sem especificação de nomes e datas)

Fonte: Guia pelas Coleções do Museu Paulista, 1907, p. 101.

De acordo com o quadro 11, notamos que a presença de coleções de objetos históricos não é pequena; ao contrário, ocupavam toda uma ala, sendo o salão de honra dedicado à História Pátria. Não obstante o fato de Hermann von Iherig voltar a maior parte de sua atenção para as coleções de História Natural, o Museu tinha em seu regulamento um artigo que obrigava a instituição a ter coleções de História Pátria:

Artigo 3º - Além das coleções de ciências naturais: zoologia, botânica, mineralogia etc. – haverá no Museu uma secção destinada a História Nacional e especialmente dedicada a colecionar e arquivar documentos relativos ao período de nossa independência⁶⁴.

No mesmo decreto, constam três parágrafos e mais um artigo (4º) que reforçam o caráter Histórico da instituição:

§ 1º - Nas galerias e lugares apropriados do edifício serão colocados as estatuas, bustos ou retratos a óleo de cidadãos brasileiros que, em qualquer ramo de atividade, tenham prestado incontestáveis serviços a Pátria e mereçam do Estado a consagração de suas obras ou feitos e a perpetuação de sua memória.

§ 2º - Para dar cumprimento ao disposto no parágrafo precedente nomeará uma comissão que se encarregará de indicar d'entre os

⁶⁴ Capítulo I Da Instituição e seus fins. Decreto nº 49 de 26 de julho de 1894.

proeminentes da nossa História aqueles cuja memória deverá ser assim perpetuada.

§ 3º - Desta galeria de homens ilustres não farão parte senão os já falecidos que tenham a seu favor um juízo definitivo da História.

Artigo 4º - No mesmo Museu haverá lugar para o quadro de Pedro Américo, comemorativo da Independência, e para outros assuntos de história e costumes pátrios, adquiridos ou oferecidos ao Estado.

Voltando nossa atenção aos quadros 9, 10 e 11 que formam a ala central do Museu, e, ao observarmos os parágrafos e os artigos supracitados do regulamento (decreto 249 de 26.6.1894), veremos que a ala central está de acordo com o regulamento, caracterizando-a como o setor histórico do Museu.

Muito embora Ihering voltasse sua atenção para as coleções de História Natural e o decreto 249, em seu artigo 2º (decreto de 26.6.1894), o instituísse como um museu voltado para as Ciências Naturais, pesquisa e instrução pública, esse fato não impediu o Museu Paulista de se caracterizar como um museu histórico, ou pelo menos, ter como um dos seus eixos a História Nacional. Como a memória histórica a ser preservada pelo Museu era uma memória escolhida, não era qualquer fato ou personagem que poderia pertencer a esta instituição, afinal “Desta galeria de homens ilustres não farão parte senão os já falecidos que tenham a seu favor um juízo definitivo da História” (§ 3º - Decreto 249 de 26.6.1894). Nesse sentido, o Museu ia ao encontro da ideia de reforçar os nomes e figuras ilustres que deveriam fazer parte da história do Brasil.

Vale ressaltar pela descrição dos quadros a forma de organização das salas e peças: em primeiro lugar, a sala B 9 com pinturas de personagens ilustres, mobiliário e objetos sempre se referindo a pessoas de renome e destaque da história nacional, ilustres, segundo o Museu; depois a sala B 10, sala de armas, aqui se sobressai a forma cronológica e regional de apresentação do objetos: colônia e império ressaltando as glórias militares, e o caráter bravo e trabalhador do povo rio-grandense e em terceiro lugar a sala B 11 com objetos variados – bandeiras, medalhas, couraça, objetos de uso pessoal, livro do século XVII escrito em latim, demonstrando raridade e valor. Todos esses objetos estão ligados a personagens “ilustres”, ou seja, pelos quadros vemos como o Museu buscou construir uma determinada memória histórica por meio de objetos e por meio deles instruir. Esta ala seria como uma espécie de setor “cultural”, atuando na construção de uma nova identidade nacional.

Há ainda a sala B16 que diz respeito à Etnografia dos índios Carajás.⁶⁵ Levando em conta a sua ligação com a história nacional dentro do Museu, pode ter havido uma relação direta entre os primeiros contatos feitos entre índios e as missões jesuítas da Província do Pará, em 1658, com a presença do Padre Tomé Ribeiro; ou com as bandeiras paulistas que rumaram de São Paulo para o Centro-Oeste e Norte do Brasil, como a expedição de Antônio Pires de Campos, ocorridas entre 1718 a 1746.

3.4 - Salas de exposição de História Natural

As exposições ficavam nas salas do primeiro andar. Dentro delas, os objetos e espécimes das coleções eram expostos em armários bem organizados. Essa organização seguia o método sistemático desenvolvido por Carlos Linneu (1707-1778). Rodolpho von Ihering nos esclarece:

É conveniente que algumas explicações sobre a nomenclatura científica precedam a este pequeno sumario de zoologia.

Ao genial naturalista Carlos de Linneu devemos as bases desta nomenclatura binaria, com a qual temos em vista a uniformidade da denominação que damos às espécies animais. Ao conjunto total dos animais chamamos de Reino Animal (que, com os outros reinos, vegetal e mineral formam o conjunto da Natureza). As subdivisões do Reino são:

Tipo:

Classe:

Subclasse:

Ordem:

Subordem:

Família:

Subfamília;

Gênero:

Subgênero:

Espécie:

Subespécie;

Indivíduo:

(Ihering, R. Von. 1907, p. 9-10)

O *Guia pelas Coleções do Museu Paulista* descreve com detalhes o que estava exposto nas salas. Nele estão as indicações dos nomes das espécies, armário, vitrine e divisão:

⁶⁵ Habitantes seculares das margens do rio Araguaia nos estados de Goiás, Tocantins e Mato Grosso, Pará os Karajá têm uma longa convivência com a Sociedade Nacional. Nos dias atuais contabilizam, aproximadamente 3.198 pessoas segundo os dados da Funasa (2010). Para maiores informações: Instituto Sócio Ambiental, disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt>

Indicaremos a margem de cada indicação a sala o armário, vitrina e divisão em que se acham agrupados os animais. Exemplo: S.4 (Sala B. 4 do pavimento superior), A. 19 (Numero do armário), V. 3 (Numero branco pintado sobre a porta do referido armário), P. 3 (prateleira sobre a qual está o preparado). (Ihering, R. von. 1907, p. 9).

Antes de descrevermos o que estava exposto nas salas, convém fazer uma observação sobre as exposições. Segundo Grola (2014, p.94-95), não houve modificações significativas do arranjo expositivo desde a inauguração, em 1895, ficando preservado a expografia da inauguração.

Segundo informações contidas no Guia, a sala B 1 era composta por 7 armários. Muito embora a Fotografia 7 traga a imagem de 5 armários, ela nos revela apenas um aspecto fragmentado daquele momento, lembrando que, “toda fotografia é um resíduo do passado que contém em si um fragmento determinado da realidade registrado fotograficamente” (Kossoy, 2014, p. 49). De acordo com *Guia pelas Coleções do Museu Paulista*, a sala B 1 localizava-se no setor Leste do primeiro andar do Museu e abrigava as coleções de zoologia.

Sala B 1

AVES

ARMARIO 1:

Da ordem dos PSITTACI podemos salientar um grande numero de espécies que merecem geral interesse. Tais as grandes “ARARAS” (Ara) de cauda longa e colorido variegado, mas que não apreendem a falar como os “PAPAGAIOS”; dentre estes são os do gênero Amazona (V. 5-6, P. I) que melhor apreendem, pelo que são preferidos. Pelo colorido, mais belo talvez, agradem mais o “ANACÃ” (V. 4, P. II) de vistosa juba, a “JANDAYA”, tão popularizada pelo romance Iracema; os “PERIQUITOS” de cauda longa e os pequenos e graciosos “TUINS”. Nas plantações, porém, todas estas aves nunca são bem vistas, pois especialmente no milharal, causam grandes danos.

P IV – “João Bobo (Bucconidæ), “CUI TELÃO” ou “Beija-Flor do Mato Virgem” (Galbulide), “SURUCUÁS” (Trognidæ) e MARTIM-PESCADORES (Alcedinidæ) das quase todas as espécies das 3 ultimas famílias tem belíssima plumagem, de vivo brilho metálico e purpurino.

Os TUCANOS-Rhamphstidæ e as formas menores denominadas “ARAÇARIS”, são em especial curiosos pelas dimensões grotescas de seus bicos. Veja-se a espécie Pteroglossus beauharnaisi, cujas penas do vértice da cabeça de tal modo se transformaram, a parecerem com cavacos de madeira envernizados. (Guia pelas Coleções do Museu Paulista, p. 82).

Um fato a observar na descrição desse primeiro armário é a atenção dada a alguns detalhes, como por exemplo o lado estético – plumagens coloridas, colorido

variegado; outro lado seria a questão utilitária das informações: perigos para as plantações; nesse caso, as espécimes Araras, Papagaios, Anacã, Jandayas, Periquitos e Tuins seriam danosos ao trabalho agrícola, e também o lado grotesco de determinadas espécimes, no caso, os Tucanos. Chama a atenção a questão didática referente aos animais úteis e nocivos dadas pelas Lições de Coisas. A forma como a descrição é feita pelo Guia do armário 1 revela a intenção de orientar o modo de olhar do visitante, procurando direcionar sua atenção para aqueles detalhes, ou seja, os detalhes revelam a intenção (Ginzburg, 1989).



Fotografia nº 7: Sala B1 - Aves. Fonte: AMPM/FMP

Quadro nº 12: Sala B1 – Aves

ARMARIO	ESPECIFICAÇÃO	VITRINE	PRATELEIRA	NOME CIENTÍFICO	NOME COMUM
2	ANDORINHAS	3-4	I II III	Fringilidæ Dendrocolptdæ Fomicariidæ	Tico-Tico Arapaçu Papa-Formigas
3	- - - -	- -	I II II III	Tanagridæ Tyranidæ - Cotingidæ	Tangará ou Dansarino Papa-moscas Bem-te-vi Galo das Rochas
4	- -	1-4 1-4 1-4	I II III	Trochilidæ Columbidæ Momotidæ Cuculidæ	Beija-flor Pombas Juruvas Anús Saci ou Sem- fim.
5	-	-	-	Cyplelidæ e Caprimulgidæ	Urutú e Curiango
6	- - -	5 1 2	II II III	- - -	Garças e Socós Guarás Colhereiro
7	- - -	- 1 - -	II III IV V	- - - -	Sabiás Corruiras Sahis Patativas, Bicudos, Papa- cupins, Coleirinhas e Cardeal

Fonte: Guia pelas Coleções do Museu Paulista, 1907, p. 81-85.



Fotografia nº 8: Sala B3 - Aves. Formada pelos armários 13, 14, 15, 16, e 18. Fonte: AMPM/FMP¹

A Fotografia nº 8 traz a imagem de um armário da sala B 3. Trata-se do armário 18, segundo o *Guia pelas Coleções do Museu Paulista* (p. 88-89). Este seria o armário das aves de rapina. Pelo grande número de aves e a forma do arranjo das aves, expostas em armário/vitrines, a primeira impressão que nos passa é de estarmos num imenso viveiro; outro aspecto é a forma sequencial de apresentação dos espécimes dispostas de forma linear a facilitar a leitura e compreensão dos mesmos, todos identificado por etiquetas. Retomando a ideia de Ihering com a boa apresentação dos taxidermizados,

notamos a boa aparência das aves expostas. Apesar de os armários/vitrines estarem saturados de taxidermizados, a leitura e compreensão das informações contidas nestes é facilitada pela forma simples e organizada dos objetos juntos com a boa estética das aves.

Quadro nº 13: Sala B 3 – Aves

ARMÁRIO	ESPECIFICAÇÃO	VITRINE	PRATELEIRA	NOME CIENTÍFICO	NOME COMUM
13	Poucos representantes da avifauna brasileira	-	-	-	-
14	Aves aquáticas	2	I	-	Alcatraz
		5	I	-	Gaivotão
		3	III	-	Pinguim
		1 – 6	III	-	Frangos d'água, Quero-Quero, Piassoca, Jaçanã, Saracura, Sanã
		1	II	-	Galinhobolas e Narcejas
15	-	1	I	-	Pato Arminho
		2	IV	Nettion brasiliense	Marreca
		-	I	-	Siriema
15	-	-	II-IV	Tinamiformes	Perdizes e Codornas
				Galliformes	Jacus, Mutuns, Urú
16	Peças de anatomia e teratologia ornitológica; esqueletos e vários outros preparados	-	-	-	-

	como monstruosidades				
18	Aves de rapinas	9	I	Catharhilif ormes	Urubu-rei
		5	I		Condor
		7	-	Thrasactus harpia	Águias
		2	III	Strigiformes	Corujas
		1	II		Caburé

Fonte: Guia das pelas coleções do Museu Paulista, 1907, p. 87-88

A mesma consideração podemos fazer da sala B 6 em relação com a sala B 3: o armário denota uma forma racional de apresentação dos objetos, facilitando o entendimento do que se vê; apesar de haver uma grande quantidade de objetos expostos, estes não deixam transparecer um aspecto confuso e poluído, o que dificultaria a intenção de instruir.



Fotografia nº 9: Sala B6 - Peixes do Mar. Formada pelos armários 27, 28, 29 e 30. Fonte: AMPM/FMP

Quadro nº 14: Sala B 6 – Peixes do mar

ARMÁRIO	ESPECIFICIDADE	VITRINE	PRATELEIRA	NOME CIENTÍFICO	NOME COMUM
27	Grande variedade de peixes do mar da costa brasileira	-	-	-	Cherne Cherne vermelho Miraguaya grande Robalo Garoupa Méro
28	Peças de anatomia de peixes	2 1 1	I II II III IV V	- - - - - Echenesis naucrates	Olho de Boi Frade Badejos Cutiaños - Pegador
29	Na parte superior do armário: grande exemplar de Tubarão	1-4 5 5-6 7	I-II V I II I-IV	- Selachioo Baiacu pinima	Cambébas e Cação Raias Peixe Lua Peixe porco Baiacus lisos Baiacus de espinhos
30	Peixes estrangeiros	-	-	-	-

Fonte: Guia pelas coleções do Museu Paulista, 1907, p. 94-95.

As fotografias e o *Guia pelas Coleções do Museu Paulista* nos proporcionam uma amostra de como estavam arranjadas as salas de exposições. Por meio das fotos e descrição do Guia, percebemos que forma de organização das salas e seu arranjo expressava o pensamento de uma instituição voltada para a ciência e à instrução pública. Os objetos que estavam nas vitrines buscavam, em primeira instância, instruir o visitante e a forma de apreensão dos objetos deveria pautar-se por uma didática, ou seja, as salas de exposição e seu arranjo tanto espacial como expositivo tinham uma função instrutiva e estavam organizadas de forma a fazer o visitante perceber as relações entre

os espécimes e os grupos biológicos a que pertenciam, ou seja, ao observar os animais taxidermizados, a função deles seria a de promover o interesse pelo saber; por meio da observação dos objetos expostos (coisas), o visitante seria despertado para o conhecimento.

O propósito do Guia era facilitar o entendimento do que se via nas vitrines. O Guia procurava de forma instrutiva, construir uma forma de olhar no visitante, pois, determinava, por meio de sua leitura, o caminho, a sequência, a forma de entendimento do que estava exposto. Ao olharmos a Fotografia 7, da sala B 1 – Aves –, leremos a descrição feita dos armários pelo Guia das Coleções do Museu Paulista (1907, p. 81-84) e veremos que alguns detalhes se sobressaem, tomando o armário nº 4 como exemplo, veremos que os Beija-Flores são apresentados de forma a atrair o olhar do visitante para seus aspectos mais formosos.

Sedutoras criaturas são os Beija-Flores (Trochilidæ), que alias habitam tão somente a região neotropical (Americas do Sul e Central). Aliam-se neles a graciosidade da forma ao esplendor do colorido da plumagem e é sobretudo a resplandecência dos furta-côres metálicos que sempre de novo nos facina. (Guia pelas Coleções do Museu Paulista, 1907, p. 83).

Grola (2014), ao estudar as coleções de História Natural do período Ihering, trabalha com a ideia de que as exposições faziam parte de um discurso visual, sendo os objetos (espécimes) os elementos principais deste discurso. Tentaria passar a imagem de uma natureza construída pela ciência. Isto é, nas salas o discurso visual procurava construir a imagem de uma natureza ordenada cientificamente, no caso, Sul-Americana, com foco na natureza brasileira, em especial a do estado de São Paulo, procurando além de instruir, despertar o interesse pela História Natural regional.

Porém, advertimos, seguindo a ideia de Grola, que o discurso visual veiculado pelas exposições não estava ligado diretamente ao roteiro e ao conteúdo do Guia, pois este poderia ser dispensado pelos visitantes.⁶⁶ O nosso interesse pelo Guia ocorre pelo fato de este ter sido escrito em 1907, oito anos após a inauguração do Museu, servindo-nos como fonte para entendermos como as salas e as exposições que estas abrigavam revela, ou melhor, traduz esse discurso, que foi um processo construído ao longo da história do Museu. Trata-se de ver os planos do Museu para o atendimento ao público.

⁶⁶ Utilizamos o Guia pelas Coleções do Museu Paulista, para descrevermos as exposições, porém, deve-se ressaltar que este além de ser vendido teve uma tiragem de 3000 exemplares em 1907 e se esgotou em 1911.

Porque uma das razões de ser do Museu Paulista está no fato de esta instituição oferecer como atração para sua frequência às exposições.

3.5 - O olhar dos visitantes

Na documentação, são poucas as informações sobre a opinião dos visitantes em relação às exposições e coleções, porém, os comentários registrados no livro de visitas, jornais, memórias e também nos relatórios do Museu, nos possibilitam o entendimento de como os visitantes do Museu o percebiam.

Como relatamos no capítulo 2, no livro de visitas estão registrados os comentários dos visitantes. Por se tratar de um documento oficial, os comentários ali registrados, refletem muito o olhar institucional do Museu, ou seja, os comentários ali escritos, revelam qual imagem que o Museu procurava veicular.

Lauro Sodré deixou sua impressão sobre o Museu: templo dedicado à ciência. Ernesto G. Gomes: local de cultivo à ciência. Agostinho Pardini e Virgílio Horácio de Abreu: local de respeito e cultivo à História. Grupo de religiosos do Ceará: admiração pela instituição e cordialidade⁶⁷.

Mas o livro de visitas revela também que o Museu era tido como um local de prestígio e sua visitação era uma forma de mostrar *status*. Cartões de visitas evidenciam a posição social dos visitantes e eram afixados nos livros, marcando a presença dos sujeitos no recinto.

O livro de visitas nos revela uma visão muito positiva de uma parte do público. Porém, o relatório referente aos anos de 1901 e 1902 nos revela um outro olhar. Neste relatório, Ihering, ao reclamar das condições pouco favoráveis da galeria artística, revela visão crítica que os visitantes tinham sobre o Museu:

Infelizmente, as condições em que se acha a galeria artística, são cada vez mais penosas pela falta de espaço com que estou lutando atualmente nesta Repartição, não só para a colocação da referida galeria como também para as demais coleções.

Estando as salas ocupadas pelas coleções expostas, acontece que os quadros que vão entrando são colocados, conforme o espaço o permite, nas salas onde se acham as coleções de história natural, o que sobre ser inconveniente e pouco decente, tem provocado da parte dos visitantes comentários desagradáveis. (Ihering, 1904, p.5- 6).

⁶⁷ Os comentários dos referidos autores estão transcritos nas páginas 64-66 do capítulo 2.

Esta queixa feita pelo diretor revela outro lado do Museu: mesmo sendo um museu de História Natural, voltado para a pesquisa científica e à instrução pública, o Museu não deixou de receber obras de arte, e as considerações críticas e possíveis negações eram dadas com a justificativa de falta de espaço. Mas a linguagem artística não era o centro de atenção do diretor, tanto que este reservava mais espaço nas salas para as coleções de História Natural. No mesmo relatório, Ihering (1904, p.7) chega a sugerir a construção de um pavilhão independente fora do Museu, revelando um aspecto excludente em relação às coleções artísticas.

Marie Robinson Wrieth, quando de sua visita em São Paulo, em 1902, expressa outra opinião:

Mas o principal ponto de atração de todos os visitantes da cidade é o Ipiranga, o magnífico monumento erigido em 1885 no lugar onde foi proclamada a independência do Brasil em 1822. É a mais bela realização da arquitetura brasileira, planejada não só para comemorar esse glorioso evento, mas também para servir como “instituição de conhecimentos”. O Museu do Ipiranga possui tesouros de grande interesse histórico e científico, valiosas e curiosas relíquias e também algumas das melhores pinturas de artistas brasileiros. (Wrieth, 1981, p. 136-137).



Fotografia nº 10: Salão Nobre. Fonte: AMPM/FMP – s/d.

Seguindo os comentários de Marie Robinson Wigrith, podemos levantar a hipótese de que autora estivesse se referindo à sala B 9, sala de objetos históricos (ver Quadro nº 9) ou a sala B 17 (Fotografia nº 10), salão de Honra do Museu.

No jornal O Estado de S. Paulo, a imagem de “templo sagrado” devotado à ciência feita por Lauro Sodré e outros foi duramente questionada por um autor que assina apenas por P.P. Para o sr. P.P., o Museu representava uma instituição anacrônica, um depósito de curiosidades, cujas “salas tinham um aspecto fúnebre, sombrio, com janelas semicerradas, dificultando um exame. (O Estado de S. Paulo, 27.6.1912, p. 3). Continuando em sua análise crítica, prosseguia:

Para os poderes públicos e para a população em geral, nosso museu tem sido considerado mais um depósito de curiosidade do que como local de estudos científicos. No fundo ele permanece a mesma antiga coleção organizada pelo coronel Sertório, sem critério e método. Ainda não é conjunto de espécimes capaz de mostrar ao vivo a natureza e a história da terra paulista para a ilustração de nacionais e estrangeiros. (O Estado de S. Paulo, 27.6.1912, p. 3).

Entre olhares críticos e benevolentes, o que ressaltamos é a importância dos objetos que formavam as coleções e as exposições do Museu: tanto de espécimes da História Natural, como objetos de outras disciplinas, no caso, as coleções de Arqueologia, Etnografia e História Pátria. São estes que, como elementos principais de um discurso visual, fazem a mediação entre o público visitante e o Museu, determinando os seus olhares, em outros termos, são os objetos que atuam como mediadores no atendimento ao público.

A Fotografia nº 11 da galeria Oeste do Museu apresenta uma série de objetos dispostos numa sequência bem organizada, num ambiente limpo e aparentemente silencioso, proporcionando ao visitante momentos de concentração para apreciação dos objetos. Nota-se pela foto que os objetos estão expostos sem a proteção de vitrines, só há uma vitrine ao centro do corredor. Esta forma de exposição contribui para suscitar outras formas de sensibilidade. Até mesmo o tato, pois os objetos, ao ficarem expostos diretamente, livre de proteção, faz com que o visitante seja atraído a tocá-los. Percebemos, então, a importância dos objetos como mediadores de conhecimentos, possibilitando uma educação dos sentidos.

A fotografia nº 12 da sala de Entomologia proporciona um outro contato com os objetos. Nesse caso, o apelo sensorial provocado pelos objetos é o da visão e, por estarem expostos em uma forma sequencial linear, esta determina o olhar do visitante,

não permitindo muitas variações, já que apresenta o inseto caso a caso. Ao contrário da imagem da Galeria Oeste (Fotografia 11), que permite maior liberdade de apreciação e descanso da visão.

No caso do Museu Paulista, a construção do olhar mediado pelos objetos, visa construir uma forma de conhecimento, ou seja, busca-se proporcionar ao público instrução por meio de objetos, com forte apelo sensorial.



Fotografia n° 11: Museu Paulista galeria oeste aspecto antigo. Fonte: AMPM/FMP



Fotografia nº 12: Sala de Entomologia. Fonte: AMPM/FMP

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O palácio-monumento, situado nas colinas do arrabalde do Ipiranga, edifício em estilo neoclássico francês, abrigou a partir de 1894 o Museu Paulista que seria inaugurado em 7 de setembro de 1895. O palácio-monumento foi projeto dos monarquistas, sendo D. Pedro II o nome mais influente para a realização deste projeto, que visava perpetuar a memória da independência proclamada por D. Pedro I.

Com a proclamação da República, o palácio foi apropriado por uma ala dos republicanos que o destinaram a uma instituição com fins científicos e de instrução pública. Se o palácio-monumento foi resultado de uma disputa política entre monarquistas e republicanos, o Museu Paulista figurava entre as reformas culturais promovidas pelos novos donos do poder, simbolizando a formação civilizatória do povo, por meio da abertura de uma instituição que fosse científica e de instrução ao mesmo tempo.

Toda essa atuação, viabilizada por reformas, fez parte de um amplo processo de modernização por meio de uma nova organização da cultura do estado. Neste período, foram criadas novas Instituições como a Escola Normal, Faculdade de Medicina de São Paulo, Instituto Butantã, Escola Politécnica, Teatro Municipal e a Estação da Luz.

Ao ser nomeado como diretor do Museu, Hermann von Ihering, cientista que a partir do Brasil ganhou nome internacional, ainda que tivesse um caráter polêmico e racista, organizou o Museu como uma instituição científica que, além de pesquisas, prestou serviços a várias instituições tanto públicas como particulares, atuou na formação de novos cientistas e atendeu o público escolar, recebendo professores (lentes) e alunos no Museu, bem como disponibilizou objetos para a formação de museus escolares das escolas públicas e privadas.

Em relação às exposições, buscou simultaneidade ao que era apresentado em museus congêneres na Europa e Estados Unidos, como ambiente de guarda de peças e espécies para a pesquisa científica e exposição aberta. Ihering, tendo como referência museográfica as ideias de George Brown Goode, implantou no Museu o método dual de organizar as coleções: separou as coleções entre coleção de exposição e coleção para estudos. Esta forma de organizar o Museu foi de suma importância, pois foi por meio deste método que o Museu fez grande parte do atendimento ao público. Com a coleção

de exposição situada no andar superior do edifício, atendia o público em geral, e no andar térreo, onde ficavam as coleções de estudos e laboratórios atendeu o público especializado – cientistas, estudiosos e pessoas interessadas em História Natural. Essa metodologia de trabalho com as coleções não era novidade na Europa, porém, no Brasil, foi Ihering quem a implantou.

O Museu Paulista foi o primeiro museu nacional a desenvolver esse trabalho, configurando-se como um museu moderno. O Museu Paulista, ao receber visitas de políticos e representantes de governos nacionais e internacionais, bem como sua participação na Exposição Universal de S. Louis (EUA), em 1904 por meio de sua revista, recebendo o Grande Prêmio, contribuiu para a divulgação e propaganda do Estado e da cidade de São Paulo e também do Brasil. Nesse caso, funcionou com um instrumento de propaganda política.

A instituição atuou como um “centro cultural”, promovendo momentos de lazer, utilizando sua praça e seus jardins para promover festas cívicas e de caráter beneficente, como quando cedia a outras instituições como o a sociedade do Centro Ypiranga. Deu acesso cultural permitindo a visitação às suas coleções pelo público em geral, que frequentava o Museu e seu espaço externo, principalmente aos domingos e feriados, mesmo tendo dificuldades de transportes e o horário do Museu ser muito restrito. Atuou com interlocutor entre os moradores do Ipiranga e os poderes públicos, quando solicitou a retirada de animais mortos das ruas do bairro.

Promoveu o desenvolvimento do bairro, embora de forma vagarosa, trazendo para o arrabalde do Ipiranga linhas de bondes, eletricidade etc.. Foi utilizado como referência pelo comércio que se instalava na região e pela especulação imobiliária, quando estes divulgavam produtos nos jornais da época.

Em todas essas atuações, o Museu Paulista atendeu um público variado, e uma forma destacada de atendimento configurou-se principalmente por suas exposições, sendo suas coleções por meio de seus objetos o principal meio de mediação.

Nossa hipótese inicial era a de que o Museu Paulista por meio do atendimento ao público e as ações educativas realizadas em seu espaço, funcionava como um local para o desenvolvimento das Lições de Coisas e como reforço do método pedagógico por meio de ação extraescolar; o Museu, além de um espaço científico, era visto como um espaço de instrução pública.

A hipótese se confirmou em parte, pois o Museu, no decorrer de sua história atuou em duas vertentes: desempenhou o papel de instrução pública, recebendo escolas

em seu recinto e, por meio, de suas exposições instruiu o público escolar, utilizando os objetos (coisas) como o principal estímulo e meio para a aprendizagem, talvez como espaço complementar da sala de aula. De fato, como instituição, o Museu servia a instrução de pessoas variadas.

Não se perde de vista que a criação do Museu Paulista estava inserida em uma discussão sobre a reforma da instrução pública e nos debates sobre a educação que resultaram em reformas. Nestes debates encontrava-se a questão do método intuitivo, tido naquele momento como o que havia de moderno em termos de ensino.

O Museu, ao inserir-se nesta discussão, seria um local propício para a aplicação deste método, devido ao fato de abrigar um número considerável de objetos que, em exposição, apresentava excessivamente as variedades de espécies da Natureza, suas classificações, sua morfologia, sua utilidade e nocividade, a maneira do ensino de ciências pelas coisas. E o que caracterizaria o método intuitivo ou lições de coisas seria o uso de objetos como o principal vetor para o ensino. Nesse aspecto, o Museu seria um local privilegiado para a educação dos sentidos, da forma como é apresentada nos mais variados documentos educacionais no início do século XX.

Por meio dos seus laboratórios e coleções de estudos, serviu para a pesquisa científica, prestação de serviços e ensino. O lado externo do Museu, seus jardins e praças foram muito utilizados para festas cívicas, festas populares (quermesses) e passeios pelo público em geral. Essas ações ocorriam dentro do espaço do Monumento e este, devido ao fato de constituir-se num símbolo da memória nacional, desempenhava também um papel educativo.

Ao final, o Museu do Ipiranga cumpriu assim duas funções: instruiu o público, dentre eles um alvo, o público escolar, buscando dar-lhe formação científica. Mas também foi documento monumento decisivo na formação de uma identidade nacional por meio do Palácio-Monumento, que marcou uma representação definitiva dos personagens, o local, a data e a solenidade da Independência do Brasil.

Vale considerar que, como monumento, a narrativa para a construção de uma memória que o instituísse como símbolo Pátrio, não reside somente no edifício do Museu, mas no *boulevard* D. Pedro I, que leva a vislumbrá-lo desde a várzea do Rio Tamandateí. Todas essas condições demarcam essa característica de monumento educador, que pela organização do espaço urbano até a criação de um semióforo, buscava instituí-lo como marco da Independência, criando um ambiente de sacralização da data.

O Museu Paulista como Museu de História Natural atuou como uma instituição propagadora dos discursos dos novos tempos, em busca de uma civilização que se interessa pela Ciência. Mas o caráter dúbio de suas coleções acabou por não se descuidar da memória histórica da pátria, esta inventada para se tornar uma tradição.

FONTES

Decretos e Leis: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO – ALESP – Secretaria Geral Parlamentar, Departamento de Documentação e Informação – www.al.sp.gov.br/

Decreto nº 249 de 6 de julho de 1884

Lei nº 49 de 1880

Lei nº 10 de 13 de fevereiro de 1881

Lei nº 200 de 24 de agosto de 1893

Lei n 63 de 23 de março de 1885

Lei nº 118 de março de 1894

Manuscritas

Primeiro Relatório sobre as condições do Museu do Estado, apresentado ao Diretor deste por Alexandre Hummel, ajudante interino. São Paulo, 1891. Fundo Museu Paulista.

Ofício de 1 de março de 1896. Encaminhado pelo Diretor do Museu para o Diretor do Serviço Sanitário solicitando providências junto Cia. Paulista de Bondes para a retirada de animais enfermos das ruas do bairro do Ipiranga. Pasta nº 70. Fundo Museu Paulista.

Ofício de 27 de janeiro de 1898. Lata CO 6978. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Ofício de Ihering com listas de objetos cedidos ao Museu Naval, para o Secretário do Interior. Lata CO 6978. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Ofício de 3 de junho de 1901. Redigido pelo Diretor do Museu e enviado a Secretaria dos

Negócios do Interior reclamando dos preços das tarifas dos bondes e o tempo de demora para o bairro do Ipiranga. Lata CO 6978 – Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Ofício de 23.1.1904 de Ihering endereçado ao chefe de polícia. Pasta nº 80. Fundo Museu Paulista.

Ofício da Repartição de Polícia endereçada ao Diretor do Museu Paulista em 5.2.1904. Pasta nº 80. Fundo Museu Paulista.

Livro de crônicas do Museu Paulista, Fundo Museu Paulista.

Livro de Visitas do Museu Paulista. Fundo Museu Paulista.

Relatório Museu Paulista do ano de 1897, p. 29-39. Lata nº CO 6978 – Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Impressas:

ALVES, Ana Maria de Alencar. O Ipiranga apropriado: ciência, política e poder: O Museu Paulista, 1893-1922. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

FORREST. Archibald Stevenson. A tour through south America (1912). In: BRUNO, Ernani da Silva. Memória da Cidade de São Paulo: depoimentos de moradores e visitantes, 1553/1958. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo/DPH. 1981, p. 172-173

IHERING, Hermann von. Museu do Estado – 1895. Revista do Museu Paulista. São Paulo: Hennies Irmãos. 1895, vol. I, p. 14-16-28-29-31.

_____ O Museu Paulista no ano de 1896. Revista do Museu Paulista. São Paulo: Hennies Irmãos. 1897, vol. II, p. 6-7-21.

_____ O Museu Paulista no ano de 1897. Revista do Museu Paulista. São Paulo: Hennies Irmãos, 1898, vol. III, p. 5-7-9.

_____ O Museu Paulista nos anos de 1899 e 1900. Revista do Museu Paulista. São Paulo: Diário Oficial. 1902, vol. V, p. 1-2-3.

_____ O Museu Paulista nos anos de 1901 e 1902. Revista do Museu Paulista: São Paulo: Diário Oficial. 1904, vol. VI, p. 2-5-6.

_____ O Museu Paulista nos anos de 1906 a 1909. Revista do Museu Paulista. São Paulo: Diário Oficial. 1911, vol. VIII, p. 5.

_____ O Museu Paulista nos anos de 1910, 1911 e 1912. Revista do Museu Paulista. São Paulo: Diário Oficial. 1914, vol. IX, p. 2-5-6-8-14.

_____ O Museu Paulista nos anos de 1913, 1914, 1915 e 1916. Revista do Museu Paulista, vol. X, 1918.

_____ A Antropologia do Estado de São Paulo (tradução, pelo Dr. H. von Ihering. In: Revista do Museu Paulista. São Paulo: Cardoso, Filho & Cia. vol. VII, 1907, p. 202-257.

IHERING, Rodolpho von. Guia pelas Coleções do Museu Paulista. São Paulo, Cardoso, Filho & Cia, 1907.

_____ O Museu Paulista nos anos de 1906 a 1909. Revista do Museu Paulista. São Paulo: Diário Oficial. 1911, vol. VIII, p. 6..

KOSERITZ, Carl von. Imagens do Brasil. Tradução, prefácio e notas Afonso Arinos de Melo Franco. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp. 1980, p. 266-267.

RAFFARD, Henrique. Alguns dias na paulicéia. Revista do IHGB, tomo LV, n. 233, parte I, 1892, p. 233-234.

TAUNAY, Affonso D'Escragnolle. Relatório do Museu Paulista referente ao ano de 1916. Revista do Museu Paulista. São Paulo: Diário Oficial. 1918, vol. X, p.17-28.

_____ Relatório da Diretoria do Museu referente ao ano de 1918. Revista do Museu Paulista. São Paulo: Diário Oficial, 1919, vol. XI, p. 891- 894-920.

_____ Relatório referente ao ano de 1919, apresentado ao Dr. Secretário do Interior. Revista do Museu Paulista. São Paulo: Diário Oficial. 1920, vol. XII, p. 454.

WRIGHT, Marie Robinson. The New Brasil. In: BRUNO, Ernani da Silva. Memória da Cidade de São Paulo: depoimentos de moradores e visitantes, 1553/1958. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo/DPH, 1981, p. 136-137

Periódicos:

A Província de São Paulo de 17 de fevereiro de 1885.

Diário Popular 23 de junho de 1885.

O Correio Paulistano, edições de 6 e 8 de setembro de 1895.

O Estado de S. Paulo, edições: 7 de fevereiro de 1885; 16 de dezembro de 1894; 5 de dezembro de 1897; 4 de fevereiro de 1900; 21 de maio de 1900; 5 de novembro de 1901; 7 de agosto de 1903; 6 de setembro de 1912.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.
- BASTOS, Maria Helena Camara. Método Intuitivo e Lições de Coisas por Ferdinand Buisson. História da Educação. Porto Alegre. 2013 jan/abr. v. 17, n. 39, p. 231-235.
- BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim; MUNAKATA, Kazumi. Fontes para a história da educação dos sentidos, numa a abordagem transnacional. XVIII jornadas argentinas de história de la educación: usos del pasado y apores a los debates educativos contemporáneos universidad nacional de general sarmiento – sociedade argentina de historia de la educación, 2014.
- CARVALHO, Paula Carolina de Andrade. O Museu Sertório: uma coleção particular em São Paulo no final do século XIX (primeiro acervo do Museu Paulista). In: Anais do Museu Paulista. São Paulo, vol. 22, nº 22, jul/dez. 2014.
- CHAUÍ, Marilena. Brasil: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CHIOVATTO, Mila Milene. Museu, imaginação e formação de sujeitos: experiência da Pinacoteca do Estado. Disponível em http://www.gesdest.unesc.net/seilacs/museuexperiencia_milapdf. Acesso em: 12 de dezembro de 2014.
- CHIOVATTO, Mila Milene; AIDAR, Gabriela. Arte Mais. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2007.
- COUTINHO, Carlos Nelson. (org.). O leitor de Gramsci: escritos escolhidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011..
- GROLA, Diego Amorim. Coleções de História Natural no Museu Paulista, 1894-1916. Dissertação de mestrado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônio. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais, 2007.
- GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas e sinais. São Paulo: Cia. da Letras, 1989.
- HILSDORF, Maria Lucia Speedo. Francisco Rangel Pestana: jornalista, político e educador. (Tese de Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

IHERING, Hermann von. A organização atual e futura dos Museus de história natural. Revista do Museu Paulista, São Paulo, 1907, p. 431-449, volume VII.

IHERING, Rodolpho von. O Museu Paulista nos anos de 1903 a 1905. Revista do Museu Paulista, São Paulo, 1907, volume VII, p. 1-39..

KOSSOY, Boris. Fotografia & História. 5ª ed. São Paulo: Ateliê, 2014.

LOPES, Maria Margaret. O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC; Brasília, DF: UnB, 2009.

MADI FILHO, José Maurício Ismael. Animais taxidermizados como materiais de ensino em fins do século XIX e início do século XX. Dissertação de Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade. Pontifícia Universidade Católica – PUC SP, 2013.

MARCHI DA SILVA, Camila. Museus Escolares no Estado de São Paulo (1879-1942). Dissertação de Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC SP, 2015

MENEZES, Ulpiano Bezerra T. A exposição museológica e o conhecimento Histórico. In: FIGUEIREDO, Bethânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (orgs.). Museus: dos Gabinetes de Curiosidades à Museologia Moderna. 2ª ed. Belo Horizonte: Fino Trato, 2013, p.15-88,

OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles. Museu Paulista: espaço de evocação do passado e reflexão sobre a história. In: Anais do Museu Paulista. São Paulo, n. 10, vol. XI, p. 105-126, 2002-2003.

_____ Delimitação do lugar do “grito”: propostas e contradições. In: WIITHER, José Sebastião (direção geral); BARBUY, Heloisa (org.). Museu Paulista: Um Monumento no Ipiranga (História de um edifício centenário e sua recuperação). São Paulo: Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, 1997, p. 212-225.

POSSAMAI, Zita Rosane. Lições de coisas no museu: o método intuitivo e o museu do estado do Rio Grande do Sul, Brasil, nas primeiras décadas do século XX. Arquivos analíticos de políticas educativas, 2012, nº 43, v. 20. Disponível em: <<http://epaa.asu.edu/ojs/1124>>. Acesso em: 11.01.2015

POULOT, Dominique. Museu e Museologia. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. Coleção Ensaio Geral.

_____ O modelo republicano de museu e sua tradição. In: BORGES, Maria Eliza Linhares (org). Inovações, coleções, museus. Tradução de Soraia Maciel Mous. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

SEVICENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcia da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.); SEVICENKO, Nicolau (org.). História da vida privada no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1998, vol. 3, p. 8-9.

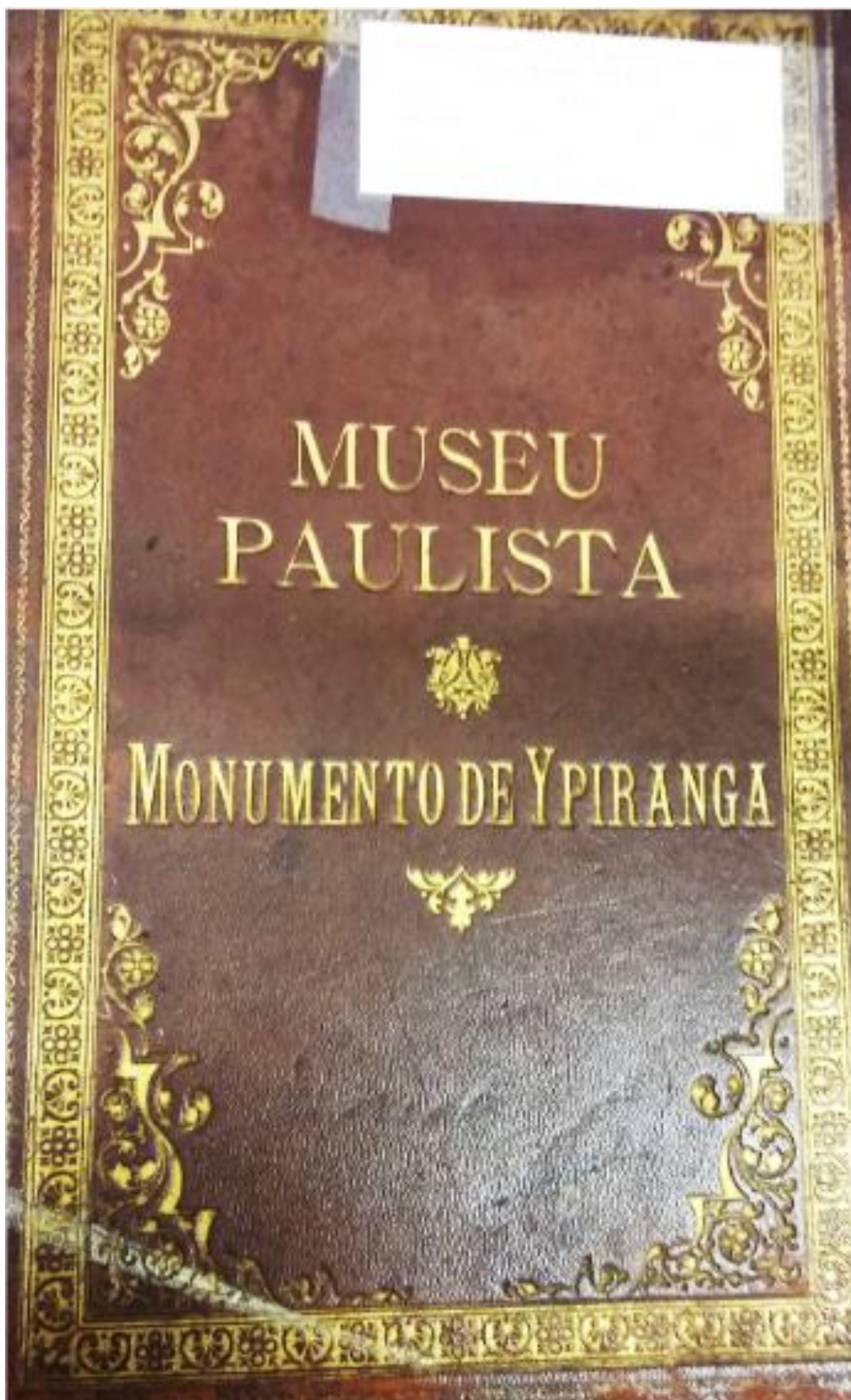
_____ Pindorama revisitada: cultura e sociedade em tempos de virada. São Paulo: Peirópolis, 2000. Série Brasil Cidadão;

SHELBAUER, Analete Regina. A constituição do método de ensino intuitivo na Província de São Paulo (1870-1889). Disponível em sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/documentos/individ/.../144.pdf. Acesso em: 03.02.2015.

SHWARCS, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930.

THOMAS, Keith. O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). Tradução de João Roberto Martins. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

VALDEMARIN, Vera Teresa. Lições de coisas. Concepção científica e projeto modernizador para a sociedade. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101. Acesso em: 14.9.2015.



Capa do livro de visitas do Museu Paulista. APMP/FMP



Capa do livro de crônicas do Museu Paulista. APMP/FMP